

LAÍS PESSANHA SIMÃO

**UM PASSADO CONTEMPORÂNEO: AS MEMÓRIAS DO INSTITUTO
SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ALDO MUYLEAERT (ISEPAM) –
1895 - 2024**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Viçosa

2024

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

Simão, Laís Pessanha, 1998-
S588p Um passado contemporâneo: as memórias do Instituto
2024 Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM) -
1895-2024 / Laís Pessanha Simão. – Viçosa, MG, 2024.
1 dissertação eletrônica (140 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndice.

Orientador: Luiz Lima Vailati.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de História, 2024.

Referências bibliográficas: f. 133-136.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.331>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert -
História - 1895-2024. 2. Memória coletiva. 3. Identidade social.
4. Universidades e faculdades públicas - História - Campos dos
Goytacazes (RJ). I. Vailati, Luiz Lima, 1975-. II. Universidade
Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania.
III. Título.

CDD 22. ed. 378.8153


LAÍS PESSANHA SIMÃO

**UM PASSADO CONTEMPORÂNEO: AS MEMÓRIAS DO INSTITUTO
SUPERIOR DE EDUCAÇÃO PROFESSOR ALDO MUYLEAERT (ISEPAM) –
1895 - 2024**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 01 de julho de 2024.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 **LAÍS PESSANHA SIMAO**
Data: 18/07/2024 11:14:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Laís Pessanha Simão
Autora

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ LIMA VAILATI**
Data: 18/07/2024 16:50:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luiz Lima Vailati
Orientador

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal Fluminense e à Universidade Federal de Viçosa e aos seus respectivos departamentos do curso de História, e a todos que os compõem, especialmente aqueles que foram meus professores, e que fizeram parte da minha trajetória desde a graduação. Ao Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert, que me fez professora e que possibilitou a realização deste trabalho.

Ao prof^o dr^o Luiz Vailati, que me orientou e me incentivou durante o curso do mestrado.

À prof^a dr^a Isadora Maleval, que me orientou durante a Iniciação Científica e a graduação, bem como após esta. Ao Laboratório de História Regional e Patrimônio, que me proporcionou o início da minha experiência enquanto pesquisadora.

À minha família, sobretudo aos meus pais e ao meu irmão.

Às minhas amigas Mariana Morisson, Gabriela Siqueira, Cláudia Freitas, Carol Capdeville e Flavia Pereira. Ao amigo Matheus Moretti, que muito me apoiou no início dessa jornada. À Bárbara Volpi, que me trouxe sorte, amor e propósito para continuar. Ao meu grande amigo Jheimmys Douglas, companheiro de vida e de ideias, que caminha junto a mim desde que nos conhecemos. Obrigada.

SUMÁRIO

Lista de siglas.....	p. 3
Lista de tabelas.....	p. 4
Lista de figuras.....	p. 5
Resumo.....	p. 6
Abstract.....	p. 7
Introdução.....	p. 8
Parte I – Capítulo 1: A Escola Normal de Campos e o Instituto de Educação de Campos.....	p. 18
1.1 Os projetos de regulamentação da formação de professores primários e o surgimento das escolas normais.....	p. 18
1.2 A Escola Normal de Campos.....	p. 23
1.3 As medidas educacionais da Reforma Capanema: ruptura ou continuidade da Escola Normal?.....	p. 32
1.4 Do Instituto de Educação de Campos ao Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert.....	p. 37
Capítulo 2: Um passado contemporâneo.....	p. 52
2.1 A Pluralidade das memórias e de seus usos.....	p. 52
2.2 Memória oficial: para quem?.....	p. 62
2.3 Do valor de antiguidade e a busca pela origem.....	p. 69
2.4 Identidade normalista em vertigem.....	p. 76
Capítulo 3: Um lugar de memórias.....	p. 80
3.1 – Sobre as memórias do Instituto.....	p. 80
3.1.1 – A veiculação de memórias da era digital.....	p. 83
3.2 – O Centro de Memória do ISEPAM: cristalização da memória como fenômeno de seleção.....	p. 92
Parte II – O Produto: um projeto de intervenção no Centro de Memória do ISEPAM.....	p. 105
Considerações finais.....	p. 127
Referências bibliográficas.....	p. 131
Cronologia da Escola Normal de Campos e do ISEPAM.....	p. 135
Anexos.....	p. 136

Lista de Siglas

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
COPPAM	Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal
ENC	Escola Normal de Campos
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEC	Instituto de Educação de Campos
IEPAM	Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
ISEPAM	Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert
LHC	Liceu de Humanidades de Campos
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNE	Programa Nacional de Educação
SEEC/RJ	Secretaria de Estado de Educação e Cultura

Lista de Tabelas

- Tabela 1 - Períodos da trajetória da formação de educadores no Brasil.....p. 18
- Tabela 2 - Evolução da população total do município de Campos.....p. 25
- Tabela 3 – Cronograma de execução do projeto de intervenção.....p. 108

Lista de Figuras

Figura 1 – Localização do município de Campos dos Goytacazes.....	p. 24
Figura 2 – Mapa aéreo LHC – ISEPAM.....	p. 34
Figura 3 – Vista aérea do ISEPAM (não atual)	p. 47
Figura 4 – Fachada principal do ISEPAM.....	p. 47
Figura 5 – Fachada principal do ISEPAM (atual)	p. 48
Figura 6 – Fragmento do piso original.....	p. 49
Figura 7 – Presença das normalistas no desfile de 7 de setembro.....	p. 53
Figura 8 – Manifestação contrária ao fim do Curso Normal do ISEPAM.....	p. 85
Figura 9 – Primeiro livro de Matrículas da ENC.....	p. 92
Figura 10 – Capa do Jornal Dimensão, de março de 1994.....	p. 97
Figura 11 – Comemoração do aniversário do ISEPAM em 2015.....	p. 99
Figura 12 – Frontispício do panfleto do ISEPAM.....	p. 101
Figura 13 – Modelo de cadastramento de acervo.....	p. 108
Figura 14 - Folder de Divulgação do Centro de Memória do ISEPAM.....	p. 121

Resumo

SIMÃO, Laís Pessanha, M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, julho de 2024. **Um Passado Contemporâneo: as memórias do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM) – 1895 – 2024.** Orientador: Luiz Lima Vailati.

O presente trabalho se propôs a analisar o processo de reenquadramento da memória vinculada ao Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), localizado no município de Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro, e o modo como este adiciona as décadas de existência da antiga Escola Normal de Campos à narrativa oficial atual sobre sua história, no que diz respeito aos acontecimentos situados entre os anos de 1895 e 2024. Para tal objetivo, analisou-se o período de modificação do que chamamos neste trabalho de memória oficial, levando em conta os fatores contextuais e as fontes disponíveis, que se dividem em fontes orais, escritas documentais, visuais e materiais, obtidas através de entrevistas, do arquivo histórico do Instituto ou de mídias digitais. O texto inicia com a contextualização da história da formação de professores primários, a trajetória das escolas normais e dos institutos de educação, passando para a apresentação dos referenciais teóricos utilizados para refletir sobre passado, memória e identidade, e finaliza com a análise das múltiplas fontes utilizadas e como estas revelam variadas narrativas sobre o Instituto. O produto da dissertação propõe a criação de um acervo digital dos registros históricos salvaguardados pelo Centro de Memória do Instituto, impulsionando seu conhecimento pelo grande público e facilitando o acesso de pesquisadores e demais interessados a esse material. A partir das observações e estudos, foi possível concluir que houve alguns elementos que impulsionaram a reinterpretação e reescrita da memória do Instituto: a demanda pela abertura de um Centro de Memória na instituição; uma série de pesquisas acadêmicas que se debruçaram sobre o passado do Instituto e da Escola Normal; e o momento de crise identitária sentido pela instituição nas décadas de 2000 e 2010.

Abstract

SIMÃO, Laís Pessanha, M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, July, 2024. **A Contemporary Past: the memories of Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM) – 1895 – 2024.** Adviser: Luiz Lima Vailati.

This dissertation set out to analyze the process of reframing the memory linked to the Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), located in the municipality of Campos dos Goytacazes, in the interior of the state of Rio de Janeiro, and the way in which this adds the decades of existence of the former Escola Normal de Campos to the current official narrative about its history, with regard to events situated between the years 1895 and 2024. To this end, the period of modification of what we call official memory in this work was analyzed, taking into account contextual factors and available sources, which are divided into oral, written, documentary, visual and material sources, obtained through interviews, from the Institute's historical archive or digital media. The text begins with the contextualization of the history of primary teacher training, the trajectory of normal schools and educational institutes, moving on to the presentation of the theoretical references used to reflect on the past, memory and identity, and ends with the analysis of multiple sources used and how they reveal varied narratives about the Institute. The product of the dissertation proposes the creation of a digital collection of historical records safeguarded by the Institute's Memory Center, boosting knowledge among the general public and facilitating access to this material for researchers and other interested parties. From the observations and studies, it was possible to conclude that there were some elements that drove the reinterpretation and rewriting of the Institute's memory: the demand for the opening of a Memory Center at the institution; a series of academic research that looked into the past of the Institute and the Escola Normal; and the moment of identity crisis felt by the institution in the 2000s and 2010s.

Introdução

A presente pesquisa tem como objeto a produção das memórias sobre o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), uma instituição de ensino localizada na cidade de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro. De acordo com a narrativa utilizada pelo Instituto atualmente, sua história se inicia ao fim do século XIX, quando, em novembro de 1894, é criada a Escola Normal de Campos (ENC), voltada para a formação de professores do curso primário, que inicia suas atividades em abril de 1895 no prédio do Liceu de Humanidades de Campos (LHC).

Contudo, a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530, de 02/01/1946) leva a ENC a seu fechamento, pois passa a exigir que os cursos dessa modalidade funcionem em instituição que abrigue um grupo escolar e um jardim de infância, para que funcionassem como colégio de aplicação, demanda que a ENC não atendia. Como o município apresentava a necessidade de uma instituição nos moldes da ENC, visto que já possuíam àquela época uma considerável quantidade de cursos primários, cria-se em 1954 o Instituto de Educação de Campos (IEC), que possuía a mesma função de formação docente das escolas normais, instalado no prédio do Grupo Escolar Saldanha da Gama, que foi a ele incorporado.

Acerca das alterações pelas quais passou o IEC, é interessante pontuar que seu nome se altera para Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert (IEPAM) em 1965, e que passa para a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) em 2001. Em 2002, inaugura o curso Normal Superior, acrescentando o “Superior” ao seu nome. É notável, ainda, que o prédio do atual ISEPAM tornou-se patrimônio de Campos pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal em 2013.

O processo de encerramento das atividades da ENC e a criação do IEC na década de 1950 é visto atualmente pelo ISEPAM como um processo de mudança de localização do Curso Normal do município, que impacta fortemente na narrativa sobre a trajetória do Instituto, uma vez que vai unir as histórias de duas instituições, aqui consideradas como distintas, apesar de suas conexões. Essa mudança não se restringe apenas a inclusão de um dado curso na história de uma instituição de ensino ou serve apenas para aumentar a idade conferida ao Instituto, mas acaba por revelar questões interessantes sobre como as comunidades lidam com o seu passado e a sua memória e sobre como agem em momentos em que sentem que a preservação destes está ameaçada.

O desenho do projeto de pesquisa se inicia com a identificação de uma mudança de data de comemoração de aniversário e da idade atribuída ao Instituto nas comemorações de aniversário de sua criação durante a década de 2010, mudança que fez com que a instituição tivesse duas narrativas sobre a sua trajetória. A pretensão de pesquisar o ISEPAM através de um olhar historiográfico surge ainda no período em que fui bolsista de Iniciação Científica na Universidade Federal Fluminense, sob orientação da professora Isadora Maleval. O projeto do qual participei abordava alguns patrimônios do município Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, também vistos pela pesquisa como *locais de memória* da cidade. Dentre eles estava o ISEPAM, que me oferecia a possibilidade de discutir em conjunto dois temas pelos quais tinha interesse: o da memória, identidade e patrimônio, bem como o da história da educação.

A partir das discussões realizadas nos anos da iniciação científica, construí meu trabalho de conclusão de curso da graduação já refletindo sobre as razões e os impactos do reenquadramento da memória do Instituto e como esse processo em específico poderia auxiliar na compreensão sobre os trabalhos envolvidos na manutenção de memórias coletivas. Devido à pandemia do COVID-19 e suas consequentes medidas de isolamento social preventivo, tal pesquisa careceu de fontes históricas, uma vez que todos os arquivos estavam com suas atividades suspensas. Nesse sentido, mesmo com o trabalho finalizado, a pesquisa ainda apresentava muitas possibilidades de avanço. Foi decidido, portanto, dar continuidade à investigação no curso do mestrado.

O projeto inicial intencionava responder quais as motivações para a mudança do aniversário do ISEPAM, assim como suas consequências. O projeto levava em conta que o ISEPAM se localiza em um bem patrimonial, e propunha investigar as relações entre a mudança no aniversário do ISEPAM e o tombamento do prédio, ou seja, se a nova narrativa da celebração influenciou o seu tombamento, ou se este apenas faz parte do fenômeno de patrimonialização em massa iniciado nas últimas décadas do século XX.

Em relação ao processo de patrimonialização do prédio, a pesquisa não encontrou indícios da relação deste com a reescrita da memória do Instituto para além do período muito próximo em que estes ocorrem. Nesse sentido, não foi estabelecida aqui uma relação direta entre esses fenômenos, sobretudo se levarmos em conta o decreto de tombamento do prédio, que inclui diversas outras construções do município sob uma explicação genérica e superficial sobre sua razão, muito circunscrita ao valor arquitetônico dos prédios, como falaremos mais à frente.

A metodologia e a bibliografia mobilizadas no projeto não se alteraram expressivamente, uma vez que os conceitos utilizados na dissertação já estavam presentes desde o início, bem como as fontes que se pretendia lançar mão se mantiveram. Sobre a bibliografia, para além dos textos canônicos das discussões sobre memória como Paul Ricoeur, Pierre Nora e Michel Pollak, ao longo da pesquisa no mestrado foram incluídas outras discussões que puderam engrandecer as reflexões aqui presentes, como a noção de *valor de antiguidade* de Alois Riegl e do silêncio nos arquivos de Michel-Rolph Trouillot, que também promoveu debates sobre o passado e a memória. Também se expandiu os referenciais no tocante à História da Educação, de modo que favorecesse uma maior análise sobre a trajetória e melhor visualizasse as fases das instituições de ensino mobilizadas na memória do ISEPAM: a Escola Normal de Campos e o Instituto de Educação de Campos.

Desde o projeto, vislumbrava-se a perspectiva de uma metodologia que envolvesse estudo dos conceitos e categorias mobilizados, da bibliografia sobre o objeto e a análise de fontes. Dentre estas se encontravam, sobretudo, as fontes escritas e audiovisuais produzidas oficialmente pelo ISEPAM, nas quais narrava uma dada história do Instituto, o *Jornal Dimensão*, periódico de autoria dos estudantes e de circulação interna à escola produzido na década de 1990, notícias publicadas por veículos de mídia locais, e as fontes orais a serem obtidas através de entrevista com servidores da instituição.

Apesar de não ter havido possibilidade de realizar todas as entrevistas desejadas, devido ao não comparecimento de uma relevante figura para esclarecer os questionamentos da pesquisa, as fontes orais ofereceram grande contribuição à escrita da dissertação, ao evidenciar e trazer à tona vivências, percepções e acontecimentos que impactam fortemente na compreensão da memória que foi construída para o Instituto. A seleção das pessoas que seriam convidadas a participar da pesquisa foi uma importante etapa da produção de tais fontes. Para isto, foi levado em conta o tempo de serviço na instituição, o período de atuação, de forma que pudesse comentar sobre suas experiências no período de transição de um enquadramento da memória para outro, e os cargos ocupados na instituição, dando prioridade para aqueles que ocuparam cargos nas coordenações e direções do ISEPAM, dado que são estes que organizam e lideram os eventos da instituição, momentos nos quais tais memórias são propagadas. Para isso, foi necessária uma análise prévia do corpo de servidores do Instituto, sobretudo à época do reenquadramento, isto é, aqueles que atuavam na instituição durante o início da década

de 2010, para que, a partir dessa análise fossem, formuladas questões pertinentes e condizentes com a experiência de cada participante.

Sobre a produção das fontes orais para essa pesquisa, cabe esclarecer que foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, que deu espaço para o aprofundamento de questões e temas surgidos no momento da entrevista, como o caso dos relatos sobre o distanciamento entre o curso de nível superior e os níveis básicos de educação do Instituto, temática que apareceu em todas as entrevistas, mas que não constava nos tópicos de abordagem inicial. O roteiro se apresentava como um guia, que se iniciava pela apresentação pessoal do participante enquanto servidor do ISEPAM, buscando compreender o tempo de relação e as funções exercidas ao longo desse tempo, passando pelas recordações sobre as mudanças e permanências ao longo da trajetória vivida na instituição, momento em que o participante tinha liberdade para expor de maneira espontânea suas lembranças individuais, que, por muitas vezes, se misturavam às coletivas, para, por fim, chegar nos questionamentos sobre as comemorações de aniversário do Instituto e na verificação de conhecimento e, a depender, da participação no processo de reenquadramento de sua memória.

Baseada na metodologia sobre fontes orais, a pesquisa considera que estas não devem ser tratadas como histórias já finalizadas, mas, sim, enquanto fontes como as dos demais tipos, que necessitam passar por trabalho de análise (ALBERTI, 2008, p. 158). Dessa forma, mesmo que produzidas em âmbito da pesquisa, as entrevistas também passaram pelo momento de análise, em que foram também confrontadas pelas demais fontes utilizadas.

Cabe considerar que as pesquisas que lançam mão de fontes orais o fazem graças ao avanço das concepções sobre o que pode ser considerado fonte histórica e aos trabalhos que objetivaram dar voz às minorias, por muitas vezes silenciadas nos processos de construção de narrativas hegemônicas. Outra finalidade recorrente das pesquisas em história oral é evidenciar a existência de múltiplas narrativas, muito frequentes, portanto, em trabalhos sobre *memória*. É nesse sentido que o presente trabalho fez uso das fontes orais, como um método de pesquisa que possibilita uma melhor compreensão “da construção das estratégias de ação e das representações de grupos” (FERREIRA, 1998, p. 12).

A partir das fontes orais obtidas pela pesquisa, foi possível verificar a existência de outras memórias, para além da oficial, tanto da vigente atualmente quanto na anterior à década de 2010. Há, assim, memórias conflitantes e não concordantes entre si, em que

diferentes indivíduos formulam o passado a partir de elementos diferentes, lançando foco, do mesmo modo, a acontecimentos e discursos que nem sempre são os mesmos.

Apesar da consideração da importante contribuição das fontes orais para a investigação da pesquisa, não se optou por expandir o corpo de entrevistados para os demais servidores e para os estudantes da instituição, uma vez que se pretendia compreender as motivações para o reenquadramento da memória do Instituto. A esse questionamento, apenas as pessoas mais envolvidas com a gestão da instituição poderiam indicar a explicação, dado que são estes os membros do corpo escolar que possuem mais agência nesse quesito.

Deste modo, o trabalho se propôs essencialmente a compreender as justificativas de existência e as implicações de cada versão, ou seja, a partir de quais elementos cada uma se forma e de que maneira ela serve à escola, isto é, qual perspectiva institucional ela defende. Nesse sentido, a pesquisa se direcionou para o momento de emergência da narrativa vigente, buscando quais fatores contextuais provocaram esse movimento. Durante a coleta e análise de fontes, observou-se que as duas narrativas coexistiram durante muitas décadas da história do Instituto, e que alguns grupos tinham conhecimento de apenas uma versão. Isto é indicativo do caráter vivo, plural e mutável da memória, inclusive a institucional, que se construiu e continuamente é reconstruída em tal instituição.

O recorte temático se justifica pelo seu ineditismo e potencial de contribuição na área, uma vez que a existência de mais de um enquadramento “oficial” da memória do ISEPAM ainda não foi discutida, ou mesmo citada, na bibliografia conhecida sobre o objeto, fora o trabalho da própria autora do presente texto¹. Esse trabalho visou, então, dar continuidade à investigação iniciada em sua graduação, repensando e reestruturando o projeto a partir das novas fontes coletadas. Acredita-se, também, que seu caso pode contribuir na reflexão sobre os processos de construção das memórias e a influência destas nos processos de patrimonialização e manutenção de dadas identidades.

Assim, os objetivos do projeto foram, em geral, analisar as comemorações de aniversário do ISEPAM e os possíveis significados associados a estas e, em específico, localizar o período de criação dessa nova narrativa, de forma a investigar as motivações da reconfiguração da comemoração de aniversário do Instituto e a apurar as razões

¹ Ver: SIMÃO, Laís. “Entre o enquadramento e a manipulação da memória: as comemorações do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (1990– 2020)”. **Revista Cantareira**, (37), 2023, p. 261-282.

contextuais e as consequências do aprofundamento cronológico da trajetória do Instituto. A partir desses objetivos e do material até então conhecido, as hipóteses elaboradas versavam sobre as possibilidades de que a alteração da comemoração do aniversário do ISEPAM objetivou agregar valor à instituição como reação ao período conturbado pelo qual passava. Além disso, aventou-se que a nova narrativa sobre a história do ISEPAM teria contribuído para o tombamento de seu prédio, por reforçar o seu valor de ancianidade (RIELG, 2014) e a possibilidade de este ser considerado um lugar de memória e que a inclusão da trajetória da ENC à história do ISEPAM, colocando essas duas instituições como uma só, fortaleceria o discurso sobre a vocação do Instituto para a formação para o magistério.

Como dito, sobre o tombamento do prédio, não foi localizado nenhum indício que o relacionasse com o reenquadramento e a hipótese que conecta esse último com o período considerado pelo corpo escolar como de crise para o Instituto foi verificada como correta. Isso graças, principalmente, às entrevistas coletadas, em que as servidoras relatam seu receio do enfraquecimento da memória e da identidade que foram forjadas para o Instituto ao longo das décadas em que este foi a maior referência em formação docente da região. Elas afirmaram a necessidade de atividades e projetos no interior da escola que promovam o fortalecimento da memória e do sentimento de pertencimento entre o corpo escolar, pautados na identidade construída tendo por base a missão atribuída à instituição, a de formar professores, missão esta que irá apelar para a conexão entre o Instituto e a ENC, colocando-as como uma mesma escola, que há mais de um século contribui para a educação pública de Campos.

Durante o andamento da pesquisa, delimitou-se o período de alteração da comemoração, localizando-a entre os anos de 2011 e 2013, delimitação esta que provocou a necessidade de revisão das premissas iniciais do projeto, quando se acreditava que a mudança havia ocorrido na passagem do século XX para o XXI. Nesse sentido, passaram a ser investigados outros fatores de influência à alteração de enquadramento, como a criação do Centro de Memória do ISEPAM, que será discutida nos subcapítulos dedicados às fontes orais e ao Arquivo Histórico do Instituto.

No momento da escrita do projeto de pesquisa, o Centro de Memória não havia sido nem mesmo inaugurado e, ao final da pesquisa se mostrou como elemento de suma importância para o desenvolvimento do trabalho, revelando como o percurso de uma pesquisa acadêmica pode ir se redesenhando. O Centro foi o local em que foram localizadas as fontes históricas, dado que atualmente abriga o acervo histórico da

instituição, em que foram promovidas entrevistas e que moldou o produto desenvolvido para essa dissertação. O Centro, elemento crucial para compreender o fenômeno da memória do ISEPAM, é visto aqui tanto como produto como produtor do esforço da manutenção de uma dada memória e identidade do Instituto, uma vez que sua construção teve também como objetivo consolidar a nova narrativa sobre a trajetória da escola, objetivo este que está, do mesmo modo, presente nas atividades do setor.

Do mesmo modo, as hipóteses foram reanalisadas, uma vez que o trabalho já não compreende a narrativa oficial vigente como “nova” e que não enxerga o período de crise institucional da virada do século como o único motivador da emergência do enquadramento vigente. Averiguou-se a influência de outros dois motivadores para o reenquadramento. Um deles o projeto da construção do Centro de Memória do ISEPAM, de necessidade presente no regimento norteador das unidades da Fundação de Apoio às Escolas Técnicas, órgão do estado do Rio de Janeiro mantenedor do Instituto. Tal projeto forçou o Instituto a olhar e reorganizar seu acervo histórico, no qual estava sob sua guarda documentos pertencentes à antiga Escola Normal. O outro diz respeito a grupos de pesquisa sobre a história da Educação em Campos, que realizaram várias pesquisas sobre a Escola Normal e o Instituto de Educação, a partir das quais verificaram a conexão entre as duas instituições, esquecida com o passar das décadas, e que estimularam o surgimento da narrativa que promovia a noção de continuidade entre essas escolas.

Nesse sentido, a pesquisa retirou foco do processo de tombamento do prédio do ISEPAM e de sua possível relação com o novo enquadramento da memória do Instituto, tendo em vista que, sendo o tombamento do ano de 2013, as possibilidades de influência imediata da emergência de dada memória em um processo burocrático de patrimonialização a nível municipal são pequenas, além do fato de não terem sido localizados mais dados a respeito desse processo. Todavia, manteve-se a hipótese de que a utilização da narrativa que une a Escola Normal de Campos ao Instituto de Educação de Campos fortalece o discurso sobre a vocação do Instituto para a formação para o magistério, uma vez que tal missão é evocada recorrentemente pelo ISEPAM.

No que diz respeito à estruturação do trabalho, o texto foi dividido em três capítulos. Para melhor compreensão, o primeiro capítulo se dedica a contextualizar o leitor na região em que se localizam as instituições, bem como os fatores e acontecimentos essenciais para a reflexão proposta pelo trabalho. É no segundo e no terceiro capítulo, entretanto, que se encontra o cerne da pesquisa, em que discutiremos as razões e implicações do

processo de reenquadramento da memória do Instituto, a partir do referencial teórico e bibliográfico apresentado e das fontes obtidas.

O primeiro apresentará as duas instituições que têm suas memórias mobilizadas na construção da atual narrativa sobre o Instituto, a Escola Normal de Campos e o Instituto de Educação de Campos, contextualizando seus surgimentos e marcos históricos. Para isso, foi realizado levantamento bibliográfico sobre uma temática do campo da História da Educação, a história da formação de professores primários, ou seja, as legislações sobre as escolas normais e os institutos de educação que possuíam essa função. Assim, o capítulo aborda essa discussão por toda sua extensão, uma vez que as mudanças das legislações de formação de professores primários impactam fortemente a trajetória das instituições.

O segundo capítulo se dedicará à discussão teórica, isto é, à apresentação dos autores e conceitos utilizados no desenvolvimento da reflexão sobre o objeto de pesquisa. Dentre os autores mobilizados, estão clássicos da temática da memória coletiva como o Maurice Halbwachs (1990), Pierre Nora (1993), Michel Pollak (1989; 1992) e Paul Ricoeur (2007), combinando a estas discussões mais recentes como a de valor de ancianidade de Alois Riegl (2014) e de comemorações de Helenice Rodrigues (2002). A escrita esforçou-se para, mesmo sendo um capítulo voltado também à apresentação dos referenciais teóricos, não perder de vista o objeto da pesquisa: o ISEPAM. Assim, buscou-se esclarecer as conexões entre a teoria e o objeto sempre que possível, de forma a facilitar tanto a compreensão das questões sobre o objeto a ser discutido quanto a pertinência da bibliografia selecionada.

No terceiro capítulo foram apresentadas e analisadas as fontes relevantes levantadas durante a pesquisa a partir da base teórica. As fontes foram parcialmente divididas em três seções: a das fontes documentais localizadas no Arquivo Histórico do Instituto, que consistem em registros das legislações e decretos que impactaram a instituição, fotografias, edições do jornal de circulação interna à escola e o regimento interno sobre o funcionamento do Centro de Memória, local em que se encontra o acervo do arquivo histórico do ISEPAM; a das fontes localizadas online, aquelas consultadas em sites e blogs, sobretudo o site oficial do ISEPAM e suas redes sociais e os blogs campistas que divulgavam eventos e notícias do município, em que se pode encontrar relevantes informações sobre a instituição; e a das fontes orais, obtidas através de entrevistas com servidoras e ex-servidoras do Instituto.

Há também o produto da dissertação, que aqui consiste em uma breve explicação do que foi realizado no projeto de divulgação do Centro de Memória e de seu acervo. O projeto propôs a criação de um arquivo digital de acesso público com parte do acervo histórico do Instituto, parte esta que não possua dados sensíveis e pessoais de membros ou ex-membros do corpo escolar. Poderiam ser incluídos nesse arquivo documentos como fotografias, grades curriculares, lista de matrículas, ementas disciplinares e Projetos Políticos Pedagógicos, materiais estes que são de utilidade para muitas pesquisas. O intuito desse produto seria, então, facilitar o acesso de pesquisadores e demais interessados na temática da Educação e História da Educação, bem como na trajetória do Instituto.

No momento de finalização da dissertação, a pasta online possui registros fotográficos do Centro de Memória, a digitalização de alguns documentos históricos, bem como os roteiros históricos, isto é, o resumo da história do ISEPAM produzida pelo próprio, e uma pasta dedicada a bibliografia produzida sobre o Instituto e sobre a ENC. O produto não está, no entanto, finalizado, uma vez que tais tarefas de digitalização e divulgação do acervo não são apenas longas, mas, sim, permanentes. Ou seja, a página será constantemente atualizada com novidades sobre o Centro e sobre os eventos que o envolve, assim como sua pasta digital, que receberá periodicamente novos arquivos, seja de novos trabalhos acadêmicos sobre o Instituto, seja de registros de novos itens ou exposições do local. Para tal objetivo, as visitas da pesquisadora ao Centro estão mantidas, de modo que esta poderá acompanhar, registrar e divulgar as atividades e os novos materiais oferecidos pelo espaço.

Este trabalho pretendeu ser um estudo de caso sobre o constante processo de construção e reconstrução a que as memórias estão sujeitas. Objetivou-se, também, contribuir para os estudos que se incluem nas temáticas de História da Educação, Formação Docente ou aqueles que versem sobre o ISEPAM, mas, também, para todos aqueles interessados nas dinâmicas que envolvem a memória coletiva e a sua formulação, bem como sua relação com a identidade social e o patrimônio cultural.

O caso sobre o qual este trabalho se debruçou revela o caráter vivo e mutável do fenômeno da memória, suscetível a fatores contextuais, objetivos ou não, e o modo com que este está intrinsecamente vinculado ao sentimento de identidade e pertencimento. No exemplo do ISEPAM, o momento em que se sente a identidade atribuída ao Instituto se enfraquecendo, a identidade referente às décadas que a instituição se dedicou a formar os professores do município, é, do mesmo modo, o momento em que membros mais antigos

do corpo escolar acreditam que a memória do Instituto está se perdendo, que as tradições que circulavam o prédio já não o fazem com a mesma intensidade.

Os esforços para resgatar, usando de empréstimo o termo que aparece em entrevistas feitas para o trabalho, essa memória e essa identidade ocorrem, também, no mesmo período, esforços estes que resultam na inauguração do Centro e nas suas posteriores atividades. É a esse movimento que o título se refere, um passado que não está isolado do presente, mas, sim, que é seu contemporâneo, que é revisitado e mobilizado, que é reinterpretado e reescrito a partir de conjunturas atuais, fazendo com que haja mais de uma possibilidade de enquadramento de memórias, como mostra o ISEPAM com suas memórias plurais que circulam por seus pátios, salas e corredores e habitam nas lembranças e corações dos que por lá estiveram. Como a própria autora dessas páginas, uma ex normalista, entre tantas outras, que carrega memórias das mais diversas do Instituto.

Parte I

Capítulo 1: A Escola Normal de Campos e o Instituto de Educação de Campos

1.1 – Os projetos de regulamentação da formação de professores primários e o surgimento das escolas normais

Observar a história da educação no mundo ocidental é, de certa forma, acompanhar a expansão da noção de cidadania para camadas mais amplas. Pesquisadores do campo da História da Educação (SAVIANI, 2009, TANURI, 2000) localizam as primeiras iniciativas mais sistematizadas que indicavam preocupação com a questão da instrução pública no século XVIII, sobretudo no pós-Revolução Francesa. Apesar de terem sido lentas, iniciam-se, neste período, mudanças na forma de enxergar a instrução escolar e acadêmica e o acesso a ela. Os ideais defendidos e difundidos pelo movimento Iluminista e pela Revolução Francesa no século XVIII incluíam o direito ao conhecimento e à participação política, esta última também vinculada à necessidade de instrução formal em diferentes recortes históricos.

Os impactos desses fatores históricos foram sentidos em todo o mundo ocidental e, com a defesa do direito ao ensino público, gratuito, democrático e laico, corroboraram para a consolidação da noção de instrução formal como dever do Estado e como ferramenta para a formação de cidadãos conscientes e participativos social e politicamente. É ainda no século XVIII que vemos a publicação das primeiras enciclopédias, estimuladas pelo Iluminismo, que defendia, também, a autonomia e a liberdade de pensamento. Para tal, todavia, os pensadores deste movimento acreditavam que a construção de suas ideias deveria estar baseada em dados científicos e, desta forma, reuniram informações de variadas áreas do conhecimento nessas coleções, um dos primeiros passos para a difusão do conhecimento sistematizado.

Pode-se entender que, a partir desses movimentos políticos, mas, também, intelectuais, a noção de quem seria o cidadão começa a ser repensada, ou seja, quem comporia o grupo de indivíduos com deveres e, sobretudo, direitos. É visto nesse contexto, influenciado pela disseminação desses ideais, o surgimento de movimentos sociais como a busca pelos direitos das mulheres e dos negros, excluídos até então do corpo de cidadãos, movimentos que favoreceram, por exemplo, as diversas revoluções de independência ocorridas no território americano.

Se o corpo de cidadãos crescia, o acesso à educação deveria, também ser expandido, uma vez que a educação já foi requisito obrigatório para o exercício de direitos políticos,

como o direito ao voto estabelecido pela Constituição Federal Brasileira de 1891, que afirmava que apenas brasileiros alfabetizados poderiam votar (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891, art. 70). Essa medida restringia o direito ao voto a uma pequena parte da população, uma vez que passava de 80% o número de analfabetos no Brasil no século XIX (FERREIRA, CARVALHO, 2018, p. 5).

Nesse contexto de maior atenção à questão da instrução pública, aumenta-se, por conseguinte, a diligência no que se refere à instrução do corpo docente. Ao observar as escolas primárias já existentes, via-se, entre outros problemas, o despreparo dos professores de primeiras letras, como nos informa Moreira D’Azevedo (1893, p. 148) ao afirmar que

era então deplorável o estado das escolas primárias em todas as capitâneas do Brasil, poucas existiam e estas exercidas por homens ignorantes. Não havia sistema nem norma para a escolha de professores, e o subsídio literário não bastava para pagar o professorado.

Assim, eram observados déficits tanto quantitativos como qualitativos no âmbito educacional brasileiro no século XIX. Nesse contexto de transição da Igreja para o poder público da responsabilidade sobre a educação (LOPES, MARTINEZ, 2008, p. 55), o objetivo do ensino para a formação de uma sociedade cristã paulatinamente perde espaço para o foco do preparo para o exercício da cidadania. Nesse sentido, não apenas os números de escolas primárias deveriam aumentar, assim como de professores, mas, também, a qualificação desses profissionais precisava acompanhar as novas demandas sociais. Iniciam-se, então, as medidas legais para a formação daqueles que viriam a lecionar nas escolas primárias.

Demerval Saviani (2009), em seu artigo “Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro”, estabelece recortes temporais durante sua análise sobre a trajetória da História da Educação no Brasil, organizadas na tabela abaixo com o objetivo didático de facilitar a compreensão dos demais tópicos deste texto, uma vez que retornaremos a esta divisão ao passarmos pela história da instituição de ensino que é foco desta pesquisa.

Tabela 1 – Períodos da trajetória da formação de educadores no Brasil

	Recorte temporal	Características
Primeiro período	1827-1890	Advento da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que exigia que os professores se instruissem no método do ensino mútuo

Segundo período	1890-1932	Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais
Terceiro período	1932-1939	Organização dos Institutos de Educação
Quarto período	1939-1971	Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais
Quinto período	1971-1996	Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério
Sexto período	1996-2006	Criação dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo molde do Curso de Pedagogia

Fonte: elaboração própria. Referências: (SAVIANI, 2009, p. 143-144)

Saviani (2007), discute a influência do modelo político e econômico do neoliberalismo, que se torna hegemônico na década de 1990 no Brasil, no sistema educacional. De acordo com o autor, nesse momento a busca por aperfeiçoamento da prática docente e por especialização deixa de ser uma preocupação social e se torna uma busca individual, numa lógica competitiva para que os profissionais se mantenham “empregáveis” num contexto de maior instabilidade e flexibilização que acaba por esvaziar os direitos trabalhistas.

Assim, a partir do final do século XX, mas se acentuando cada vez mais, a formação de professores, bem como a formação dos estudantes da chamada Educação Básica, segue a lógica de mercado, ou seja, a educação passa a ser o meio de inserção do mercado de trabalho, tornando-se, também, “um produto a ser consumido com retorno no mercado de trabalho e não um direito social” (COSMO, FERNANDES, 2009, p. 16). Todavia, optou-se aqui por não incluir esta nova fase educacional estabelecida por Saviani, pois, apesar de interferir na lógica educacional e, logo, na formação de professores, ela não altera as estruturas legais dos cursos de formação para o magistério.

O início do primeiro período da história da formação docente no Brasil é definido pela promulgação da Lei 15/10/1827, inaugurando a data em que é comemorado o dia dos professores no Brasil atualmente, a Lei das Escolas de Primeiras Letras, que marca a origem, conseqüentemente, do que Saviani trata como a trajetória da formação de professores no Brasil. Esta lei decretava a criação de escolas de primeiras letras nos locais mais populosos do Império, além de especificar os métodos de seleção dos professores.

É pelo fato de ser o primeiro dispositivo legal a se referir à exigência de uma instrução adequada ao cargo do magistério que esta Lei foi definida como marco inicial das preocupações legais com a formação dos professores. Em seu artigo 5º, a lei de 1827

estabelece que os professores “que não tiverem a necessária instrução deste ensino irão instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados nas escolas da Capital”. Com “instrução deste ensino”, a lei se refere à habilidade de se ministrar a partir do método mútuo, também conhecido como lancasteriano, sistema em que parte dos próprios estudantes atuavam monitores, método de ensino eleito para ser utilizado nas escolas de primeiras letras do país (TANURI, 2000, p. 63).

O poder público manifesta, então, na década de 1820 alguma preocupação com o preparo docente, postulando a necessidade de instrução específica. No entanto, se ausenta parcialmente, ao transferir parte desta responsabilidade para os profissionais, que teriam que, às próprias custas, providenciar sua instrução em um momento em que, cabe destacar, não havia instituições de formação de professores criadas pelo governo, seja do então Império ou de suas províncias. É somente em 1834, com a nova Constituição Federal e seu Ato Adicional do mesmo ano, que se é falado em centros de formação específicos para a instrução dos futuros professores, as chamadas escolas normais.

Nas primeiras décadas de existência das escolas normais, ainda que se tenha demonstrado uma preocupação com os conhecimentos didáticos do professorado, o que prevalecia na grade curricular dos estudantes eram as mesmas disciplinas ministradas nas escolas de primeiras letras, ou seja, o plano de estudos de ambas as instituições era basicamente o mesmo, sendo então desconsiderada a instrução didático-pedagógica dos futuros professores (TANURI, 2000, p. 64; SAVIANI, 2009, p. 144). Dessa forma, havia muito o que se alterar na formação específica para o exercício da profissão docente, uma vez que era extremamente similar à formação na educação primária.

A primeira instituição de formação docente nomeada como Escola Normal foi instalada em Paris, no ano de 1795. Quarenta anos depois, inaugura-se a primeira escola normal do Brasil, na então província do Rio de Janeiro, em 1835, que importou, assim como as demais futuras escolas normais brasileiras, o modelo europeu de ensino e de instrução para o magistério.

A criação das escolas normais no Brasil advém da aparente preocupação com a expansão e democratização do acesso à educação formal, mas tal fato, não obstante, não significa necessariamente que esse movimento tenha ocorrido em poucas décadas. Ao contrário, o acesso à educação continuava muito restrito e ainda era visto como direito “da elite”. Estudos sobre as escolas normais afirmam, inclusive, que as medidas de criação dessas instituições de ensino podem ter sido vistas pela elite dominante da época como favoráveis à manutenção de seu poder:

as primeiras iniciativas pertinentes à criação de escolas normais coincidem com a hegemonia do grupo conservador, resultando das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia e impor seu projeto político (TANURI, 2000, p. 63)

[A Escola Normal da Província do Rio de Janeiro] se transformava numa das principais instituições destinadas a consolidar e expandir a supremacia daquele segmento da classe senhorial que se encontrava no poder (VILLELA, 1992, p. 28)

A educação, campo de litígio entre os grupos que disputam o poder político, necessariamente reflete os valores da camada social dominante. Deste modo, podemos interpretar o interesse das classes hegemônicas nas escolas normais como necessidade de controle sobre os profissionais que atuarão nas instituições que se apresentam como decisivas para a manutenção ou não de sua supremacia. Ou seja, as classes hegemônicas precisam estar atentas não só às estruturas das escolas primárias – e atualmente às escolas do nível básico –, mas, também, ao que é promovido nos centros de formação docente².

As escolas normais em suas primeiras décadas apresentavam, então um caráter elitista e excludente, o que fazia com que poucos as acessassem e, que menos ainda, fossem capazes de permanecer matriculados nessas instituições. Indício desse fato é o constante fechamento dessas instituições, como no caso da primeira escola normal do Brasil, que foi suprimida em 1849, menos de duas décadas após sua abertura. Esse movimento não foi exclusivo da Província do Rio de Janeiro, tendo se repetido nas demais escolas normais ao redor do país, como afirma Tanuri (2000, p. 65):

Nessas condições [infraestrutura objeto de constantes críticas, além da baixa procura e inconstante frequência dos estudantes], tais escolas foram frequentemente fechadas por falta de alunos ou por descontinuidade administrativa e submetidas a constantes medidas de criação e extinção, só conseguindo subsistir a partir dos anos finais do Império.

Havia, então, um movimento de abertura e fechamento das escolas normais, sobretudo devido à baixa procura e frequência no curso de preparação para o magistério, o que fazia com que essas instituições fossem vistas como um grande investimento para o pouco retorno que gerava. Essas dificuldades se somavam ainda ao baixo número de profissionais formados e a um número menor ainda de profissionais que chegavam a exercer a função do magistério (TANURI, 2000, p. 64). Esses fatores podem ser vistos como esclarecimento para a permanência da problemática de professores sem formação

² Podemos observar a continuidade dessa preocupação das camadas conservadoras da sociedade até os dias atuais, em que há frequentes ataques às comunidades universitárias, com destaque aqui às licenciaturas, com a justificativa de preocupação com o que será ministrado nas escolas básicas, uma vez que muitas pautas sociais, políticas e, por consequência, educacionais, ameaçam a manutenção da supremacia dos valores defendidos por essas camadas sociais.

específica para o magistério ministrando classes de escolas primárias, mesmo após a passagem do século XIX para o XX (SIMÃO, 2023, p. 256).

A existência efêmera de institutos de preparo docente pode ser observada não somente nas capitais das províncias e futuros estados da Federação, mas, também, nas áreas do interior, como no caso da Escola Normal de Campos [dos Goytacazes], no interior do estado do Rio de Janeiro. Veremos este caso no tópico a seguir.

1.2 – A Escola Normal de Campos

A Escola Normal de Campos é a primeira escola de formação docente do interior do estado do Rio de Janeiro e de necessária análise neste trabalho não apenas para a compreensão de como se deu o avançar da criação dessas instituições, mas, também, para o desenvolvimento da problemática acerca do objeto desta pesquisa, o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert e a forma como este mobiliza as memórias que o cercam. A ENC, como dito anteriormente, enfrentou seu fechamento, em mais de uma ocasião. É após seu fechamento definitivo que é criado o Instituto de Educação de Campos, atual ISEPAM, que quase sessenta anos depois de sua criação irá reivindicar sua origem na ENC, coadunando narrativas que já circulavam na instituição: de que o fechamento da ENC deveria ser encarado como uma transferência de instalação e uma continuidade da Escola agora no novo Instituto. Essas discussões serão trabalhadas mais a frente, após a passagem cronológica dos acontecimentos que atravessaram essas duas instituições de ensino. Começemos por compreender onde são instaladas essas notórias instituições.

Campos dos Goytacazes faz parte da região norte do estado do Rio de Janeiro, sendo cortada pelo Rio Paraíba do Sul e chegando à parte litoral do estado. Sua localização geográfica influenciou sua inserção dos círculos urbano e comercial do país já em suas fases de colônia e império, uma vez que as águas que possui naturalmente seu território auxiliar no transporte de mercadorias diversas, além do canal Campos-Macaé de mais de cem quilômetros de extensão, um canal artificial com suas obras iniciadas na década de 1840, graças à mão de obra escravizada, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção açucareira da região.

Cabe esclarecer o que se entende neste trabalho como *região*, termo aqui utilizado também como um conceito. Os pesquisadores do campo da História Regional defendem

que “região” é um termo polissêmico e, portanto, uma região não deve ser confundida com um recorte territorial político-administrativo ou ser definido apenas a partir deste critério. Nesse sentido, a definição de uma região pode levar em conta múltiplos fatores, simultaneamente ou não, a depender do objetivo de seu estudo, levando em conta, por exemplo, critérios geográficos, econômicos ou socioculturais.

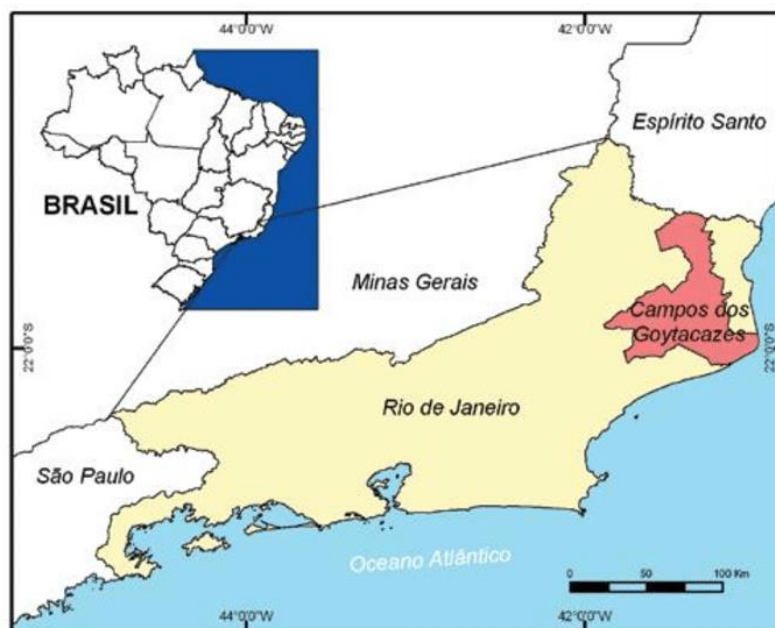
Não é raro vermos os termos região e local enquanto sinônimos, porém há autores que discordam deste uso, como José D’Assunção Barros, que traz o regional como um recorte que mostre um sistema, uma totalidade, ao contrário do local, que pode ser qualquer recorte (BARROS, 2010, p. 239). Nesse sentido, optou-se pelo uso de “região” para se pensar o Norte Fluminense, uma vez que este recorte se apresenta também enquanto um sistema, dado que os municípios que a compõem apresentam semelhanças econômicas e sociais, além de ser uma região politicamente definida. Mais adiante, mobilizaremos o conceito de região para se pensar a instalação das instituições foco da pesquisa em determinados bairros de Campos.

Campos dos Goytacazes, ou a Vila de São Salvador como era então nomeada é elevada à cidade em 28 de março de 1835, data em que é comemorado o aniversário do município, apesar de existirem debates entre os intelectuais campistas sobre a “correta” data de surgimento da cidade. De acordo com a historiadora professora doutora Rafaela Machado a data adequada seria 1º de janeiro de 1653, quando o nome de “Vila”, substituindo o de “povoação”, aparece pela primeira vez na documentação da Casa de Câmara e Cadeia³. As demais datas propostas também são anteriores ao ano de 1835, e buscam afirmar que a importância e autonomia da atual Campos precede em séculos a data em que é comemorado o surgimento da cidade.

Apesar de comemorado seu surgimento a partir de 1835, é correto afirmar que o município já apresentava destaque em sua província antes deste período. Atualmente Campos é o maior município em extensão territorial de seu estado e um dos mais populosos, possuindo 4.032,487km² e uma população estimada em 514.643 habitantes (IBGE, 2021).

³ Ver mais em: GREGÓRIO, Lohayne. “Debate Público Discute a Data de Criação de Campos dos Goytacazes”. **Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes**. Campos, 2021. Disponível em: <https://www.camaracampos.rj.gov.br/novo/index.php/tv-camara/1723-debate-publico-discute-data-de-criacao-de-campos-dos-goytacazes>. Acesso em 10/02/2024.

Figura 1 – Localização do município de Campos dos Goytacazes



Fonte: Mapa de localização do município de Campos dos Goytacazes (IBGE, 2008)

Seu nome é homenagem à nação indígena que habitava a região até o século XVII, os Goitacá. Esse grupo foi dizimado pelos colonizadores portugueses, o que resultou em um forte desaparecimento da herança indígena da região (ALVES, 2014, p. 5). Mesmo com as poucas informações sobre os Goitacá, sabe-se que eram habilidosos caçadores e nadadores (FEYDIT, 2004, p. 17). Todavia, para além dessas habilidades, a imagem mais difundida do indígena goitacá, sobretudo por comunicadores que trabalham em meios virtuais, é do selvagem, bravio e canibal, que foi dizimado justamente pela impossibilidade de assimilação com os europeus⁴, apesar de essa narrativa ser criticada por pesquisadores que apontam casos de boa convivência entre a nação goitacá das terras campistas e estrangeiros europeus (FEYDIT, 2004, p. 22).

A região do Norte Fluminense apresentava relevância no estado do Rio de Janeiro, e até no âmbito nacional, desde a primeira metade do século XIX, quando o Rio de Janeiro e os demais estados ainda eram províncias do Império, época em que a atividade açucareira se implantou fortemente na região de Campos, tanto em pequenas propriedades

⁴ Para exemplos da construção e propagação dessa narrativa sobre os Goitacá ver: BUENO, Eduardo. “Goitacás: a tribo indígena mais selvagem do Brasil”. Buenas Ideias. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WSPRp9_L5ZA. Acesso em: 10/02/2024
SEM AUTOR. “Você conhece os Goitacá, a mais temida tribo indígena do Brasil?”. Jornal Nota. 2021. Disponível em: <https://notaterapia.com.br/2021/10/19/voce-conhece-os-goytacazes-a-mais-temida-tribo-indigena-do-brasil/> Acesso em: 10/02/2024
CODEIRO, Hélivio Gomes. “A Verdadeira História do Índio Goitacá”. Bolg Instituto Historiar. 2009. Disponível em: <http://institutohistoriar.blogspot.com/2009/03/homenagem-ao-dia-do-indio.html>. Acesso em: 10/02/2024.

quanto em latifúndios e nas usinas açucareiras, que viriam a oferecer grande projeção política para o município (RAMOS, 2016, p. 64). Ao final do século XX, entretanto, a descoberta de um lençol petrolífero na região, provocou a transição, no município, de uma sociedade de base agrária, devido à predominância dos canaviais, para uma sociedade majoritariamente urbana e industrial (RAMOS, 2016, p. 66).

Com esta descoberta na década de 1970, a importância política e econômica de Campos para sua região foi renovada, devido ao grande aumento da arrecadação municipal. A geógrafa e professora doutora da Universidade Federal Fluminense Tramontani Ramos indica que neste contexto se desenvolveu um diversificado conjunto de atividades que “contribuem para a geração de empregos, circulação monetária, aumento do poder aquisitivo local e o aumento da circulação de pessoas a partir de uma nova, e peculiar, dinâmica migratória local e regional” (2016, pp. 65-66), que gerou, por sua vez, mudanças também sociais na região.

A população de Campos esteve, desta forma, em constante crescimento, mesmo com as perdas territoriais sofridas ao longo das décadas, evoluções que podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 2 – Evolução da população total do município de Campos

Ano	Quantidade de habitantes
1835	51.718
1920	175.850
1935	280.500
1991	376.496
2000	407.118
2010	463.731
2020	511.168

Fonte: (SIMÃO, 2023, p. 263)

A figura do indígena guerreiro, juntamente à de descendentes de europeus que travaram lutas pela disputa das terras, sobretudo devido ao seu potencial econômico, proporcionado pelo Rio Paraíba, suas lagoas e seus canaviais, bem como, mais recentemente pela descoberta da bacia petrolífera, promoveu a construção de uma identidade em torno dessa importância regional do município, que é constantemente reafirmada por seus políticos e intelectuais. O discurso sobre o papel de Campos para sua região atravessou os séculos. A contar do século XIX, a cidade assumiu importante papel

regional, “sofrendo ressignificações e reforçando, ao longo das décadas, uma dada memória responsável por uma identidade regional-campista” (ATALLAH, 2019, p. 250).

Nesse sentido, para além da relevância econômica e do consequente crescimento populacional de Campos, fatores observados desde o século XIX, a compreensão do município como de fundamental importância para sua região, fez despertar, também, preocupações no quesito cultural da cidade. Dessa forma, para se manter como centro de referência e mais avançado de sua região, em Campos, ainda no século XIX, cresce o ímpeto de acompanhar o que era considerado de mais moderno no âmbito da educação, fazendo com que o município se atentasse para a questão do investimento na criação de instituições voltadas para a instrução pública e gratuita de seus cidadãos.

No início do período republicano, havia no município cinquenta e nove escolas públicas, sendo a maioria localizada na zona rural do município e apenas dezesseis na zona urbana (RODRIGUES, 2019, p. 114). Já havia, deste modo, um significativo número de escolas no município, sobretudo se levarmos em conta se tratar de um município do interior do estado. De modo comparativo, no mesmo período, de 1896 a 1902, o número de escolas primárias no estado do Rio de Janeiro variara entre cerca de 750 e 400, a depender do ano de recenseamento, dado que as escolas primárias também sofriam com constantes fechamentos (ibidem, p. 91)

Com esse número expressivo de escolas em Campos, era necessário voltar a atenção, também, para a qualificação dos profissionais que atuavam nestas instituições. É nesse contexto, de início da experiência republicana brasileira, que foi criado o primeiro local voltado para a instrução dos futuros professores campistas, a Escola Normal de Campos, a segunda escola normal do estado do Rio de Janeiro. O seu surgimento coaduna com aquele definido como o segundo momento da trajetória das políticas públicas voltadas para as instituições de formação docente no Brasil, entre 1890 e 1932, que se caracteriza pelo estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais, como exposto na Tabela 1.

A Escola Normal de Campos foi criada através da Lei nº 164, de 26 de novembro e iniciou suas atividades em abril de 1895, no mesmo prédio em que funcionava – e ainda funciona – o Liceu de Humanidades de Campos (LHC) (LOPES, MARTINEZ, 2007, p. 67). Este edifício, um dos mais luxuosos da cidade, foi construído originalmente para ser residência de José Martins Pinheiro, mais conhecido como Barão da Lagoa Dourada, um grande proprietário de terras e escravizados, que chegou a ocupar cargos políticos no município, e se suicidou no fim do período imperial do Brasil, quando acreditava que as

ruínas que enfrentavam sua fortuna e propriedades eram causadas pelos avanços políticos e sociais, como o da iminente abolição da escravatura (FEYDIT, 2004, p. 485-486).

Não somente a arquitetura do edifício indica o poder político e econômico do Barão, mas, também, a localização escolhida para a construção. Área até então central de Campos, era a localização mais nobre da cidade à época de sua realização, além de ser o ponto mais elevado da *planície goytacá*. Neste mesmo perímetro estavam outras construções imponentes do período, como a residência do casal da alta sociedade campista, Maria Queiroz de Oliveira, conhecida como Finazinha por ter nascido no Dia de Finados, e seu marido, o industrial Atilano Crisóstomo de Oliveira, onde atualmente funciona a Casa de Cultura Villa Maria, pertencente à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), que recebeu a propriedade após sua doação pela Finazinha que, sem herdeiros, destinou sua residência à primeira universidade pública que se instalasse na cidade.

Outra construção histórica que representa o poder que circunda o prédio do Liceu de Humanidades de Campos é o prédio do antigo Fórum da cidade, construído em 1935 em estilo inspirado nos templos da Roma Antiga, que abriga atualmente a Câmara dos Vereadores de Campos. Esses três prédios, junto com a Praça do Liceu ao centro dessas edificações, compõem o chamado Quadrilátero Histórico de Campos, um ponto de visitação histórica da cidade, apesar de esta não ser considerada uma cidade turística.

A Escola Normal de Campos dividia, então, o espaço com o curso do Liceu de Humanidades, mas era evitado o convívio dos estudantes destes dos cursos, através da organização espacial das dependências do edifício. No artigo “Arquitetura, Escola e Memória: o edifício do Liceu de Humanidades de Campos”, os autores apresentam um relatório do Diretor do Liceu e da Escola Normal ao Secretário do Interior, em que este descreve as adaptações espaciais para o “bom convívio” das duas instituições:

[...] O quadrado formado pelas duas alas é fechado na parte posterior por três salas que são destinadas às escolas de aplicação, tendo a do sexo masculino a metragem de 5,80 x 8,70, a do sexo feminino 5,90 x 8,70, e a de entrada 6,40 x 5,40. Dá ingresso aos alumnos para a Escola Normal o grande portão do lado esquerdo contíguo ao corpo central do edificio do Lyceu, em cujo pavimento inferior estão as salas de espera das alumnas, a da toilette e uma outra onde estão installadas duas latrinas do systema «Unitas», observadas no seu assentamento todas as condições exigidas pela hygiene. As escolas de aplicação são também servidas por duas latrinas do mesmo systema. Pela sua collocação e distribuição, pôde-se dizer que as aulas da Escola Normal estão completamente separadas das do Lyceu, evitando-se assim a convivência entre os alunos dos dous institutos” (RELATÓRIO, 1897, p. 82 apud MARTINEZ, GANTOS, BOYNARD, 2006, p. 168-169).

Os autores defendem que tal organização tinha objetivo não apenas de separar os dois institutos, mas, também de seguir os preceitos morais da época, afastando os rapazes das moças (ibidem, p. 169), uma vez que a maioria dos estudantes do Liceu era composta por homens e a maioria dos normalistas era formada por moças. A predominância feminina na Escola Normal de Campos pode ser percebida já no primeiro ano de seu funcionamento, analisando o caderno de matrículas, em que se observa que, dos quarenta e sete alunos matriculados, apenas quatro são rapazes (CRESPO, 2009, p. 49). Essa minoria masculina em cursos de formação de professores primários pode ser observada até os dias de hoje, tanto nos cursos normais como nas licenciaturas em Pedagogia, de forma a manter a visão comum de que a docência na Educação Infantil e no primeiro ciclo do Ensino Fundamental é uma profissão essencialmente feminina, por vezes, muito mais vinculada ao cuidado do que ao ensino e desenvolvimento intelectual do estudante.

Com o passar do tempo, a profissão de professor primário tornou-se quase que exclusivamente feminina. A interpretação de se pensar o magistério como uma atividade que associa amor, doação e vocação para a maternidade se tornou o discurso que, segundo Oliveira (2004), foi usado como justificativa para o abandono pelos homens das salas de aula. (CRESPO, 2009, p. 89-90)

O magistério passa então, a ser vinculado a características tipicamente femininas, como paciência, afetividade, enfatizando, assim, a idéia de que a docência constituiu-se mais um sacerdócio do que profissão. (OLIVEIRA, 2004, 9. 171 *apud* CRESPO, 2009, p. 90)

Ainda sobre a divisão espacial das dependências do Solar do Barão da Lagoa Dourada, é interessante pontuar que, enquanto o Liceu ocupava o prédio principal, as salas destinadas aos normalistas ficavam no térreo do prédio, onde funcionavam décadas antes as senzalas anexas à casa do Barão. Os trabalhos sobre o Liceu de Humanidades de Campos que abordam a época em que a Escola Normal coabitava o prédio defendem que tal divisão é reflexo da falta de credibilidade do curso de formação de professores, em comparação ao curso científico dos liceus, e possível consequência do papel social inferior dispensado às mulheres (CRESPO, 2009, p. 50).

Apesar do número expressivo de matrículas, tendo em vista que se tratava de um curso novo na cidade, a frequência e permanência no curso eram muito reduzidas, dados também obtidos nos cadernos de matrícula pela pesquisadora Márcia Regina Crespo (2009, p. 50):

[...] nos primeiros quatro anos de funcionamento, embora as mulheres se apresentem em maioria, não existiu comprometimento com a frequência, nem com o comparecimento às avaliações. [...] Outro ponto que chamou a atenção foi a não continuidade dos nomes no segundo ano, deduzindo que os motivos

que levaram essas mulheres a procurar a Escola Normal para obter uma profissionalização não foram determinantes para que elas, em sua maioria, chegassem à etapa conclusiva. Situação quase idêntica apareceu nos registros dos quatro homens matriculados. Todos têm características em comum: notas abaixo da média, irregularidade da frequência e desistência antes de completar o período letivo.

Esta baixa frequência e permanência escolar, assim como o baixo número de profissionais formados, era característica comum às escolas normais nas décadas iniciais de seu surgimento. Como exposto anteriormente, a Escola Normal de Campos também enfrentou o encerramento precoce de suas atividades no ano de 1900, muito devido a esses fatores, que tornavam o empreendimento muito oneroso para os cofres públicos, que viam pouco retorno dessas iniciativas. Foi no contexto da Reforma de Instrução do Estado do Rio de Janeiro de 1900, que reduzia o valor das despesas com a educação e dava poder ao governador de fundir ou extinguir institutos de ensino (SIMÃO, 2023, p. 265), que a ENC teve seu funcionamento interrompido.

O jornal Monitor Campista, periódico de grande circulação em Campos entre a década de 1830 e os anos 2000, publicizou o telegrama do governo do estado que justificava as medidas da Reforma e o consequente fechamento da ENC, considerado por ele uma vã esperança, como podemos conferir em sua declaração:

Entretanto, foi completamente iludida a expectativa geral e o ensino normal [...] tornou-se elemento oneroso aos cofres públicos. Senão vejamos: em 1891 a despesa feita com o ensino normal foi de 36:335\$144, em 1893 foi de 65:875\$003. [...] Em 1898 foi de 143:950\$000. Só em 1897 foram, pela primeira vez no novo regime, diplomadas nove professoras pela Escola Normal de Nitheroy. Em 1898 diplomaram-se doze professoras, sendo sete pela Escola Normal de Nitheroy e cinco pela Escola Normal de Campos. [...] Portanto, o estado diplomara, neste quinquennio, vinte e um professores primários, dos quaes até essa data apenas três exercem o magistério público em suas escolas. Cada professor veio a custar aos cofres públicos 23:928\$360, e a totalidade dos diplomados, vinte e um, custou 481:493\$737 (Extincccção da Escola Normal, 13/02/1900).

Apesar das considerações do governo estadual sobre a manutenção de uma escola normal na cidade de Campos, a extinção da ENC gerou críticas negativas, que circularam pelos jornais da época. O Monitor Campista chegou a afirmar que seria mais interessante que se extinguisse a Escola Normal de Niterói, uma vez que, havendo uma Escola Normal na capital do estado, os normalistas de Niterói poderiam se transferir para lá, o que não seria possível para os moradores de Campos e região (MONITOR CAMPISTA, 13/02/1900).

Dessa forma, a crença era que o fechamento da instituição de formação docente em Niterói seria menos danoso que o mesmo em Campos, uma vez que a ENC não atendia

apenas a cidade de Campos, que já possuía uma relevante quantidade de escolas primárias e grupos escolares, mas, também as cidades vizinhas ao município (RODRIGUES, 2019, p. 96). Deste caso, é possível notar que o encerramento da Escola Normal da cidade foi sentido como uma forma de menosprezar a relevância do município e, logo, de suas instituições, o que provocou descontentamento exposto na mídia local.

Tendo em vista a sentida necessidade do funcionamento de um instituto de preparo para o magistério em Campos, a iniciativa privada financiou a criação da Escola Normal Livre ainda em 1900, que funcionava no prédio do Liceu de Artes e Ofícios Bittencourt da Silva (RODRIGUES, 2019, p. 107). A criação da nova escola normal foi apoiada pela Câmara Municipal de Vereadores, indicando que o poder público municipal também percebeu o encerramento das atividades da ENC negativamente. Todavia, a Escola Normal Livre, não obstante às outras, também teve um curto período de funcionamento, sendo fechada no ano seguinte à sua abertura, uma vez que, atendendo às pressões do município e o apelo da Câmara dos Vereadores de Campos, o Governo do Estado resolveu pelo reestabelecimento da ENC, que voltou a funcionar anexa ao Liceu, como anteriormente (CRESPO, 2009, p. 52; RODRIGUES, 2019, p. 107).

Apesar do curto espaço de tempo, é possível perceber mudanças na ENC no seu retorno ao Liceu quanto à consolidação do curso, como afirma Crespo (2009, p. 52) ao observar o segundo livro de matrículas, em que nota que, a partir de 1901, a “frequência torna-se mais regular, diminui o índice de evasão e aumenta o número de homens que procuram a profissão docente”. É, então, nesta nova fase de sua existência, que a ENC começa a ser compreendida pela população como um referencial no campo da formação dos futuros professores da região.

Neste novo período, em 1916, a ENC recebe a Escola Modelo Seis de Março, que se anexou à primeira como seu colégio de aplicação, onde os normalistas poderiam articular os conteúdos teóricos aprendidos nas aulas do curso normal com as atividades práticas do exercício de sua profissão. Entretanto, indicando a recorrência do caráter de volatilidade da existência das instituições de educação formal da época, a Escola Modelo foi extinta em 1931, deixando a ENC sem colégio de aplicação.

Apesar desta perda, nas décadas de 1920 e 1930, fase final do período de expansão e consolidação do modelo das escolas normais, como posto por Saviani (2009), a ENC passou por importantes transformações, tanto no que se refere ao seu currículo, que passou a incluir mais disciplinas de caráter didático-pedagógico (CRESPO, 2009, p. 55), quanto na utilização do espaço do Solar, que, a partir de 1931, deixou de discriminar entre

liceístas e normalistas as dependências do prédio, fazendo com que os dois cursos compartilhassem tanto o prédio principal quanto as salas que outrora abrigaram as senzalas (ibidem, p. 57).

No período que se segue à queda do Estado Novo no Brasil e ao fim da Segunda Guerra Mundial se ampliam as expectativas de ascensão social através da educação, movimento este que atrai mais atenção para os debates sobre as escolas básicas e de formação de professores (CRESPO, 2009, p. 64). É nesse contexto em que, corroborando com a linha temporal de Saviani (2009), surgem e se consolidam os Institutos de Educação, instituições de formação docente em moldes mais modernos, e se inicia o movimento de criação de cursos de mesmo objetivo a nível superior. Neste novo cenário, a ENC enfrenta um de seus momentos mais decisivos, ao buscar seguir as novas diretrizes exigidas para o seu funcionamento, como veremos no tópico a seguir.

1.3 – As medidas educacionais da Reforma Capanema: ruptura ou continuidade da Escola Normal?

Em 1947, é inaugurado o Grupo Escolar Saldanha da Gama no prédio que viria a abrigar o que entendemos hoje como Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert. A sua localização, apesar de ser atualmente uma zona urbana do município, era, à época de sua instalação, em zona periférica e pouco nobre da cidade, devido à sua pouca infraestrutura, o que pode ser visto como indicativo da real expansão dos centros de educação formal em meados do século XX (CRESPO, 2009, p. 66).

Nesta mesma década é promulgada uma lei que afeta diretamente a possibilidade de manutenção da ENC: a Lei Orgânica do Ensino Normal, de 21 de janeiro de 1946. A nova lei referente ao ensino normal compunha as leis orgânicas editadas durante a Reforma Capanema, entre 1942 e 1946, denominação esta que se reporta ao então ministro da Educação, Gustavo Capanema. Este foi um momento delicado para os centros de formação docente, que deveriam se adequar às novas diretrizes legais de seu curso ao mesmo tempo em que necessitavam se expandir para atender a demanda crescente por novos profissionais da educação básica, uma vez que:

a reorganização dos sistemas estaduais no sentido de adequá-los à Lei Orgânica de 1946 deu-se paralelamente ao considerável surto de crescimento das Escolas Normais e dos Institutos de Educação, que acompanhou a política expansionista da rede escolar implementada no período desenvolvimentista (CRESPO, 2009, p. 63).

A Lei Orgânica de 1946 estabeleceu condições para que os interessados ingressassem no curso normal, que envolviam o seu comportamento e definiam a idade limite em vinte e cinco anos, condições estas que são compreendidas pelos pesquisadores como de forte orientação elitista que já não condizia com o momento de redemocratização do país e de expansão do acesso à educação formal (CRESPO, 2009, p. 63). Outra exigência para a criação e o funcionamento dos cursos de formação docente era que estes fossem oferecidos em instituições que abrigassem também um jardim de infância e um grupo escolar ou escola primária, para que atuassem, também, como colégio de aplicação dos normalistas. Tal diretriz corroborou na decisão pelo fechamento da ENC, uma vez que o prédio do Liceu, onde ela funcionava, desde a década de 1930 não contava com o grupo escolar que outrora existia em suas dependências, fazendo com que a ENC existente no Solar não atendesse às novas exigências legais para a sua manutenção.

Para atender às diretrizes estabelecidas pela Lei Orgânica, o estado do Rio de Janeiro reorganizou sua Secretaria de Educação e Cultura (SEEC/RJ), através da Lei nº 2.146 de 12 de maio de 1954. Em sua nova configuração, dividiu-se em quatro departamentos, sendo um deles o de Ensino Médio, departamento que ficou responsável pela criação dos novos centros de formação docente do estado (CRESPO, 2009, p. 66).

No momento em que a lei que reorganizava a educação no Rio de Janeiro entrava em vigor, a ENC foi oficialmente extinta. Para atender à demanda dispensada à antiga ENC, foi criado pelo Departamento de Ensino Médio o Instituto de Educação de Campos em 1954, iniciando suas atividades em 1955 (idem). Este passou a ocupar o prédio do Saldanha da Gama, capaz de cumprir as exigências da nova legislação do ensino normal, por possuir segmentos que funcionariam enquanto colégio de aplicação para os normalistas.

Os estudantes matriculados na ENC foram transferidos para o IEC para dar continuidade à sua formação. Esse movimento, contudo, não foi bem recebido pelos normalistas. Apesar de sua localização ser estratégica, rota de passagem de diversos bairros da cidade ou de cidades vizinhas, o que promovia o acesso facilitado, era distante da área mais central e nobre de Campos. Nesse sentido, as regiões, termo pensado aqui também como um conceito que referencia um recorte espacial com lógica própria, em que foram instalados a ENC e o IEC, apesar de separadas por poucos quilômetros, foram capazes de interferir na dinâmica dos cursos, além de provocar percepções destoantes sobre a valorização do curso.

Tal mudança foi percebida pelos alunos como uma perda de prestígio do curso normal em Campos, uma vez que este era oferecido em um luxuoso prédio na área nobre da cidade e dividia espaço com uma instituição consolidada e reconhecida, o Liceu, e passou para uma instituição recém-construída, que contava apenas com os primeiros segmentos da educação formal e em área pouco valorizada pela sociedade campista da época. Em seu trabalho, Crespo faz uso de relatos diversos de ex-normalistas do então IEC, em que pode confirmar essa compreensão sobre esse momento. Uma depoente afirma que

trouxe muitas lágrimas sentidas por deixar o melhor colégio de Campos, na melhor época de minha vida, no último ano do Curso Normal. A recepção foi péssima, as alunas desmotivadas, o Grupo Escolar “espremido”, perdia espaço para nos receber... Nesse clima pesado foi instalada, na nova casa, a Escola Normal (2009, p. 70).

A imagem a seguir captura a visão aérea da área central da cidade de Campos. Nela podemos ver a distância entre as duas instituições, o LHC e a ENC. No canto superior esquerdo, está destacado o LHC e, no canto inferior direito, a ENC. Sua localização, atualmente, é mais valorizada, graças à expansão da malha urbana da cidade com o passar das décadas. Observe abaixo:

Figura 2 – Mapa aéreo LHC - ISEPAM



Fonte: Google Earth

A imprensa da cidade também se manifestou negativamente sobre a transferência do curso e as condições de instalação do novo instituto. Na edição de 11 de março de 1955 do Monitor Campista é dito que a “Transferência quase só no papel – não tem instalações no Saldanha da Gama o Curso Normal – até água falta... nada pior poderia ter acontecido àquele curso. Foi um péssimo negócio a transferência...”.

Outro posicionamento possível é de que a localização do prédio foi estratégica, um ponto de passagem entre várias localidades de Campos e região, e que ajudou a impulsionar o crescimento da malha urbana. A professora Simone Higino coloca que

A cidade acabava exatamente onde hoje é o ISEPAM? Só que era tudo lavoura, tudo canavial. Esses bairros que existem que não existiam. Então assim, foi uma estratégia, construir uma escola. Você não vê escolas estaduais do porte do ISEPAM. Desde que ele foi construído, ele já foi construído assim, gigantesco. (entrevista 4, 2023)

É necessário pontuar que o prédio não foi construído para abrigar o Instituto de Educação, mas sim foi criado para ser o Grupo Escolar Saldanha da Gama, instituição de ensino primário inaugurada em 1947, posteriormente incorporado ao IEC. Todavia, desde sua construção, sua visão sobressaía na região em que se encontrava, por ser um

imponente prédio, em arquitetura de inspiração neocolonial, que emanava a modernidade dos *Anos Dourados*, em meio a propriedades rurais.

O bairro, que surgiu com características rurais, com o passar dos anos adquiriu um desenho peculiar de arquitetura: moradias singelas foram erguidas em terrenos exíguos, ao lado de casas senhoriais em chácaras, cujos proprietários, geralmente, eram senhores de grandes áreas de terra na baixada campista, o que configurou a convivência de classes sociais distintas. Razão pela qual o bairro sempre foi considerado zona não-nobre. (CRESPO, 2009, p. 67)

Esse momento de transferência significou um certo enfraquecimento na identidade dos normalistas, que passaram por mudanças legais, espaciais e sociais em seu curso. Esse período marcou uma ruptura na história do curso normal em Campos, que trouxe insegurança em relação ao futuro do curso dentre os estudantes, que se viram desmotivados no início da transferência. Um personagem importante nesse cenário foi o diretor Décio Ferreira Cretton, que organizou diversas atividades para integrar os diferentes cursos que habitavam as dependências do prédio, de forma a tornar o clima escolar mais acolhedor, sobretudo para os normalistas, que se sentiam mais distantes do restante da comunidade escolar. Essas atividades, que contavam, por exemplo, com a participação da instituição em festividades da região, foram bem-sucedidas e, paulatinamente, “os vínculos foram criados e a identidade do grupo foi construída” (CRESPO, 2009, p. 70-72).

Esse é um momento marcante não apenas na história da ENC e do atual ISEPAM, mas, de mesmo modo, central para a reflexão proposta por esse trabalho, uma vez que se trata de um período visto como ponto de ruptura, mas também de continuidade, prevalecendo, a depender da maneira de compreender a trajetória do ISEPAM, ora a perspectiva de continuidade, ora de ruptura. O fato é que existem duas narrativas sobre a história do ISEPAM, uma institucionalizada até os primeiros anos da década de 2010, que compreende o ano de 1954 como o encerramento da antiga ENC e a criação de uma outra e nova instituição, o IEC, mesmo que se tenham transferido os normalistas de uma escola para a outra.

Nesta perspectiva, prevalece a noção de ruptura, mesmo que haja uma noção de continuidade do curso normal na cidade de Campos, uma vez que consideram, nessa visão, as mudanças que o tal curso em Campos sofreu – desde as legislações que definiram a extinção e a criação das instituições citadas até as alterações sociais e espaciais que ocorreram no cotidiano dos normalistas – tendo em vista que, a partir de 1955, passaram a estudar em um outro instituto e a conviver com um novo corpo escolar, tanto em relação aos demais estudantes, quanto em relação aos profissionais que atuavam

no IEC e no Grupo Escolar. Considerando essa perspectiva, até os anos 2000, o ISEPAM comemorava seus aniversários contabilizando sua idade a partir do ano de 1954, ano de criação do IEC. Nessa perspectiva, portanto, o ISEPAM teria sessenta e nove anos hoje em dia.

Todavia, o Instituto comemorou, no ano de 2023, 128 anos. A nova forma de contagem da idade do ISEPAM que se oficializa a partir da década de 2010 e que considera o ano de 1895, início das atividades da antiga ENC, como começo da história do novo instituto. Nessa perspectiva, prevalece a noção de continuidade, em que o foco recai sobre a transferência do curso normal e de seus estudantes de uma instituição para a outra, e se evidencia o vínculo entre ambas, uma vez que se entende que, caso a ENC não houvesse sido extinta, o atual ISEPAM não teria surgido, sendo, assim, a continuidade desta primeira instituição.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir sobre a construção de diferentes narrativas sobre a história do ISEPAM e como a memória da ENC e do IEC é mobilizada de formas diversas a depender do recorte de análise, o que evidencia o caráter vivo da memória (NORA, 1993, p. 9). Intenciona-se, também, compreender o movimento de oficialização, nos anos 2010, da narrativa em que prevalece a noção de continuidade, narrativa esta que as fontes indicam que já circundava a instituição e a cidade de Campos. Isto é, para além do que estamos chamando de memória oficial do ISEPAM, aquela elaborada e propagada pelo Instituto, a memória institucional, circulavam e circulam ainda hoje narrativas que contradizem a versão oficial. Nesse sentido, antes da oficialização da narrativa da continuidade, já havia aqueles que defendiam a ENC e o IEC como uma mesma instituição. Esse fenômeno evidencia o caráter múltiplo da memória, tornando impossível falar de uma memória universal, mesmo no caso de instituições de pequeno e médio porte, como no caso do ISEPAM.

1.4 – Do Instituto de Educação de Campos ao Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert

Desde seu surgimento, o IEC passou por algumas transformações, que vão desde o oferecimento de novos cursos e segmentos educativos até a adequação de seu espaço físico para os comportar. Em 1965, altera seu nome para Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert (IEPAM), em homenagem a um ex-aluno do curso normal, matriculado no ano de 1906, que seguiu carreira política, chegando a ser diretor do Departamento do Ensino Médio da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro (SEEC/RJ),

departamento esse responsável pelo Instituto, o que fez com que Muylaert mantivesse contato com sua antiga instituição de ensino mesmo após a conclusão de seu curso. Muylaert esteve na direção da SEEC/RJ durante a década de 1950, período de significativas reestruturações nos cursos normais. A pesquisadora Márcia Regina Crespo aponta em seu trabalho um rigoroso controle de tal Departamento sobre o Instituto, que fazia com que este último usufrísse de pouca autonomia em sua administração (CRESPO, 2009, p. 87).

Esse expressivo rigor transparecia também no processo seletivo de ingresso para o Curso Normal oferecido pelo IEC. Com vagas muito disputadas, o preparo dos estudantes para o concurso se iniciava anos antes, com aulas particulares e cursos preparatórios específicos.

Esses procedimentos para o ingresso ao IEC tornaram o curso disputado. Ao ser aprovada, a candidata tinha a sensação de ter alcançado uma meta excepcional. Era o início de sua emancipação, uma vez que o acesso ao IEC era considerado o passaporte para o ingresso, quase certo, na rede pública de ensino. Acrescido da oportunidade, caso fosse aluna com resultado acima da média, de ter sua nomeação garantida para o quadro do magistério público, conforme a legislação vigente (ibidem, p. 88).

Essa jornada até o ingresso no curso normal acabava por dispensar a este mais prestígio e, conseqüentemente, aos seus estudantes. Apesar da sensação de sucesso sentida pelos normalistas ao ingressarem e ao concluírem o curso, o retorno financeiro da profissão estava muito aquém do desejado. Ex-normalistas do IEC, em depoimentos para a pesquisadora Márcia Regina Crespo, afirmam que seus ordenados possibilitavam a continuidade dos estudos em uma instituição de nível superior ou a complementação da renda doméstica, não mais do que isso, não significando, deste modo, o alcance de uma total independência (ibidem, p. 89).

Apesar desta realidade profissional menos gloriosa, a figura da normalista estava fortemente presente no imaginário da época, não apenas do campista. O ideal da normalista está presente em obras brasileiras, dentre as quais podemos citar o livro *A Normalista* de Adolfo Caminha, grande nome no movimento literário naturalista brasileiro, e as músicas “Tudo Outra Vez” e “Normalista”, de Belchior e Nelson Gonçalves, respectivamente.

Durante o século XX, o curso normal era muito prestigiado na cidade de Campos e, associado a ele, o então IEPAM. Famílias se mudaram da região rural para que as filhas pudessem acessar o curso do Instituto e acreditavam que o diploma de normalista era um

“tesouro” que deixariam para seus filhos (CRESPO, 2009, pp. 115 e 134). Até o final dos anos 1990, havia diversas turmas em todas as séries do curso normal do Instituto, contando cada uma com, em média, quarenta alunos. Nos anexos I e II, vemos um trecho do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 27 de abril do ano de 1994, em que lista os formandos do então IEPAM no ano letivo de 1993.

A partir do grifo em amarelo, vemos a listagem de formandos, indicando que no ano de 1993, quatro turmas com número de alunos entre trinta e nove e quarenta concluíram o curso normal, além das turmas dos estudos adicionais, o chamado “adicional” entre as estudantes. Este último se tratava de um curso complementar, de caráter não obrigatório para a obtenção do diploma de professor a nível médio. Nele, os normalistas poderiam se especializar na docência para a alfabetização, atual primeiro ano do Ensino Fundamental I, ou para a pré-escola, atual Educação Infantil, ou ainda, nas duas simultaneamente, como no caso da primeira turma do adicional. Essas classes, mesmo de caráter complementar, também apresentam classes cheias, chegando ao número de quarenta e quatro estudantes em dois casos. Contando todas as modalidades, nesse ano, contabilizou-se quase dez turmas formandas.

Essa realidade muda a partir dos anos 2000, quando tanto a procura pelo curso normal decaiu quanto a quantidade de formandos. Em relato, a professora Simone Higinio afirma que no ano em que começou a trabalhar na instituição, havia dez turmas de terceiro ano, enquanto nos dias de hoje há apenas uma turma concluinte, com um número muito reduzido de alunos. A professora explica que o baixo número de formandos está diretamente ligado a diminuição da oferta de vagas para o ingresso no curso, que está em contabilizada em quarenta:

Então a gente tem professor, a gente tem sala, a gente tem espaço. A gente tem interesse, mas eles só abrem 40 vagas. Você sabe da evasão escolar. Como que você monta uma turma de primeiro ano com 40 alunos? Você quer chegar no terceiro ano com quantos alunos? Sabendo que há reprovação, há a desistência, a evasão escolar. Como é que você faz isso? (HIGINIO, entrevista 4, 2023)

As demais professoras entrevistadas também apontaram para a redução do número de normalistas ao longo dos anos, como a Ana Paula Ferreira que declarou para a pesquisa que “nós tivemos uma turma de terceiro ano normal que se formaram acho que 7, então, de tanto que eles diminuíram essa oferta de vagas, então era uma coisa que a gente todo ano a gente tinha que travar uma briga diferente” (entrevista 3, 2023).

As que já trabalhavam na instituição na década de 1990 apontam um momento como crucial para as turbulências que o curso normal do Instituto irá enfrentar: a saída da Secretaria de Educação e passagem para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, a quem Higino se refere por “eles” na fala acima.

Em 2001, o então IEPAM, é transferido da Secretaria de Educação do estado para a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), órgão de ensino também de nível estadual, pertencente à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. A FAETEC é mantenedora de outras instituições de ensino na região, inclusive no município de Campos, como a Escola Técnica Estadual João Barcelos Martins e a Escola Técnica Estadual Agrícola Antônio Sarlo, ambas que oferecem cursos técnicos a nível médio. As professoras acreditam que a intenção da FAETEC era transformar o Instituto em uma escola técnica, sendo necessário para isso o encerramento do curso normal e dos primeiros segmentos da Educação Básica oferecidos pela escola: a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, cursos que destoavam dos demais mantidos pela Fundação.

Nesse momento se inicia então uma disputa de interesses entre os profissionais do então IEPAM e a Rede FAETEC. As propostas de mudança da Fundação iam de encontro com os desejos do IEPAM, que desejava se manter enquanto um Instituto de Educação, mantendo seu tradicional curso normal. *Luta* é o nome dado para a relação FAETEC-ISEPAM pelas professoras que viveram esse momento. Ao falar desse processo de transferência do Instituto, Higino afirma:

Então, o que que vai ser de nós, né? E aí começou uma luta durante 10 anos. Porque eles vieram para cá em 2001, a FAETEC, e a gente só conseguiu resolver nossa situação em 2011, né? Que situação é essa? Situação administrativa mesmo, situação de plano de carreira (entrevista 4, 2023).

E mesmo que essas questões burocráticas e administrativas tenham sido resolvidas, não significa que a relação entre o Instituto e sua mantenedora tenha seguido sem embates. Sobre a problemática da proposta de extinção de determinados cursos na escola, a professora declara que o corpo docente “sempre teve essa preocupação, porque tudo nosso aqui é uma luta com a FAETEC, tudo é discutido, nada é assim. Nós somos rebeldes. Nós temos uma rebeldia aqui, sabe? Da gente contestar as coisas”. Essa declaração encontra eco nos demais depoimentos, ao falar sobre a resistência do ISEPAM em alterar o que considerava tradicional na escola. A professora Ana Paula Ferreira afirma que “o fato deles terem permanecido com a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, foi uma briga nossa que era uma briga constante, a gente vivia

fazendo documentos e pedindo porque a intenção era acabar com tudo” (entrevista 3, 2023). Simone Barros, outra professora da instituição, também pontua que todas as determinações da rede mantenedora eram debatidas pelos profissionais do Instituto: “[...] A gente sempre lutou muito, foi uma luta sempre, muita divisão, ‘o que é bom, o que não é’; ‘vamos aceitar, não vamos’[...]” (entrevista 2, 2023).

O modo como foi realizada a transferência corroborou para a instalação desse clima de combate na instituição. De acordo com as profissionais entrevistadas, não houve discussão da proposta de transferência do Instituto, nem mesmo um comunicado prévio. A sensação que foi gerada de que a transferência foi feita às escondidas do corpo escolar. Quando questionada sobre as mudanças enfrentadas pelo ISEPAM ao longo dos anos, Higino afirma que a:

Mais impactante que nós tivemos aqui foi a essa mudança drástica, repentina de Secretaria. Porque, como a gente costuma dizer aqui, você deve ter ouvido isso de muitos, a gente dormiu Secretaria de educação, então dormiu SEEDUC e a gente acordou Secretaria de Ciência e Tecnologia. Não houve em nenhum momento uma comunicação prévia de que isso iria acontecer, de que havia um processo, de que havia uma intenção do governador de fazer essa mudança de Secretaria. Simplesmente nós batemos o ponto, fomos embora para casa. No dia seguinte, quando nós viemos, estava todo mundo aqui dentro, várias pessoas que a gente nunca viu comemorando que a gente tinha mudado de Secretaria. A gente não entendeu nada. (entrevista 4, 2023)

Nesse sentido, houve muita resistência à transferência e às decisões tomadas pela sua nova mantenedora, uma vez que Instituto não teve oportunidade de opinar sobre o seu destino. Ferreiro explica que

a gente ficou meio desconfiado com aquela, porque era tudo muito novo. A gente não aceitou de cara, ficamos, na verdade, a gente queria que permanecesse como estava, mas aí não teve jeito, dependia muito da do governo da época (entrevista 3, 2023).

Apesar da relutância da Rede FAETEC em prosseguir com o curso de formação de professores, é durante sua gestão que o Instituto, inaugura, em 2002, o Curso Normal a nível superior, curso que traz o S à nomenclatura da instituição, que se torna Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert, como se intitula até hoje. Em 2009, este curso se transforma na Licenciatura em Pedagogia, curso ainda oferecido pelo ISEPAM⁵.

Mesmo possuindo o mesmo objetivo de formação docente, não foi estabelecida uma relação estreita entre o curso normal e a atual Licenciatura em Pedagogia. Todas as participantes da pesquisa, sejam docentes do superior ou não, afirmaram sentir um

⁵ VÍDEO comemorativo dos 125 anos do ISEPAM. Roteiro: Mirian Carvalho de Araújo. Disponível em: <https://www.facebook.com/905856209437096/videos/3050185215061793/>. Acesso em: 10/02/2024.

distanciamento entre o curso superior e a escola básica. Discutindo a grande extensão do ISEPAM e a quantidade expressiva de segmentos e cursos oferecidos, Ferreiro afirma que não havia

integração por parte do curso superior não. A gente não via muito, não, era sempre muito separada. A gente brigava um pouco por conta disso, que às vezes eles não se envolviam. Não ficava, assim, como se a escola de aplicação fosse uma coisa à parte. Eles não se envolviam, não. Não tinha muita integração, não [...] eu não sei como é que está essa integração, mas sempre foi precária. O superior não se envolvia muito com as questões do colégio de aplicação (entrevista 3, 2023).

Barros afirma que, mesmo nos momentos de greve e reivindicação de melhorias para o Instituto, não sentia a busca por uma unidade por parte do corpo docente e discente do nível superior:

Esse sentimento não é só meu. Eu digo sim, porque a gente comentava muito sobre isso “ai como elas são antipáticas, como que até na hora da greve ficava separadinho lá, nunca iam”, parecia que fechar 28⁶, ir para o centro, aquilo era coisa de só nossa, mas de benefício para pagar. Faziam greve, mas não estavam lá. Então, e olha que eu trabalhei no adicional. Era noite, era como se fosse outro curso. [...] Então a gente nunca teve isso, nem quem trabalhava no ensino médio pro fundamental. A gente não sentia isso, só fomos sentir com o superior (entrevista 2, 2023).

A separação mencionada pela professora não era vista apenas no clima escolar, mas também no espaço físico da escola. As salas de aula, de coordenação e de secretaria ficavam apartadas dos espaços da escola básica, o que pode ter dificultado a aproximação dos diferentes cursos. A professora Higino acredita que a forma como foi instalado o curso superior na unidade influenciou a construção dessa barreira, uma vez que se criou o curso, assim como foi a transferência para a rede FAETEC, sem consulta à comunidade escolar.

Eu acho que foi a forma como as coisas aconteceram com o curso superior. De repente foi montado um normal, que eles se chamavam de normal superior, não era pedagogia. A gente tinha o normal em nível médio e o normal superior. E a gente tinha um professor que dava aula para o normal superior e que se achava muito superior ao professor que dava aula pro normal médio. Então foi aberta uma lacuna, porque tudo dentro da instituição ficou tudo meio que reservado para o normal superior [...] O pessoal não aceitava aquilo. ‘Que história é essa? [...] Existe o normal superior, então o meu é o quê? Inferior. Então eu dou aula para o normal inferior, é isto?’ Então começou a ter essa picuinha, sabe? E aí, meio que que a até hoje existe, velada, uma segregação, sabe? Existe um muro ali, de contenção, meio que dividindo a escola básica, que a gente chama de escola básica, que vai até o curso médio, ensino médio e o curso de pedagogia. Meio que eles não, se não se falam, entendeu? (entrevista 4, 2023)

⁶ Refere-se à Avenida 28 de março, uma das principais vias urbanas da cidade, ponto de passagem da maioria das linhas de ônibus da cidade, onde se localiza o ISEPAM e é considerado ponto estratégico para manifestações, uma vez que é capaz de obstruir facilmente o trânsito da área urbana.

Esse distanciamento dos cursos, citado com pesar, ainda é, então, sentido até hoje, inclusive pelos docentes do nível superior. A coordenadora do Centro de Memória do Instituto, que também é professora do nível superior, afirma perceber esse clima de separação do nível básico para o superior e menciona, também, como influência o modo de instalação do curso na unidade.

quando cheguei [em 2005], eu ainda vivi esse clima da chegada do S, o S aí do superior da nomenclatura do instituto, e eu posso te dizer que nunca foi algo assim muito tranquilo. Eu entendo que a transformação do IEPAM para o ISEPAM se deu através de decreto, não é? Não houve consulta na comunidade, à comunidade, não houve consulta, não houve participação, foi algo de cima para baixo [...] ainda assim, o clima entre o que a gente chama da escola básica e o ensino superior nunca fui, assim, como se fosse uma mesma escola, não é? Não é tranquilo dizer isso. Mas sempre houve uma certa divisão, sim. (entrevista 1, 2023)

Tal sentimento chama atenção, pois o ISEPAM é uma instituição que oferece cursos em diversos segmentos de ensino, oferta que se inicia na Educação Infantil, atravessa o Ensino Fundamental e Médio e chega ao ensino superior, todavia essa queixa envolve apenas o nível superior. Atualmente, o ISEPAM oferta os cursos técnicos em Informática e Secretaria Escolar, além dos cursos abertos à comunidade externa, como o de línguas e instrumentos musicais. Calcula-se que estejam matriculados cerca de quatro mil alunos na instituição, distribuídos entre estes diferentes cursos⁷.

O Instituto chegou a possuir turmas de pós-graduação em Gestão Escolar por volta dos anos 2010, mas o curso foi descontinuado, bem como a Licenciatura em Educação no Campo que funcionou durante breves anos no mesmo período. A oferta, mesmo que efêmera, desses cursos, juntamente com o curso técnico em Secretaria Escolar indicam que o Instituto procura se manter como instituição preparatória para a atuação no campo da Educação, tentando seguir, inclusive, as novas demandas do mercado de trabalho.

Atualmente, em concursos públicos e demais processos seletivos da área educacional, podem ser pontuados para a aprovação os anos de experiência profissional e, também, a formação continuada do candidato, em cursos de pós-graduação ou em outros de variados níveis, até mesmo os de curta duração, fazendo com que os profissionais tenham que se manter empregáveis. Cosmo e Fernandes (2009, p. 17) afirmam, nesse sentido, que a formação continuada, além de visar melhorar a ação pedagógica do professor, passa a servir de forma a evitar a exclusão no sistema capitalista neoliberal. O mercado, com esse novo nicho de oportunidade, impulsiona a criação de

⁷ Ibidem.

curso variados, sendo não raro possível encontrarmos supostos cursos de especialização não validados pelo Ministério da Educação. Saviani afirma que nesse contexto em que a educação sai do campo de dever social e começa a se transformar em produto individual, muitos profissionais tendem a se culpar pela sua situação, como se esta não fosse também um reflexo social:

Trata-se de preparar os indivíduos para mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. E, caso não o consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição (2007, p. 429).

Observamos nessa fase o ISEPAM se inserir no período da formação de professores que ultrapassa a classificação de Saviani na Tabela 1, em que a lógica neoliberal, que resulta no que o autor se refere como “neoprodutivismo”, impacta o campo educacional. Buscando manter seus estudantes “empregáveis”, o Instituto investe na formação continuada destes, aproveitando, também, seu amplo corpo docente já experiente com a formação de professores. Seus cursos técnicos em Informática, Secretaria Escolar, cursos de Inglês, Espanhol e Língua Brasileira de Sinais se tornam um diferencial, e em alguns casos uma exigência, no currículo dos professores. Além desses, os docentes do Instituto promovem regularmente cursos de curta duração, palestras e eventos diversos, visando manter fortalecida sua potencialidade de preparo para o magistério, que é vista pelo Instituto como um pilar e sua vocação institucional⁸.

Como posto na Introdução deste trabalho, a partir dos anos 2000, o ISEPAM entra em um novo período de crise, em que há a possibilidade de extinção do seu tradicional curso normal, que é vista nesse trabalho como relacionado com o reenquadramento das memórias vinculadas ao Instituto. De acordo com o corpo docente da instituição, cabe muito à FAETEC, mantenedora da escola, a tentativa de encerrar a oferta dessa modalidade de ensino. Todavia, não é apenas devido à diferença de área de formação entre o curso normal e os demais cursos profissionalizantes ofertados pela FAETEC. A manutenção de um curso a nível médio de preparo para o magistério esbarra em outros empecilhos.

No sexto período da história da formação de professores no Brasil, Saviani aponta para a transição da formação a nível médio para a formação em nível superior, com a criação mais expressiva dos cursos normais superiores e o novo molde da Licenciatura

⁸ Ver apresentação do ISEPAM em seu site oficial. Disponível em: <https://www.isepam.edu.br/historia>. Acesso em 10/02/2024.

em Pedagogia. Estes fatores são reflexos, também, nas novas legislações em vigor no território nacional. O Plano Nacional da Educação (PNE), lei que entrou em vigor no ano de 2014, prevê, entre suas vinte metas para a próxima década da educação, que todos os docentes da educação básica tenham formação em nível superior⁹. A sua meta de número 15 afirma o esforço de

garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Os incisos da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, instituída em 1996 de que tratam o trecho acima se referem à formação dos profissionais que se incluem na área da educação, em que se contemplam os professores formados a nível médio. Fernando Haddad, ministro da Educação durante o primeiro mandato do governo de Dilma Rouseff, esclarece que a determinação não pode afetar os professores já efetivos¹⁰. Todavia o documento aponta para a necessidade de que, em conjunto, a União, os estados, o distrito federal e os municípios elaborem estratégias para que a formação mínima dos docentes no Brasil seja em nível de graduação. Nesse sentido, a proposta era de que, a partir de 2014, os professores efetivos que possuíssem apenas formação em nível médio recebessem incentivos para prosseguir sua formação em nível superior e que os novos concursos e processos seletivos admitissem apenas professores que possuíssem diploma de nível superior.

Nesse sentido, foi criado, por exemplo, o PARFOR, Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, que tem como objetivo contribuir para que a formação inicial dos professores da Educação Básica seja em nível superior, com licenciatura adequada para a área de atuação de cada docente. O programa da CAPES, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, conta com a parceria de Instituições de Educação Superior para ofertar cursos de licenciatura adequados para a realidade de professores que já atuam na rede pública de ensino, muitas vezes, com a formação estagnada há anos. Assim, essas instituições propõem turmas

⁹ Ver: BRASIL. **Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional da Educação**. Ministério da Educação. Brasil, 2014.

¹⁰ Ver: SEM AUTOR. “Professor do ensino fundamental terá formação de nível superior”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/13586-professor-do-ensino-fundamental-tera-formacao-de-nivel-superior>. Acesso em: 10/02/2024.

especiais para docentes que não possuem curso superior, ou o possuem, mas sem habilitação em licenciatura ou licenciatura que seja em área distinta de sua atuação.

O PNE postula, ainda, em sua meta dezessete, o ano de 2020 como prazo para a valorização dos profissionais da educação por meio da equiparação do seu rendimento a de outros profissionais com o mesmo nível de escolaridade. De acordo com o documento

A defasagem na remuneração dos profissionais da educação tem sido indicada como um dos resultados de um passado de não valorização desses profissionais, além de ser apontada como um dos principais motivos do declínio do número de universitários em cursos de formação de professores. A queda do número de pessoas interessadas pela formação para o magistério na educação básica, assim como sua evasão, põe em risco a meta de universalização e ampliação da obrigatoriedade da educação básica, além de ser contrária às necessidades de educação da população brasileira. (BRASIL, 2014, p. 53).

As metas de número 15 e 17 estão relacionadas à medida que a formação mínima em nível superior pode impulsionar a maior valorização do profissional da Educação, refletindo em seus rendimentos. Nesse sentido, o ano de 2020 foi visto como prazo final para que os professores efetivos concluíssem sua formação na licenciatura correspondente à sua área de atuação.

Apesar da exigência do PNE e dos programas de fomento à formação inicial em nível superior, é a passos lentos que vemos avançar a necessidade de diploma superior para processos seletivos e concursos públicos para atuação em classes da Educação Infantil e Primeiros Anos do Ensino Fundamental no estado do Rio de Janeiro. No município de Campos, apenas em seus últimos dois processos seletivos para professor substituto, ocorridos após o ano de 2020, exigiu o diploma superior para a atuação nos segmentos supracitados¹¹.

Todavia, apesar das metas do PNE de 2014, a LDB ainda não revogou o artigo 62, que prevê a possibilidade de formação mínima em nível médio para atuação no magistério:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415) (BRASIL, 1996)

Mesmo em documentos recentes, posteriores ao PNE, a formação em nível médio para professores é prevista. A resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que

¹¹ Ver: CAMPOS DOS GOYTACAZES. Diário Oficial. Campos, 17 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/app/assets/diario-oficial/link/6066>. Acesso em: 10/02/2024.

define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), afirma em seu artigo 18 que

Os cursos em Nível Médio, na modalidade Normal, destinados à formação de docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, além de cumprir as disposições desta Resolução, em especial as competências expressas na BNC-Formação, devem respeitar, no que não a contrariar, as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas instituídas pelas Resoluções CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, e nº 1, de 20 de agosto de 2003.

Nesse sentido, o Curso Normal a nível médio é incluído como curso atual que deve, portanto, seguir as novas diretrizes educacionais do Brasil. Assim, mesmo sendo um curso de regularidade com previsão de finitude, mesmo que com prazo em suspenso, os docentes do ISEPAM persistem em manter o tradicional curso da instituição, justificando a legitimidade legal do curso e o fato de que muitos normalistas egressos conseguem ser empregados apenas com o curso a nível médio, tanto na rede privada quanto na rede pública de ensino, sobretudo em municípios menores na região do Norte Fluminense. Sobre isso, a professora e coordenadora Edith Arenari afirma que

1º A LDB prevê o curso Normal [...] 2º nossos alunos saem daqui empregados em várias escolas particulares e, mais que isso, aprovados nos concursos públicos de Campos e municípios vizinhos, que mantêm em seus editais o curso Normal como requisito mínimo. [...] Nossos alunos não sofrem por falta de empregos na área. Além disso, o nosso índice de aprovação em concursos é comprovadamente alto. Nossos alunos do normal média aprovados em concursos falam pela instituição¹².

É relevante, ainda aqui, expor que o prédio que abriga a instituição foi tombado como patrimônio de Campos pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal (COPPAM), através da resolução nº 005/2013 (ver anexo I), devido a seu valor arquitetônico. Entretanto, apesar de seu tombamento, ainda não foi realizada nenhuma obra de restauro ou manutenção específica ao prédio, enquanto patrimônio histórico arquitetônico. Confira abaixo imagens do prédio da escola:

¹² ARENARI, Edith Maria. Sem título. In.: MORAES, Roberto. **Comunidade do ISEPAM se mobiliza contra decisão da FAETEC**. Blog do Roberto Moraes, 2015. Acesso em: 10/02/2024

Figura 3 – Vista aérea do ISEPAM (não atual)



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=509964754465001&set=a.509964724465004>

Figura 4 – Fachada principal do ISEPAM



Fonte: Google Maps

As imagens acima, obtidas através do Google Maps são também as mais utilizadas pelo Instituto, por mostrar a grande extensão da escola e a fachada que contribuiu fortemente para o seu tombamento enquanto patrimônio, respectivamente. Ambas estão desatualizadas. De alterações da vista aérea, indicamos a cobertura que foi dada à quadra na década de 2010 e o fato de que apenas o telhado do prédio principal (à direita) possui as telhas alaranjadas originais. A fachada se mantém igual, exceto pelo aspecto da vidraça já danificada, como mostra a imagem abaixo.

Figura 5 – Fachada principal do ISEPAM (atual)



Fonte: Google Maps

No canto inferior esquerdo, vemos uma tábua que foi pintada do mesmo tom de azul do restante das janelas do Instituto, para que não destoasse esteticamente, e posta para evitar acidentes na sala que corresponde à biblioteca do ISEPAM. Tanto na biblioteca, quanto na sala de aula localizada acima desta última, como nas torres das escadas do prédio principal (ver figura 3), é possível observar losangos de vidro soltos ou espaços vazios, indicando a falta de manutenção do prédio e sua necessidade de restauro parcial enquanto patrimônio histórico-cultural do município.

Outro indício da presença de demanda arquitetônica específica para o ISEPAM é a alteração de seu piso original dos dois pavimentos superiores do prédio principal, que contradiz a Lei Orgânica de Campos dos Goytacazes (2014). Em seu artigo nº 279, parágrafo único afirma:

A lei disporá sobre sanções para os atos relativos à evasão, destruição e descaracterização de bens de interesses histórico, artístico, cultural, arquitetônico ou ambiental, exigindo a recuperação, restauração ou reposição do bem extraviado ou danificado.

E adiante complementa em seu artigo 284:

É dever do Poder Executivo embargar todo e qualquer projeto, obra ou atividade que, direta ou indiretamente, potencial ou efetivamente, cause dano ou prejuízo ao patrimônio cultural do Município e contrarie a legislação em vigor, ainda que conte com a aprovação e a autorização de órgãos governamentais competentes da União ou do Estado.

Assim, mesmo que seja uma instituição de competência do estado do Rio de Janeiro, deve seguir a legislação do município, uma vez que localizada neste e tombada como patrimônio municipal. Apesar disto, não houve punição, como prevê a Lei Orgânica (art. 270; §1º), e a obra seguiu. O piso encerado, assim como os tacos de madeira que compunham algumas salas, ambos já danificados e parcialmente soltos, foram substituídos por pisos cinzas mais modernos e de fácil manutenção, apesar de

esteticamente muito diferentes dos originais. Há, hoje em dia, um fragmento do piso encerado original exposto na torre da primeira escada do Instituto, reproduzidos nas fotos abaixo, que evidencia o contraste entre os diferentes padrões:

Figura 6 – Fragmento do piso original



Fonte: arquivo pessoal

Em 2022, o ISEPAM inaugurou seu centro de memória, setor da instituição responsável por armazenar e preservar seu acervo documental, onde se obteve parte das fontes utilizadas neste trabalho. Com este setor, o arquivo histórico do Instituto se tornou de mais fácil acesso aos visitantes e pesquisadores, uma vez que parte de seu acervo, aquele que não apresenta risco de danificação, fica exposto. Esse setor busca, também, promover atividades que divulguem a história e memória do Instituto. Nesse sentido, o Centro de Memória do ISEPAM também se torna de interesse do presente trabalho, não apenas pela capacidade de oferecer fontes, mas também por servir como objeto de análise para se compreender como a instituição constrói e mobiliza suas memórias nas narrativas que existem sobre ela.

O Centro mostrou-se, para esse trabalho, importante elemento para a compreensão da visão de futuro que o ISEPAM constrói sobre si e o que o Instituto tem feito nos últimos

anos para alcançar esse objetivo. Quando questionadas sobre o papel do Centro para o Instituto, as docentes participantes da pesquisa esclareceram que este poderia ser capaz de levar a trajetória, a história do ISEPAM a diante, que seria por meio dele que poderiam manter viva a memória e a identidade da instituição. Dedicar-nos-emos a essa questão mais à frente. Por ora, é necessário compreendermos o que seriam *memória e identidade*, e, logo, as do ISEPAM.

Para discutir a mudança da narrativa propagada pelo ISEPAM sobre seu passado, mobilizamos aqui alguns conceitos centrais para essa reflexão, sobretudo o de memória e o de identidade. Na construção de um discurso sobre um passado que se quer manter preservado, esses são dois elementos constitutivos de tal processo, que vão dar sentido, tanto em termos de motivação quanto de direção, a essa empreitada. Compreender a memória e a identidade do ISEPAM é buscar entender o que o corpo institucional lembra sobre sua trajetória e como deseja ser conhecido em sua região, qual lugar que reivindica como sendo pertencente.

A noção de pertencimento também é ponto importante da nossa discussão teórica, não apenas por auxiliar a compreensão das dinâmicas internas ao Instituto, mas porque foi um sentimento citado em relatos das professoras participantes da pesquisa. O próprio corpo escolar, dessa forma, faz uso dos conceitos mobilizados por esse trabalho para refletir sobre a história do Instituto e sua relação com ele. Assim, é necessário averiguar quais significados a instituição e seus servidores atribuem a esses conceitos centrais, também, em seus discursos.

2.1 – A pluralidade das memórias e de seus usos

Imprescindível é o uso dos autores canônicos das discussões que mobilizamos, tendo em vista a contribuição que suas ofereceram aos seus respectivos campos de pesquisa. Iniciemos, então, por Maurice Halbwachs (1877-1945), sociólogo francês, que inaugura os debates sobre memória no campo das Ciências Sociais. O autor extrapola a concepção biológica e psico-individualizada da memória para a compreender no campo social e afetivo. Estabelece-se, com os trabalhos de Halbwachs, a categoria de memória coletiva, que passa a ser posteriormente utilizada amplamente em pesquisas no campo das Ciências Sociais e da História (HALBWACHS, 1990).

De acordo com essa categoria, toda lembrança possui uma dimensão coletiva, mesmo que seja uma lembrança carregada por um único indivíduo, dada a relação entre cada lembrança com o quadro social em que ela é produzida. Ou seja, toda memória, ainda que só possa ser expressa individualmente, é construída a partir de influências de mais agentes e grupos sociais, posto que todos atos e pensamentos humanos “se explicam pela sua natureza de ser social, e que em nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade” (HALBWACHS, 1990, p. 36).

Nesse sentido, toda lembrança é produzida socialmente, e a forma como lembramos dela também é influenciada pelo contexto social em que estamos inseridos e a partir do

qual a invocamos, atravessada pela linguagem própria a cada grupo, uma vez que ela própria é produto social (LE GOFF, 2003, p. 421). Isso não significa que Halbwachs nega ou descarta o aspecto individual da memória, mas o insere dentro de uma lógica mais ampla, dado a lógica da percepção que se impõe ao grupo e que o ajuda a compreender e a combinar todas as noções que lhe chegam do mundo exterior” (HALBWACHS, 2006, p. 61).

Os grupos sociais e afetivos não possuem apenas a função de construção de memórias, mas, também, de as manter e reforçar. Uma lembrança carregada por um indivíduo, ou até mesmo um pequeno grupo, sofre com a tendência de se enfraquecer, enquanto uma memória compartilhada com uma comunidade afetiva tende a se consolidar, mesmo que apresente variações a depender de cada indivíduo que a carrega (HALBWACHS, 1990, p. 33-51).

Em consonância com as discussões de Halbwachs, estão os trabalhos de Michel Pollak (1948-1992), também sociólogo. Pollak (1992) reforça a dimensão coletiva das memórias, trabalhando, por exemplo, com a noção de memória herdada, aquela que não teria sido experienciada diretamente pelo indivíduo, mas incorporada à sua memória por este fazer parte de uma comunidade que a carrega, ou seja, faz parte de uma comunidade identitária a qual pertence.

A memória herdada também é chamada pelo autor de memória “vívida por tabela” (POLLAK, 1992, pp. 201-202). Essa possibilidade de experienciar a memória corrobora o argumento de Halbwachs sobre a influência dos grupos e memórias sociais na construção das memórias individuais, tendo em vista que acontecimentos não vivenciados ou mesmo presenciados por determinado indivíduo podem ser incluídos às suas memórias individuais, sobretudo se essa lembrança apresentar uma importância no grupo no qual este está inserido. Assim, com os estudos de Pollak,

percebemos a possibilidade de transferências de acontecimentos, lugares ou personagens constitutivos de determinada memória coletiva para a memória individual de seus membros, mesmo que estes apresentem apenas vivências indiretas relacionadas a estes elementos. Essas assimilações o autor também chama de projeções. (SIMÃO, 2021, p. 269)

Podemos observar esse fenômeno nas memórias narradas pelas professoras do ISEPAM participantes da pesquisa. Elas citam os desfiles cívicos, muito comuns até os anos 1990, dos quais a escola participava, destacando a beleza e grandiosidade destes, mesmo que não tivessem desfilado ou atuado como servidoras da instituição durante os eventos. Neste caso, essas memórias encontram suportes orais, pelas reiteradas narrativas

sobre tais eventos, bem como físicos: as bandeiras com as quais as normalistas desfilavam e as fotografias da época. A reprodução abaixo é da clássica fotografia de um dos desfiles de 7 de setembro, localizada no Centro de Memórias do Instituto.

Figura 7 – Presença das normalistas no desfile de 7 de Setembro



Fonte: Acervo do Centro de Memória do ISEPAM

Em seus trabalhos, Pollak reflete sobre a estruturação das memórias e seus elementos constitutivos, que para ele são os lugares, personagens e acontecimentos. A memória seria, então, estruturada e influenciada por esses fatores. A estruturação de dada memória pode sofrer interferências, ou flutuações, de preocupações e demandas pessoais ou sociais, o que indicaria, deste modo, o caráter vivo, mutável e seletivo das memórias, que envolve em escolhas de exclusão, assimilação e realces (POLLAK, 1992, p. 204). Nas palavras do autor (POLLAK, 1989, p. 10)

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.

Nesse sentido, o enquadramento da memória pode sofrer alterações na forma com que os elementos são selecionados para compor o quadro de determinada memória. Podemos pensar a operação de enquadrar como o ato de adequar a memória a certas intenções. Refletindo sobre o ISEPAM, utiliza-se neste trabalho a noção de enquadramento de memória para discutir as duas divergentes narrativas sobre a trajetória da instituição, que, cada uma a seu modo, destaca e suaviza determinados períodos e acontecimentos.

Juntamente ao conceito de memória, Pollak analisa o conceito de identidade, bem como a relação entre as duas. O autor afirma que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (1992, p. 205), ou seja, há uma dependência entre a memória e a identidade, uma vez que estas se alimentam mutuamente. Dessa forma, a memória coletiva sustenta o sentimento de identidade, bem como este último fortalece a primeira. Bem como a memória, a identidade também possui seus elementos constitutivos, listados pelo autor (1992, p. 205) como o sentimento de unidade física, isto é, a existência de fronteiras físicas, materiais ou de pertencimento, de continuidade temporal, e de coerência entre os elementos que compõem o indivíduo. Em caso de enfraquecimento ou perda de um desses elementos, a própria memória está em risco, como veremos no caso do ISEPAM, mais à frente.

Do mesmo modo que a memória coletiva não é algo imutável, a identidade, enquanto sentimento intrinsecamente vinculado a ela, também pode sofrer transformações contextuais. A esse fenômeno, a historiadora Cecília Azevedo chama de *plasticidade das identidades coletivas*, dada a sua compreensão da identidade como

uma construção social e simbólica dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto. [A identidade coletiva] é construída em função de acontecimentos que a nutrem, de circunstâncias que lhe conferem forma. Assim, um mesmo grupo pode passar por diversas configurações de identidade nos diferentes momentos de sua história, de acordo com os recursos que lhe são oferecidos pelas situações concretas por que passaram. (2003, p. 43)

Apesar de não ser o foco de discussão, não devemos esquecer o tombamento do prédio do ISEPAM, recurso também utilizado para reforçar o valor que a instituição apresenta para o município. Os debates sobre patrimônio se vinculam aos de memória e identidade, uma vez que cada elemento desse tripé ajuda a promover o sentido dos demais. O patrimônio reforça a memória e o sentimento de identidade, ao passo que estas podem tornar imperativo o ato da patrimonialização. Sobre a relação entre memória, identidade e patrimônio, Joël Candau (2001, pp. 158-159) fala-nos:

O patrimônio, observa Marc Guillaume, funciona como um “aparelho ideológico da memória”: a conservação sistemática dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, traços, “serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado” e, em particular, a ilusão da continuidade. Dominique Poulot faz uma constatação similar quando afirma que a história do patrimônio é a história da “construção do sentido de identidade” e, mais particularmente, aquela dos “imaginários de autenticidade” que inspiram as políticas patrimoniais.

Podemos pensar no mesmo tipo de relação entre a memória, a identidade e os “lugares de memória”, mesmo que estes não tenham sido oficialmente reconhecidos

enquanto espaços, práticas ou elementos guardiões de uma dada memória ou aspecto cultural de um determinado grupo social, através da patrimonialização. O *lugar de memória*, categoria instituída por Pierre Nora (1991) no final do século XX, é compreendido como o local, construído artificialmente ou não ou que em dado momento recebe tal função, que abriga memórias, isto é, que media a relação entre o espaço, o indivíduo e a lembrança.

O surgimento induzido de lugares de memória é sintoma da aceleração da História, fenômeno que traz o sentimento de ruptura com o passado e do elo de identidade que, a partir de então, destituídos de seu elo natural, passam a demandar espaços específicos de mediação entre esses tempos, consequência, também do sentimento de dever de memória, instalado na sociedade, quando o trabalho natural de manutenção e continuidade da memória deixa de ocorrer espontaneamente (NORA, 1993, p. 7-9). Nesse sentido, podemos pensar no Centro de Memória como um lugar de memória construído artificialmente, uma vez que, desde seu projeto, tinha o objetivo de servir como uma espécie de guardião da memória e, logo, de uma dada identidade do ISEPAM, além de possibilitar a transferência desses sentimentos para as gerações mais novas do corpo escolar, ou seja, justamente mediando as relações entre os indivíduos e as memórias, mesmo que experienciadas por tabela¹³.

De acordo com Nora (1993), a sociedade destina lugares à memória ao passo que deixamos de estabelecer relações espontâneas com a memória correspondente a este espaço. Esse ato de inaugurar lugares para “guardar” a memória seria causado pelo movimento de aceleração da História, que provoca justamente o sentimento de ruptura com o passado e do elo de identidade, movimento indicado, por exemplo, pelo fim das sociedades-memória, aquelas que “asseguravam a passagem regular do passado para o futuro” (NORA, 1993, p. 8). Dessa forma, o processo de enfraquecimento da memória, faz surgir a sensação da necessidade de criar lugares para esta como forma de mediação entre esses tempos que já não possuem um elo natural, o chamado dever de memória gerando deste modo o que François Hartog (2013, p. 164) indica como uma relação de segundo grau com a memória.

¹³ Utiliza-se neste trabalho as noções de memória espontânea e artificial para nos referir ao grau de consciência ou de intencionalidade no processo de construção de dada memória, uma vez que aqui compreendemos que não há memória completamente natural ou espontânea, isto é, isenta de propósito. Nesse sentido, compreendemos o Centro como guardião de uma memória artificial, pois a formulação da mesma foi carregada de intencionalidade consciente, ou seja, foi construída com propósitos e objetivos que guiaram o processo.

Ainda de acordo com Nora (1993, p. 9), a memória pode ser descrita como:

a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

A partir disto, o autor afirma que os lugares de memória são restos, “testemunhas de outra era” e “das ilusões da eternidade”, que são criadas pela impossibilidade de uma memória espontânea. “Fala-se tanto em memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993, p. 7), e sentimos o dever de a consagrar lugares, pois já não a experienciamos, caso contrário, os lugares de memória não seriam necessários. Em consonância a isso, Michel-Rolph Trouillot (2016, p. 41) indica que nossa relação com o passado ou a construção abstrata desse tempo se inicia a partir da movimentação e alteração dos elementos desse tempo histórico:

De fato, o passado só é passado porque existe um presente, assim como só posso apontar para algo *lá* porque estou *aqui*. Mas nada está inerentemente lá ou aqui. Nesse sentido, o passado não tem conteúdo. O passado – ou, para ser mais preciso, a preteridade (*pastness*) – é uma posição. Portanto, de forma alguma podemos identificar o passado *como passado*.

A nova demanda de memória pode ser vista tanto como consequência da crise de nossa relação com o tempo quanto uma resposta a ela (HARTOG, 2013, p. 186). A aceleração da história, que gera uma maior demanda da memória, é um dos elementos explicativos para o fenômeno da patrimonialização iniciado na segunda metade do século XX. Esses processos que experienciamos graças à sensação de aceleração do tempo nos colocam em uma *conjuntura paradoxal*, pois, de acordo com Manoel Salgado Guimarães, vivemos “um significativo aumento na capacidade técnica de arquivamento e armazenamento do passado e a experimentação de uma velocidade do tempo que parece limitar esse mesmo arquivamento dos eventos e experiências vividas” (2007, p. 14).

Assim como se sente a necessidade de criar arquivos, fortalecer celebrações ditas tradicionais e inaugurar outros meios para não esvaziar a memória, é preciso, deste modo, abranger e proteger os patrimônios, dado que são, também, lugares de memória. Sobre essas tarefas de patrimonialização e musealização do passado, investimentos sociais na memória que obtiveram maior visibilidade na sociedade contemporânea (GUIMARÃES, 2007, p. 13), Hartog evidencia o papel que o patrimônio obtém como símbolo da identidade do grupo ao qual pertence, uma vez que, “[...] nessa nova configuração, o

patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam ambos como vetores da identidade” (2013, p. 195).

Os lugares de memória têm, ainda, como seus elementos constitutivos as dimensões materiais, funcionais e simbólicas, presentes em todos estes lugares, mesmo que em alguns determinadas dimensões prevaleçam (NORA, 1993, pp. 21-22). Tomando o ISEPAM como exemplo, sua dimensão material é percebida pela sua arquitetura em estilo neocolonial, sua dimensão simbólica pelo referencial artístico do prédio e pela valorização social e cultural atribuída ao Instituto, e sua dimensão funcional pela sua função social de instituição escolar e de formação docente.

Partindo dessas reflexões, podemos melhor compreender o sentimento presente no grupo de normalistas que se viu obrigado a se transferir de instituição na década de 1950. Como exposto no capítulo anterior, para além da sensação da perda de prestígio do curso normal, os normalistas acreditavam que toda a mudança representava o enfraquecimento da identidade do grupo, uma vez que se desvinculariam de uma série de elementos que constituíram esse sentimento de pertencimento (CRESPO, 2009, p. 70). Para o elemento da fronteira física no sentimento de identidade, lembremo-nos da nova localização do curso, um novo prédio, em um novo bairro. As demais diferenças entre a ENC e o IEC, como o corpo de funcionários e os cursos com os quais dividiam o prédio, que deixou de ser o curso ginásial do Liceu e passou a ser um jardim de infância e um grupo escolar, afetaram também a sensação de continuidade e coerência do grupo. Aqui percebemos que a rotina dos normalistas transferidos para o prédio do então ISEPAM em muito se modificou, afetando o sentimento de identificação do grupo com sua nova realidade.

Relacionando-se à noção de trabalho e enquadramento da memória, estão as discussões sobre os usos da memória. Tendo em vista que a memória coletiva, categoria da memória que mais interessa a este trabalho, é um fenômeno construído e constantemente reconstruído, os elementos constitutivos de dada memória podem ser mobilizados, usados de diferentes maneiras, a depender das demandas e interesses vigentes. Dessa forma, o próprio exercício da memória deixa transparecer seu caráter de seletividade, no sentido de selecionar o que será lembrado ou esquecido em seu enquadramento.

Juntamente à noção de uso das memórias está a noção de abuso vinculado ao processo de seleção destas. De acordo com o filósofo francês Paul Ricoeur (1913 – 2005), o ato de selecionar, evidenciar ou minimizar certos personagens, acontecimentos ou elementos em um dado enquadramento é um processo natural do trabalho da memória,

não configurando, portanto, abuso de memória, que seria determinado pela “mimética incorreta” (2007, p. 72). Nesse sentido, podemos compreender como uma forma abusiva do uso da memória aquele que deturpa o conteúdo ao qual a memória em questão faz alusão, ou seja, poderia haver manipulação quando os elementos constitutivos de dada memória são excessivamente modificados, geralmente para favorecer algum objetivo do grupo.

Helenice Silva (2002) mobiliza a discussão de Ricoeur (2007) sobre abuso de memória para debater sobre a comemoração dos “500 anos do Brasil”, ocorrida no ano de 2000. Esta comemoração, do modo como foi realizada, para a autora, configura um abuso de memória, ao silenciar a respeito dos momentos violentos e traumáticos presentes na História do país para construir uma narrativa sobre uma nação una, que não corresponderia, de fato, tanto à realidade passada quanto à atual. Ainda de acordo com Silva, as comemorações podem ser vistas tanto como lugares de memória, como no caso de festividades que são tombadas como patrimônios históricos e culturais, quanto como usos da memória, dado que também constroem seu enquadramento, visando atender certas demandas e objetivos. Nesse sentido,

as comemorações buscam, nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente. Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal (2002, p. 6).

Portanto, tanto a memória coletiva como as comemorações, as rememorações coletivas, são construídas visando, também, o futuro. Assim, “as comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro” (SILVA, 2002, p. 8). Nesse sentido, através da análise dos discursos presentes em dada comemoração, é possível compreender não apenas como aquele grupo social deseja representar o que se comemora, mas, do mesmo modo, o que se deseja para o futuro de tal grupo.

Voltando para Ricoeur, o autor em sua obra “A Memória, a História, o Esquecimento” (2007, p. 82-104) estabelece como formas de abuso de memória a memória impedida, aquela que se refere ao “nível patológico-terapêutico”, que se relaciona à noção de “memória ferida”, a memória obrigada ou comandada de modo abusivo, que diz respeito ao que se entende como o “dever de memória”, ou seja, o compromisso de recordar acontecimentos, geralmente vinculados a grupos vitimados por conflitos ou apagamentos na História, em que há a ideia de “dever de justiça”. Por último,

há a manipulação de memória, forma em que há mais evidentemente o excesso ou a escassez de memória, amplamente utilizada pelos poderes instituídos, relacionada a ideologias e ao seu aspecto de “discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece” (RICOEUR, 2007, p. 98).

Tomemos por base a noção de abuso de memória, especificamente a sua manipulação a partir da reprodução intencionalmente incorreta de um dado fenômeno histórico, em que, com objetivos mais ou menos claros, se reenquadra, tirando ou colocando foco sobre determinados elementos, ou inserindo outros, outrora não pertencentes a tal enquadramento. A partir dessa premissa é possível afirmar que toda memória é manipulada, uma vez que toda memória é construída a partir de um processo de seleção do que a irá compor. Todavia, partimos, nesse trabalho, dos trabalhos de Paul Ricoeur, a partir dos quais interpretamos o processo de uma *manipulação de memória* para além da seleção e exclusão inevitável de ocorrer em todas as construções de lembranças, individuais ou coletivas. Nesse sentido, utiliza-se aqui a noção de *manipulação de memória* para se referir ao processo de reformular conscientemente uma dada memória, tendo certa clareza do processo de reconstrução que está sendo feito, geralmente com objetivos determinados.

Podemos, assim, compreender a comemoração que foi objeto de reflexão da Helenice Silva como um exemplo de manipulação da memória, uma vez que houve um processo claro e carregado de intencionalidade ao ocultar conflitos raciais ainda existentes no Brasil, na tentativa de construir o momento de tal comemoração como oportunidade de reforçar a ideia de democracia racial e propagar a noção de uma construção do Brasil de forma pacífica, excluindo debates fundamentais para a compreensão da realidade social brasileira, sem trazer memórias de fatores negativos de nossa história que se distanciariam dos objetivos da comemoração.

Quando descoberta a alteração da data de comemoração do aniversário do ISEPAM e do ano designado como de seu surgimento e, conseqüentemente, do discurso sobre sua trajetória, passou-se a encarar esse processo como o de uma manipulação de memória, uma vez que se modificou fortemente a memória que era veiculada sobre a instituição. Além do ato de incorporar a história de uma outra instituição, a Escola Normal de Campos, à do então IEC, esse reenquadramento ignora todo o sentimento de ruptura presenciado e relatado amplamente pelo corpo escolar no período de transferência das normalistas para o seu novo lócus de formação, bem como toda a documentação oficial,

como as portarias e decretos do governo do estado do Rio de Janeiro, que veiculam a extinção da Escola Normal de Campos e a criação do Instituto de Educação de Campos. Bastava, então, para a pesquisa, compreender os objetivos do processo de reestruturação da memória oficial da instituição.

Partiu-se para a delimitação do período deste reenquadramento que foi definido entre os anos de 2011 e 2013, graças a registros obtidos através de fontes digitais:

Na última segunda-feira, 12 de maio, o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert comemorou 54 anos iniciando de uma Semana Pedagógica. [...] Parabéns ao Isepam e aos seus servidores por esse esforço! (MORAES, 2008)¹⁴

O tradicional Instituto Superior de Educação Prof. Aldo Uylaert, Isepam, comemorou nesta quarta, junto com a comunidade, os seus 56 anos de bons serviços prestados. (MORAES, 2010)¹⁵

A partir das publicações reproduzidas acima, é possível concluir que a alteração do enquadramento da memória do Instituto é muito recente, tendo ocorrido na década de 2010, período temporal que será mais bem refletido no próximo tópico, bem como suas possíveis influências para esse ato de reenquadramento. O recorte estipulado aqui como período em que a forma de contagem da idade do Instituto se altera é entre 2011 e 2013, uma vez que a de 2010 se sabe que ainda celebrava no formato anterior e que a de 2014 já celebrava no formato vigente¹⁶. Com esses registros, nota-se que destas comemorações para a atual, o dia e o mês de celebração seguiram os mesmos, no entanto alteraram o modo de realizar a contagem de anos que o Instituto possui.

Entretanto, nestas mesmas publicações, estão presentes respostas que indicam a existência da narrativa em que prevalece a noção de continuidade entre a ENC e o IEC, mesmo antes do processo de modificação do discurso oficial sobre a trajetória da instituição. Pesquisadores da área da Educação em Campos, Maria Amélia Boynard e Jacy Moreira Sales, esclarecem ao autor do blog seus posicionamentos em relação à idade atribuída ao ISEPAM, da qual discordam, pois destacam em suas réplicas a compreensão de que o ano de 1954 foi o momento de transferência de endereço e de denominação da antiga escola normal anexa ao Liceu de Campos, que passaria a funcionar no prédio do

¹⁴ MOREAS, Roberto. “ISEPAM comemora 54 anos”. In.: **Blog do Roberto Moares**. Disponível em: <https://www.robetomoraes.com.br/2008/05/isepam-comemora-54-anos.html>. Acesso em: 10/02/2024.

¹⁵ MOREAS, Roberto. “ISEPAM comemora aniversário”. In.: **Blog do Roberto Moares**. Disponível em: <https://www.robetomoraes.com.br/2010/05/isepam-comemora-aniversario-com.html>. Acesso em: 10/02/2024

¹⁶ Instituto recebe exposição em seu evento de 119 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2014/06/instituto-recebe-exposicao-sobre-o-mercado-municipal-de-campos-no-rj.html>. Acesso em: 20/06/2023.

Grupo Escolar Saldanha da Gama com o nome de Instituto de Educação de Campos. Apesar de ainda não oficial à época, essa narrativa sobre a origem do ISEPAM também circulava pela comunidade escolar, como conta a coordenadora do Centro de Memória em sua entrevista, que veremos mais à frente.

Assim, podemos perceber que havia já nas décadas de 2000 e de 2010 duas narrativas, dois enquadramentos distintos da memória do ISEPAM, em que o ponto de conflito seria então o ano de 1954, ora visto como de ruptura, ora como de continuidade. Não é raro que existam múltiplas memórias em torno de um evento, tendo em vista que o processo de construção e manutenção das memórias sofre influências de diversos fatores, corroborando para o caráter vivo do fenômeno da memória. No entanto, observamos que essas memórias nem sempre ocupam a mesma posição, pois sua adesão pode se diferenciar, ou seja, por quantos indivíduos ou grupos cuja memória é reivindicada e carregada. Nesse sentido, determinados enquadramentos podem ser mais populares que outros. Pode haver memórias hegemônicas dentro de uma determinada sociedade. Para esse fenômeno de sobreposição de uma memória sobre a outra, utilizaremos a noção de memória oficial versus memória subterrânea.

2.2 – Memória oficial: para quem?

Podemos compreender o ISEPAM, bem como outras instituições e locais, como um lugar de *memórias*, isto é, um lugar em que coabitam diversas memórias, dado que existem diversos grupos que compõem o Instituto. É um lugar de memórias também pelo fato de haver não apenas a memória oficial, institucional, mas, também, tomando de empréstimo o termo utilizado por Michel Pollak (1989), memórias subterrâneas. O exemplo do ISEPAM mostra tanto o caráter vivo da memória como a pluralidade da mesma.

A noção de memória oficial está mais comumente relacionada à ideia de memória nacional, dentro das discussões sobre formação dos Estados Nacionais e dos processos de exclusão de grupos minoritários, que se oporia às memórias subterrâneas, carregadas quase que clandestinamente por esses grupos excluídos. No caso deste trabalho, o termo memória oficial diz respeito à memória institucional do ISEPAM, aquela que é veiculada através de seus eventos e meios de comunicação. As memórias subterrâneas ligadas ao Instituto seriam, portanto, aquelas que não comporiam ou que iriam divergir do discurso presente no oficial. Indicando o caráter vivo e mutável da memória, a oficial e subterrânea

do ISEPAM trocaram de posto na década de 2010. Sobre as memórias subterrâneas, Pollak, diz que

opondo-se à mais legítima das memórias coletivas [...] essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. [elas] são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante (1989, p. 8).

O autor afirma ainda que as memórias subterrâneas, impossibilitadas de usufruir dos meios oficiais de comunicação, são fortemente transmitidas graças à oralidade, ou seja, permanecem vivas pela sua transmissão oral entre gerações e grupos sociais, e não por meio de publicações, como no caso de memórias oficiais (POLLAK, 1989, p. 5). Estas memórias não se manterão subterrâneas, ocultas ou proibidas para sempre, uma vez que há possibilidade que elas venham a emergir. Os momentos de crise são os mais favoráveis à sua ascensão, pois oferecem brechas na memória oficial, que passa a oferecer mais espaço, mesmo que forçosamente, para atender a demandas de grupos minoritários e a narrativas outras (POLLAK, 1989, p. 4). Esses momentos de crise – seja econômica, política ou social – oferecem, desta forma, riscos à própria narrativa oficial, que pode, também, entrar em crise.

Do mesmo modo que Silva (2002) e Ricoeur (2007) afirmam que momentos de crise promovem uma reestruturação da memória, Azevedo esclarece que o mesmo ocorre com as identidades em momentos de mudanças:

Uma crise, um rearranjo em seu ambiente natural ou técnico podem colocar em questão, momentânea ou duradouramente, esta configuração. Em momentos de crise, muitas vezes identidades que permaneceram reprimidas, reduzidas ao silêncio, submersas, invisíveis, num grupo aparentemente coeso, emergem, provocando contestações e remanejamentos substanciais, atingindo em profundidade a representação que um grupo pode fazer de si mesmo e de suas ações. (2003, p. 43-44)

Cabe esclarecer a escolha dessa dupla noção, “memória oficial” e “subterrânea”, à revelia de outras, também utilizadas em casos próximos sobre a pluralidade de memórias existentes como a de memória hegemônica (SILVA, 2002). Tendo em vista que “hegemônico” pode também ser compreendido como aquilo que predomina em certo grupo, a pesquisa se preocupa em não provocar um entendimento que venha a ser incorreto, uma vez que a memória propagada pelos veículos institucionais não necessariamente é a reivindicada pela maioria do corpo escolar.

Isso porque se sabe que há mais de uma narrativa sobre a memória do Instituto desde a década de 2000, mas a pesquisa não é capaz de averiguar qual é a que possui mais

defensores, uma vez que não teve por escopo fazer um levantamento das memórias de uma parte mais extensa do corpo escolar, já que escaparia aos objetivos do trabalho em entender as motivações para o processo de reenquadramento. Todavia, é possível indicar qual era a memória oficial em cada período, no antes e após o reenquadramento, uma vez que compreendemos a memória oficial como aquela institucionalizada pelo corpo gestor da instituição e, logo, qual será a memória subterrânea em cada período, não esquecendo, ainda, que subterrânea não significa necessariamente uma memória oculta, ou que não possui voz, mas, sim, aquela que não foi reconhecida pelos poderes instituídos.

Durante o levantamento de fontes, em que foram realizadas uma série de entrevistas com servidoras do Instituto, foi possível averiguar que elas não compartilhavam do mesmo entendimento sobre a história do Instituto. A coordenadora do Centro de Memória, que ingressou como servidora do então IEPAM no início da década de 2000, afirmou em seu relato ter tido conhecimento apenas do enquadramento em que prevalece a perspectiva de continuidade, mesmo que na época o discurso oficial seja o de ruptura entre a antiga Escola Normal e o atual ISEPAM. A participante esclarece, ainda, que o que apresentamos aqui como “antigo enquadramento” é, para ela, uma narrativa “nova”, uma vez que a mesma era desconhecida até a construção do Centro, local onde pode acessar a perspectiva de ruptura entre a ENC e o IEC através dos registros mais antigos da instituição, na época em que era IEC e IEPAM.

Antes de seu trabalho mais direto com o acervo histórico da instituição, a professora estava familiarizada apenas com a narrativa em que prevalece a perspectiva de continuidade entre a ENC e o IEC, mesmo com os eventos trazendo a idade do Instituto com a contagem que inicia em 1954. Ela relata que o discurso que circula pela instituição desde que passou a integrar o ISEPAM em 2005 é que o ISEPAM é uma instituição centenária, discurso este que considera, portanto, a ENC como parte integrante e inerente da história da escola. Em suas palavras, a participante declara que

desde que eu entrei aqui em 2005, eu entendo, e também ouço as pessoas daqui de dentro se referirem ao instituto como uma instituição centenária. Essa é essa narrativa que, a partir da década de 50, de 55, eu tenho visto a partir dos documentos escritos. Mas a fala dos servidores dos funcionários aqui sempre que eu ouvi, desde que eu estou aqui em 2005, é de que o instituto é uma instituição centenária (entrevista 1, 2023)

Em acordo com o vigente enquadramento da memória do Instituto, a professora declara que considera que a trajetória do ISEPAM se inicia em 1895, ainda na Escola Normal instalada no prédio do Liceu de Campos, uma vez que o que destaca a

continuidade entre estas instituições é justamente a transferência de material documental e humano de uma instituição para a outra:

se você olhar, por exemplo, nosso acervo, você vai ver na Secretaria Básica livros, alunos, é material de aluno ainda da época do Liceu. E você também vai ver os relatos das alunas que, meio do ano, elas saem do Liceu e vem estudar aqui IEC, o nome ali no Instituto de Educação de Campos e que vem para o prédio do colégio do Grupo Escolar Saldanha da gama. Então, assim, ora, se elas, se os alunos vieram de lá, se essa, se essa documentação acompanha essas alunas, por que que essa instituição passa a existir só a partir desse momento? E essa história que vem desde lá de trás de 1894, 1895? Então assim, hoje mesmo, por exemplo, entrar na Secretaria a própria, secretária “não, a gente tem que contar desde lá”. [...] Então, para mim, a instituição, eu [nome ocultado], servidora, para mim, a instituição sempre foi centenária (entrevista 1, 2023).

Entretanto, não desconsidera todas as alterações e as diferenças entre as escolas na década de 1950, tendo em vista que afirma que em caso de considerar “desde 1895, você não pode deixar nunca de pontuar as grandes transformações que vão muito além da mudança de nome” (idem). Assim, também a partir do relato da coordenadora do Centro, percebemos que não houve uma criação de uma nova narrativa sobre o ISEPAM no período em que se alterou a configuração do aniversário da instituição, como pressupunha a hipótese inicial do projeto, mas, sim, que as duas diferentes narrativas coexistiram e uma, que estava invisibilizada oficialmente até o período de 2011-2013, emergiu e se incorporou à memória institucional do ISEPAM, oficializando-se.

As demais servidoras entrevistadas relataram uma experiência muito oposta à da coordenadora do Centro. Já atuantes no ISEPAM ao menos desde o início dos anos 2000, afirmaram ter tido conhecimento do enquadramento vigente a partir do momento de sua oficialização. Em seu relato, a ex-professora e coordenadora Ana Paula Ferreira afirma que não possui lembranças sobre o momento de troca da memória oficial do ISEPAM, indicando que não foi um movimento que teve ampla participação do corpo de servidores da instituição, e complementa que:

[...] na minha época, mesmo quando eu estava lá, a gente fazia da questão ali do prédio novo, a partir do prédio novo. Para trás, não. Mas isso eu acho que deve ter tido alguma modificação no regimento da escola, né? Que aí eles fazem o projeto político pedagógico devem ter inserido, modificado essa questão do aniversário. Inserir aquela história anterior ao prédio atual. Não sei em que momento isso aconteceu, porque houve tempo que a gente participava desse da construção desses documentos (entrevista 3, 2023).

Simone Barros, também ex-servidora do Instituto, tendo ingressado ainda na década de 1990, afirma também não ter tido conhecimento prévio da narrativa vigente:

[...] quando eu entrei lá, eu não conhecia essa história. A história da escola normal no liceu. Não conhecia. Eu fui conhecer essa história quando eu já estava lá. Eu não tinha esse conhecimento que funcionou no liceu, que depois foi para o Saldanha. Para mim, o normal era ali. Não sabia dessa história. E eu acho que é muito interessante esse resgate. Acho muito interessante esse resgate, mas eu vi, eu estava acostumada com o Instituto, no prédio onde ele é Aldo Muylaert, mas acho que tá certo resgatar, não acho que tá errado (entrevista 2, 2023).

A mesma narrativa também era desconhecida para Simone Higino, que, além de ex-servidora, é ex-aluna do ISEPAM, tendo realizado toda sua educação básica no Instituto. A professora relata ainda que se recorda que o resgate da trajetória da antiga Escola Normal e a sua incorporação à do ISEPAM ocorre graças ao esforço da gestão escolar nos anos de 2011 a 2013:

[...] quando as pessoas começaram a buscar esse passado da escola, a gente sabia que era uma escola grande, que era uma escola vultuosa, que era importante, mas essa parte do passado da escola era uma coisa que [...] Para gente bastava ser o IEPAM, O IEC, o instituto de educação de Campos. O período que a gente funcionou no Liceu, meio que não tinha tanto peso. O que pesava para nós era sermos IEPAM. E aí é quando você tem uma direção que pega esse passado e fala “não, olha só, nossa caminhada vem de um pouco mais longe do que isso” Eu mesma não sabia disso, mas foi distribuído para os alunos, era um folder da instituição. Tinha foto do ISEPAM e no verso tinha a história do ISEPAM, desde 1800 e sei lá, 90, 95, e aí vem contando toda essa trajetória, porque era uma coisa também que era desconhecida. Então, os professores conheciam a história do IEPAM, mas desconheciam, não faziam esse link, que o IEC, que o instituto de educação de Campos, que aquela escola que funcionou lá no Liceu e começou em 1895, que na verdade a gente, era uma continuação daquilo ali. E acho que foi a partir daí, talvez que tenha vindo remontado toda essa história, né? Dessa gestão para cá. Era quem? Nessa gestão era Ângela. Ah, a Ângela, exatamente (entrevista 4, 2023).

Quando questionada sobre qual narrativa considera mais apropriada, Higino responde que

Eu sou saudosista, né? Você percebe no meu discurso? [...] Eu gosto da coisa da tradição. Eu gosto da história da instituição, gosto da história do curso. Então assim, se hoje eu estivesse na direção da escola, o que eu proporia? Era a gente carregar esses anos, de sermos uma escola centenária. De darmos essa contribuição ao município. Desde 1800 e tal. Então, ao meu ver, é um ganho sermos uma instituição centenária. Então eu acho que a história do ISEPAM ela vem de antes do prédio, né? Ela está lá, quando foi fundado o curso de Formação de professores. A minha identidade no ISEPAM é essa, pode botar qualquer curso aqui. Para mim, isso é um instituto de educação. Para mim é (idem).

Seu posicionamento é compartilhado por Ferreira que afirma que

Eu acho que se a história começou lá atrás, mesmo que fosse em prédio separado, é uma coisa física, mas a história vem, né? Isso aí não tira a história, não se apaga o que ficou para trás [...] Eu acho que é a questão do pertencimento mesmo, da história se perder, viram que a história estava, é como se tivessem apagado aquele momento anterior, a mudança de espaço

físico e quiseram resgatar. Eu acho que foi um resgate da história do Instituto (entrevista 3, 2023).

Barros, entretanto, afirma estranhar a nova narrativa, uma vez que desconhecida por ela até o momento de sua oficialização, além de não ter participado do processo de construção desse novo discurso, pontuando que, ao refletir sobre a perspectiva de continuidade

eu fico meio na dúvida, eu tenho um pouco de dúvida, entendeu? Porque para mim há essa conexão da escola normal que nós somos hoje. Ainda única, a gente é a maior instituição de ensino. Passamos por muita coisa, que foi formação de professores, normal, voltamos pro normal, aos normalistas. Eu acho que esse pertencimento de lá, não, estou muito conectada. Mas compreendo a história, aceito, acho super bonita. Eu me vejo ali dentro do instituto, onde ele é hoje, eu. E como eu cheguei, ele já era para mim o Saldanha da Gama. Porque tinha Saldanha da Gama quando eu cheguei. Para mim era uma coisa só. Era um curso noturno. Aí logo depois acabou o Saldanha. Mas eu vejo isso, elas vão me puxar a orelha [risos]. As mais antigas que gostam de ver esse pertencimento do normal desde o liceu (entrevista 2, 2023).

Todas as servidoras indicaram o papel ativo da gestora da instituição no processo de remodelação da memória oficial do ISEPAM, referida como professora Ângela¹⁷. Ângela era ativa nos círculos acadêmicos campistas, tendo participado de grupos de pesquisa voltados para a história da educação campista, sediados na Universidade Estadual no Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), situada em Campos, onde teve acesso a pesquisas sobre o Liceu de Humanidades de Campos. Graças a esses contatos externos ao ISEPAM, constatou a relação estreita entre as instituições inseridas na memória oficial atual, uma vez que nesse círculo acadêmico eram realizadas pesquisas sobre a antiga Escola Normal.

Assim, com seus novos conhecimentos acerca da história do Instituto, partiu desta gestão a proposta de reenquadramento da memória do ISEPAM. Cabe destacar que, bem como os debates acerca da “correta” idade e data de comemoração do aniversário de Campos dos Goytacazes, expostos no capítulo anterior, estão restritos aos nichos acadêmicos da região, estando a maior parte da população ignorante até mesmo sobre a existência de discordância sobre tal comemoração, a discussão sobre a origem do que entendemos como ISEPAM ficou circunscrito ao setor da instituição, uma vez que tiveram acesso a ela aqueles que estavam inseridos neles pela participação em grupos de pesquisa da UENF ou por atuar como docente do nível superior, como do caso da

¹⁷ Apesar dos esforços, não foi possível agendar entrevista com a ex-servidora, que inicialmente se mostrou disposta a participar da pesquisa, mas, posteriormente, não apresentou disponibilidade de agenda.

coordenadora do Centro de Memórias do ISEPAM, única participante que conhecia a atual memória oficial.

Deste modo, compreende-se que nem toda memória oficial pode ser entendida como memória hegemônica, uma vez que dificilmente alcança todos de dada comunidade, podendo até mesmo, alcançar somente uma pequena parcela da mesma, como possivelmente foi o caso do ISEPAM nos primeiros anos após o reenquadramento de sua memória, no período em que tal discurso ainda estava se consolidando, fazendo o uso ostensivo de campanhas de divulgação como a da distribuição dos folders citado por Higino, que afirmou que, após esse movimento de disseminação da narrativa até então subterrânea, o corpo escolar “abraçou, a gente acolheu [essa nova história do ISEPAM]”.

Trabalha-se, nessa pesquisa, com a ideia de que o novo século impôs uma sensação de crise identitária ao ISEPAM, ameaçado de ter que deixar de oferecer o Curso Normal, que o consolidou enquanto instituição de ensino referência de qualidade em Campos, e a Educação Infantil, um dos colégios de aplicação dos cursos de formação docente do Instituto. Nessa nova etapa a instituição recorre à outra narrativa já existente que privilegia a perspectiva de continuidade entre a ENC e o IEC, reforçando o caráter de formação de professores, a partir de então, já centenária, apelando para a ideia de “tradição” do curso ameaçado de extinção de tamanha relevância para o Instituto. Nesse sentido a narrativa que ascende como oficial dá ênfase à missão autoatribuída ao ISEPAM, tendo em vista que “toda organização [...] veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma” (POLLAK, 1989, p. 10).

Todavia, esse momento iniciado no início dos anos 2000, de progressiva perda de prestígio e de procura pelo curso normal, sentido como uma crise não apenas para esse curso, mas, sim, a toda a instituição, que via neste curso centenário – seguindo o enquadramento vigente atualmente – a razão de seu prestígio social, contou com outro fator que favoreceu a ascensão de outra narrativa: o início do projeto do Centro de Memória do ISEPAM. Com o dever de organizar seu acervo histórico de modo a narrar a história do Instituto de modo próximo à ideia de uma narrativa museológica, a instituição se depara com uma documentação pertencente à antiga Escola Normal, que havia sido transferida juntamente aos normalistas na década de 1950. Já despidos da sensação de quebra de identidade e enfraquecimento do sentimento de pertencimento vividos pelos estudantes na transferência de uma instituição para a outra, o ISEPAM enxerga, a partir de então, a sua história privilegiando a perspectiva de continuidade entre

a ENC e o atual ISEPAM, tendo em vista que os papéis sociais de ambas as instituições são o mesmo: formar os professores primário da planície goitacá.

O enquadramento vigente nas comemorações do ISEPAM, além de fortalecer o caráter tradicional da formação docente do Instituto, aprofunda cronologicamente a trajetória do Instituto, tornando-a centenária, algo que não ocorreria caso se mantivesse a outra narrativa sobre a instituição. Tendo em vista a ideia comum de que um dado elemento ou lugar possui valor, ou mais valor, graças a sua existência longínqua, esse movimento de substituição de enquadramento das memórias do ISEPAM, auxilia na reafirmação da relevância do Instituto perante a sociedade campista e a sua mantenedora, a FAETEC, que possui interesses por vezes divergentes do Instituto em relação aos seus cursos.

Nesse sentido, a mudança de narrativa agrega mais valor à instituição em um momento muito oportuno, num período de instabilidade e preocupações em relação ao futuro, terreno fértil para novos usos da memória. Para melhor compreensão desse movimento de aprofundamento cronológico do ISEPAM, é válido refletir sobre o valor dispensado aos antigos monumentos e tradições, bem como o peso que apresenta a ideia do Instituto enquanto uma escola centenária.

2.3 – Do valor de antiguidade e a busca pela origem

Há no campo da História da Arte um teórico que estabelece um conceito que interessa à presente pesquisa, o de valor de antiguidade, de Alois Riegl. As discussões do autor estão voltadas para o campo do patrimônio e do restauro de monumentos históricos e artísticos, como em sua obra mais conhecida *O Culto Moderno dos Monumentos* (2014), em que discorre sobre os valores atribuídos aos monumentos, sendo estes os valores de uso, de arte relativo, de novidade, histórico, de rememoração intencional e de antiguidade. Este último é o que mais interessa à pesquisa aqui desenvolvida.

De acordo com o autor, o valor de antiguidade, bem como o de novidade, é facilmente captado pela sociedade, mesmo entre os setores distantes das discussões sobre história ou arte. Nesse sentido o valor de antiguidade é percebido, inclusive, pelas massas, uma vez que

o valor de antiguidade para Riegl revela-se imediatamente, ao primeiro contato, com uma obra na qual fica claro seu aspecto não-moderno, isto é, tal valor surge do contraste, da diferença, que pode ser percebida não apenas pelas classes mais instruídas ou cultivadas, mas inclusive pelas massas. [há] esse apelo às massas, presente no valor de antiguidade [...] (CUNHA, 2006, p. 10).

A historiadora Françoise Choay, em seu livro *Alegoria do Patrimônio*, também mobiliza o conceito de valor de ancianidade e discute sobre seu apelo às massas ao afirmar que

o valor de ancianidade do monumento histórico não é para ele [Rieg] uma promessa, mas uma realidade. A imediatez com a qual esse valor se apresenta a todos, a facilidade com que se oferece à apropriação das massas (Massen), a sedução fácil que ela exerce sobre estas deixam entrever que ele será o valor preponderante do monumento histórico no século XX (CHOAY, 2001, p.169).

Desviaremos o foco da discussão sobre valor de antiguidade dos monumentos para o incorporar ao debate sobre os enquadramentos de memória do ISEPAM, tratado aqui não como um monumento, apesar de seu prédio poder ser considerado como um, mas, sim como instituição de ensino, sobretudo o seu Curso Normal, enquanto um lugar de memória mais simbólico do que material. Partindo da premissa que o valor do antigo é percebido, ou seja, reconhecido não somente pelos especialistas, mas, também pela sociedade em geral, a noção de valor de antiguidade pode, também ser vista como motivadora da ascensão do enquadramento vigente, que prolonga a vida do Instituto, tornando o valor atribuído a ele mais facilmente perceptível, levando em conta também a ideia comum de que um elemento pode possuir relevância apenas por ser antigo.

O discurso de que o ISEPAM é uma escola centenária está fortemente presente em seus discursos e apresentações, seja em eventos escolares seja em suas plataformas digitais, indicando que a idade atribuída à instituição é um fator considerado relevante para a compreensão do Instituto e de seu papel social para Campos. O valor atribuído a trajetória centenária da instituição está explicitamente presente nas falas de algumas das servidoras participantes da pesquisa, em que afirmam concordar com a perspectiva vigente e que, como posto por Higino em trecho supracitado de seu relato, o ISEPAM tem a ganhar com esse discurso sobre seu mais de um século de história, uma vez que incorpora os anos desde o fim dos 1800 até a década de 1950, em que foi a Escola Normal que contribui para a formação docente no município de Campos.

Dessa forma, o enquadramento que privilegia a perspectiva de continuidade faz apelo ao valor de ancianidade presente no mesmo e facilmente percebido tanto pela comunidade escolar quanto pela campista, uma vez que apela à ideia de tradição da instituição, que tradicionalmente, desde o século XIX formaria os docentes da região. Assim, numa visão teleológica, a perspectiva de continuidade, que aprofunda a trajetória do ISEPAM, tornando-o mais antigo, auxiliaria no reforço da relevância da instituição

em um período de mudanças externas e ameaças à permanência do curso que seria a origem do Instituto.

Marc Bloch, em *Apologia da História*, afirma que há uma “obsessão das origens” (2001, p. 56), em que se acredita que o marco inicial, essa origem poderia ser capaz de explicar os acontecimentos e contextos que a seguiram, numa espécie de narrativa teleológica. Um erro, de acordo com o autor. Bloch propõe que o apego ao ponto de origem revelaria muito mais sobre o presente que insiste em recordar tal passado do que o próprio passado em si. Nesse sentido, a própria história, assim como a memória, também seria construída e reconstruída a partir das necessidades e vontades do presente, que vão guiar como o passado será narrado, inclusive o marco inicial de determinado fenômeno ou instituição.

Podemos perceber também, por exemplo, a obsessão das origens nas discussões sobre a correta data de aniversário de Campos, em que os pesquisadores e políticos envolvidos debatem o ano zero da instituição da localidade enquanto região político-administrativa reconhecida legalmente. Debates restritos a nichos muito específicos, que pouco interessam à população no geral, uma vez que, a princípio, não afetariam a dinâmica econômica, política ou social do município, bem como poderia ser no caso do ISEPAM. Qual seria o propósito para tal reenquadramento? Qual a intenção do movimento de inclusão da ENC à história do Instituto, deste resgate de uma trajetória supostamente esquecida?

Para refletir sobre esses questionamentos, debruçamo-nos sobre as trajetórias de ambas as instituições, mas, sobretudo no contexto de reenquadramento de sua memória, por compreender que as origens podem influenciar os fatos posteriores, mas, não são menos importantes que o momento em que eles ocorrem ou, até mesmo, são analisados. Ou, nas palavras de Bloch (2001, p. 60):

Em suma, nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquela em que vivemos como das outras. O provérbio árabe disse antes de nós: “os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”.

Pensando nos diferentes momentos de construção ou oficialização dos enquadramentos da memória do ISEPAM indicados nas diferentes comemorações de seu aniversário, podemos concluir que na década de 1950 havia uma necessidade de organização dos fatos progressos que divergia das demandas da década de 2010. Em 1955, no início das atividades do Curso Normal no IEC, o sentimento predominante era o de

ruptura, o de início de um novo tempo, o que levou os normalistas ao desânimo, sentimento este que reflete no enquadramento instituído na época. Esse período também gerou a necessidade de integração entre os cursos que então dividiriam o mesmo prédio, como buscou fazer o diretor Décio Cretton, de forma a criar um novo início para a nova instituição.

Se na década de 1950 a demanda era por criar um marco que unisse os cursos que conviviam no prédio do antigo Saldanha da Gama, na de 2010 o interesse era reafirmar a relevância histórica e social do atual ISEPAM e de seu curso de formação de professores a nível médio, ameaçado pelos interesses divergentes da FAETEC, o que seria favorecido pela perspectiva de continuidade entre a ENC e o IEC, que recalca o sentimento vivido pelos normalistas transferidos da Escola Normal extinta em 1954. Esse movimento pode ser considerado como o que Eric Hobsbawm chamou de “invenção de precedentes favoráveis” (2013, p. 42), ou seja, criação de um passado que favorecesse objetivos políticos. O passado se torna, então, argumento em litígios político-sociais:

O “passado social formalizado” é claramente mais rígido, uma vez que fixa o padrão para o presente. Tende a ser o tribunal de apelação para disputas e incertezas do presente: a lei é igual ao costume, sabedoria dos mais velhos, em sociedades iletradas; os documentos que consagram esse passado e que, com isso, adquirem certa autoridade espiritual, fazem o mesmo em sociedades letradas ou parcialmente letradas (HOBSBAWM, 2013, p. 26-27)

Isso não significa que compreendemos a narrativa construída na década de 2010 como invenção ou como discurso baseado em elementos irrealis, fictícios, uma vez que “em lugar nenhum a história é infinitamente suscetível à invenção” (TROUILLOT, 2016, p. 30), mesmo a história de uma instituição escolar. Assim, sempre haverá “a demanda por um tipo diferente de credibilidade [que] separa a narrativa histórica da ficção” (ibidem). Em busca dessa credibilidade, portanto, o Instituto justifica o reenquadramento de sua memória, utilizando em seu discurso elementos que reforcem a vinculação entre ambas as instituições inseridas na atual narrativa, eliminando espaço para questionamentos sobre a veracidade ou plausibilidade da continuidade entre elas, mesmo que para isso faça uso de construções imprecisas da história, como a menção à extinção da ENC como uma mudança de endereço da instituição, ocultando movimentos históricos mais radicais.

Esse processo de construção do passado, todavia, não é uma via única. Realizado, ele influencia a construção contínua dos sujeitos dessa coletividade. A memória vigente do ISEPAM, em amplo processo de enraizamento, em breve será a única narrativa

conhecida por quase todo o corpo escolar, o que influenciará não apenas na sua percepção sobre o seu passado, mas, também, em sua identidade enquanto membro dessa coletividade, sobretudo para os docentes e discentes do agora centenário curso normal. Assim, nota-se o movimento mútuo de construção da memória e da identidade.

[...] o passado construído é ele mesmo construtivo da coletividade. [...] sua constituição como sujeitos segue lado a lado com a contínua criação do passado. Assim, eles não são sucedâneos desse passado: são seus contemporâneos. (TROUILLOT, 2016, p. 43)

Esse trabalho compreende, assim, o passado, bem como a memória não como fenômenos localizados em outro tempo histórico, mas, sim como nossos contemporâneos, uma vez que são constantemente revisitados e construídos a partir de demandas presentes. Do mesmo modo que todo indivíduo é filho do seu tempo, o passado é fruto do tempo em que ele é mobilizado. A memória do ISEPAM é menos sobre o seu passado e mais sobre o contexto e objetivos atuais. Assim, a memória do Instituto, mesmo que faça o resgate de um tempo cronologicamente mais distante, é, enquanto reconstrução mais ou menos consciente do passado, contemporânea às gerações posteriores à década de 2010.

Nesse sentido, o ISEPAM é visto nessa pesquisa também como um lugar de memórias, pois, mesmo que os acontecimentos sejam os mesmos, as narrativas que surgem deles variam, influenciando e sendo influenciadas pelas diferentes memórias que circularam no Instituto. Essas narrativas não são observadas apenas pelas fontes escritas, mas, também, nos relatos orais obtidos através das entrevistas com as servidoras do Instituto. Cabe esclarecer que a pesquisa se apoiou na metodologia voltada para fontes orais e estas não devem ser tratadas como histórias já finalizadas, mas, sim, enquanto fontes como as dos demais tipos, que necessitam passar por trabalho de análise (ALBERTI, 2008, p. 158).

As pesquisas que lançam mão de fontes orais o fazem graças ao avanço das concepções sobre o que pode ser considerado fonte histórica e aos trabalhos que objetivaram dar voz às minorias, por muitas vezes silenciadas nos processos de construção de narrativas hegemônicas¹⁸. Outra finalidade recorrente das pesquisas em história oral é evidenciar a existência de múltiplas narrativas, muito frequentes, portanto, em trabalhos sobre *memória*. É nesse sentido que o presente trabalho fez uso das fontes

¹⁸ Apesar de esse ser um movimento importante, deve-se ter precaução para que não caia em discurso maniqueísta sobre vencedores e vencidos, aqueles que têm voz e os silenciados, relegando estes últimos ao papel daquele que, por ausência de agência e autonomia, precisa de um intermediador para se expressar (ALBERTI, 2008, pp. 159-164).

orais, como um método de pesquisa que possibilita uma melhor compreensão “da construção das estratégias de ação e das representações de grupos” (FERREIRA, 1998, p. 12)

Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas. Essa noção [...] recebe o nome de “história de experiência”. [...] entender como pessoas e grupos experimentaram o passado torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas. (ALBERTI, 2008, p. 165)

A partir das fontes orais obtidas pela pesquisa, foi possível verificar a existência de outras memórias para além da oficial, tanto da vigente atualmente quanto na anterior à década de 2010. Há, assim, memórias conflitantes e não concordantes entre si, em que diferentes indivíduos formulam o passado a partir de elementos diferentes, lançando foco, do mesmo modo, a acontecimentos e discursos que nem sempre são os mesmos.

Apesar da consideração da importante contribuição das fontes orais para a investigação da pesquisa, não se optou por expandir o corpo de entrevistados para os demais servidores e para os estudantes da instituição, uma vez que se pretendia compreender as motivações para o reenquadramento da memória do Instituto. A esse questionamento, apenas as pessoas mais envolvidas com a gestão da instituição poderiam indicar a explicação, dado que são estes os membros do corpo escolar que possuem mais agência nesse quesito.

Seguindo as orientações de Verena Alberti sobre como proceder no planejamento de um projeto que pretende utilizar entrevistas como fontes, partimos, então, do pressuposto de que os entrevistados e sua visão sobre o tema de pesquisa devem ser adequados à sua questão, uma vez que devem ser considerados elementos quantitativos e não estatísticos (2008, p. 172). Assim, na escolha dos possíveis participantes foi

necessário um conhecimento prévio do universo estudado; é preciso conhecer o papel dos que participaram ou participam do tema investigado, saber quais seriam os mais representativos e quais são reconhecidos pelo grupo, além de conhecer os que são considerados “desviantes”.

Não se afirma aqui que os demais indivíduos da instituição não possuem voz ativa no cotidiano e na construção escolar, mas que no que tange a esse processo de construção da memória, do discurso sobre o passado do ISEPAM, a possibilidade de interferência ficou restrita a uma pequena parte do Instituto. Isso é possível de ser afirmado, já que nem as coordenadoras do instituto que foram entrevistadas foram incluídas nesse processo,

mesmo que tenham sido ativas nos movimentos de reivindicações pelo instituto, como bem apontado por elas.

À medida que as entrevistas foram sendo realizadas, foi-se percebendo que o reenquadramento foi realizado à revelia de quase todo o corpo escolar, dado que apenas uma parcela deste estava, ao menos, a par da existência de uma outra narrativa sobre o passado da instituição, ao contrário do que se foi pensado anteriormente. Após a participação da coordenadora do Centro de Memória, que expõe que a memória oficial vigente sempre foi o enquadramento a que teve acesso desde que entrou para a instituição, na década de 2000, foi levantada a hipótese de que, mesmo sendo subterrânea, essa era a narrativa predominante nos corredores da escola, hipótese esta que foi descartada logo após as demais entrevistas, que esclareceram que a maioria do Instituto desconhecia o discurso em que prevalece a perspectiva de continuidade entre a ENC e o IEC. Dessa forma:

A capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica - e nesse sentido permite a “mudança de perspectiva”. [...] Nesse sentido, o pesquisador tem acesso a uma multiplicidade de “histórias dentro da história”, que, dependendo do seu alcance e dimensão, permitem alterar a “hierarquia das significações históricas” (ALBERTI, 2008, p. 166).

Verena Alberti reflete, ainda, sobre a forte contribuição que as fontes orais podem oferecer para a compreensão da memória enquanto fenômeno social, uma vez que “o trabalho com a História oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação” (2008, p. 167). No campo do individual, o pesquisador que escolhe trabalhar com fontes orais, aqui especificamente entrevistas, deve se ter em mente que esse tipo de fonte reforça o aspecto singular de cada pessoa, sem esquecer que “a entrevista de História oral é uma fonte intencionalmente produzida, colhida a *posteriori*” (ibidem, p. 168).

A pesquisa confrontou as diferentes fontes orais, mas, também as confrontou com as demais fontes das pesquisas, como os documentos escritos e as fontes de mídias digitais, que indicaram que, mesmo que de maneira menos intensa do que imaginado no início das entrevistas, havia mais de um discurso simultâneo sobre o passado institucional, fazendo haver, em todos os momentos, uma memória oficial e uma subterrânea. Com isso, quis-se verificar o avançar das construções sobre os fatos incluídos na memória do Instituto, tendo em mente que

Representações e "fatos" não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações (PORTELLI, 1996, p. 111).

Alguns fatos vivenciados pelo ISEPAM foram fortemente utilizados nas representações do passado e do presente da instituição. As mudanças físicas e organizacionais, as alterações de legislações e, como não poderia deixar de ser, os impactos destas no Instituto. Destacamos aqui, sobretudo, a redução no quantitativo de normalistas matriculados, fato reconhecido desde os anos 2000. Esse movimento marcou de maneira negativa na representação própria da escola, que se viu nesse momento como em risco de perda de sua relevância local, fator esse que, de acordo com o defendido neste trabalho, foi decisivo para o processo de reenquadramento da memória do Instituto, que aprofunda cronologicamente a trajetória do ISEPAM, ao resgatar a tradição da antiga Escola Normal. Analisaremos esse movimento no tópico a seguir.

2.4 – Identidade Normalista em vertigem

Observando o quantitativo de formandos do Curso Normal da década de 1990, podemos concluir que, durante as décadas finais do século XX, cerca de metade do corpo discente do atual ISEPAM estava matriculado no curso do magistério, o que muito justifica a ideia do Instituto enquanto uma escola de normalistas. À medida que a procura por tal curso diminuiu, pelas razões comentadas no capítulo anterior, o número de normalistas na instituição caiu drasticamente, chegando a ser, atualmente, uma parcela ínfima dos estudantes, uma vez que a escola possui cerca de três mil alunos, sendo menos de cinquenta os normalistas.

Se o que trazia prestígio e renome ao Instituto era o curso normal, ou assim se acreditava, como ele manterá o seu reconhecimento regional? É nesse movimento que ocorre o reenquadramento de sua memória. Não é, no entanto, fator isolado. No início da década de 2010, está também o início do projeto do Centro de Memória do ISEPAM, sobre o qual nos deteremos no capítulo seguinte, que irá impulsionar a instituição para uma reflexão sobre seu passado. Nesse período, ocorre também o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre a história da Educação em Campos, das quais emergem trabalhos sobre a ENC e o IEC, como a dissertação da Márcia Regina (2009).

Observa-se, então, que há alguns elementos contextuais que favorecem a releitura dos anos de existência da ENC e sua incorporação à memória do ISEPAM. Esse movimento busca fortalecer não somente a identidade normalista presente na instituição, mas, também, a noção do Instituto enquanto *locus* de formação de professores. Contudo, tendo em vista que há atualmente a licenciatura em Pedagogia na instituição, o ISEPAM precisaria do curso normal para continuar se apresentando como escola de preparo docente?

Como exposto no capítulo anterior, a relação entre o curso superior em Pedagogia e a chamada escola básica nunca foi estreita, sendo esse afastamento sentido por ambos os lados. Como a inauguração do curso superior não contou com a participação do restante da comunidade escolar, os docentes e discentes não puderam sentir como se a proposta do curso de pedagogia fosse um novo degrau para os normalistas, uma nova etapa ou a continuidade da missão do Instituto salvaguardada, agora por um novo curso de formação de professores, mais condizente com as demandas de seu tempo atual.

Nesse sentido, o Instituto luta para manter o curso normal também porque a pedagogia não é vista como a continuidade deste, que se transformou para melhor atender as demandas de formação acadêmica de professores para o novo século. O curso superior não compreenderia, desta forma, a demanda por tradição, por memória que o Instituto apresenta. Enfraquecida a memória normalista, uma vez que a comunidade capaz de a carregar para a posteridade diminuiu, com a redução dos estudantes e a saída dos servidores que vivenciaram os anos de ouro do curso, a própria identidade normalista se encontra em vertigem. “A escola sempre foi escola de normalistas, então a gente não queria acabar com essa tradição” (FERREIRA, entrevista 3, 2023). No movimento de retroalimentação:

a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (LE GOFF, 2003, p. 469)

Marieta de Moraes Ferreira, historiadora e pesquisadora do campo da História Oral e da Memória, também destaca a relação de construção da identidade a partir da configuração da própria memória de tal grupo:

A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. [Isso] coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que o passado é construído segundo as necessidades do presente (1998, p. 8)

O modo como a relação entre o curso da pedagogia e o restante do corpo escolar foi construída impossibilitou o surgimento de uma sensação de pertencimento única a todos em relação ao Instituto e, por isso, os vínculos estabelecidos entre eles são divergentes. Assim, o novo curso não possui ferramentas para compartilhar e preservar a memória e a identidade construída e reivindicada pela instituição, uma vez que apartada desse grupo social. Desta forma, o curso normal é visto como elo entre o presente e o passado da instituição, sobretudo tendo em vista a atual narrativa sobre sua história, passado este que oferece sentido à identidade do Instituto.

E se a gente não tiver o curso normal. Qual é a nossa identidade? Quem vai ser o ISEPAM? Vamos construir uma nova identidade? Entendeu? Não é que a gente queira ficar amarrado a algum passado saudosista como a gente. Não é isso. É a construção de uma identidade mesmo (HIGINO, entrevista 4, 2023).

Compreender a posição ocupada pelo curso normal no Instituto é fundamental para observarmos a relação entre a ideia deste curso ser atualmente ultrapassado e a sensação do corpo escolar de que o ISEPAM está perdendo seu posto de referência enquanto instituição de formação docente e ensino básico em sua região. É perceptível o saudosismo nas falas dos participantes deste trabalho, bem como na dissertação da Márcia Crespo (2009), quando rememoram o passado do Instituto de forma melancólica, justificando esse sentimento por acreditarem que este já não é prestigiado como foi outrora.

O início do século XXI pode ser encarado como um momento de crise para o ISEPAM, sobretudo por trazer a incerteza da continuidade da oferta do curso normal. Devemos lembrar que, mesmo havendo outros cursos na instituição, inclusive técnicos profissionalizantes e o curso superior de formação de professores, foi o curso normal que ofereceu destaque ao Instituto durante décadas. Silva (2002) afirma que os momentos de crise e incertezas em relação ao futuro trazem como corolário o alargamento de formas de rememoração, em que se incluem, também, as comemorações e o processo de patrimonialização como tentativas de fortalecer essa memória e, conseqüentemente, a identidade normalista, pois, da mesma forma que “a história é meio indispensável para forjar a nacionalidade” (GUIMARÃES, 1988, p. 14), a memória o é para forjar a identidade. Nesse sentido, o processo de crise sentido no ISEPAM e o enfraquecimento do curso normal

poderia ter incentivado a busca e a reelaboração de sua trajetória e narrativa, de forma que valorizasse a instituição, fazendo-a centenária e um dos primeiros centros de formação docente do seu estado, reivindicando mais intensamente

o título de lugar de memória regional, devido ao mais de um século de contribuição na educação e na cultura do município e por ser, assim como o LHC, marco de uma época. (SIMÃO, 2022, p. 279)

E é nesse sentido que a categoria de *lugar de memória* é aplicável no caso do ISEPAM, uma vez que busca manter um elo não espontâneo com um tempo que não existe mais, com as comemorações que remetem à antiga Escola Normal. Todavia, para além de um lugar de memória, o Instituto é um lugar de memórias, lembranças e narrativas plurais, subsequentes, mas, também, concomitantes, memórias essas expostas pelos próprios servidores da instituição, apresentadas a seguir.

Capítulo 3: Um lugar de memórias

3.1 – Sobre as memórias do Instituto

Mesmo sendo um grupo de participantes com aproximações, professoras com muitos anos de casa e que ocuparam cargos nas coordenações do Instituto, as entrevistadas também ofereceram perspectivas destoantes no que diz respeito ao seu posicionamento particular sobre a idade atribuída à instituição. Enquanto uma tinha conhecimento apenas da narrativa vigente, as demais conheceram só após o reenquadramento e não tomaram como verdadeira a nova narrativa do mesmo modo.

Ao passo que uma abraçou prontamente a nova narrativa, outra estranhou de início e uma terceira ainda olha com desconfiança a perspectiva de continuidade entre a ENC e o IEC. Ao contrário do que pode parecer para alguns, essas diferenças nos relatos de participantes em pesquisas sobre memória que utilizam de fontes orais não prejudica a investigação, mas, inversamente, pode ser um fator de grande contribuição para o trabalho. Neste caso, a pluralidade das memórias que circulam no Instituto evidencia o caráter vivo deste fenômeno que como um conjunto de lembranças, pode ser apropriado de múltiplas formas pelos indivíduos de um grupo, dado que estes “se apropriam de maneira desigual de um estoque simbólico comum” (AZEVEDO, 2003, p. 44).

A metodologia da história oral, assim, não vê

a subjetividade e as deformações do depoimento oral [...] como elementos negativos para o uso da história oral. Conseqüentemente, a elaboração dos roteiros e a realização das entrevistas não estão essencialmente voltadas para a checagem das informações e a apresentação de elementos que possam se constituir em contraprova, de maneira a confirmar ou contestar depoimentos obtidos. As distorções da memória podem se revelar mais um recurso do que um problema, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central. (FERREIRA, 1998, p. 10)

Um elemento que não aparece do mesmo modo em todos os relatos é o da vinculação pessoal que cada servidora, bem como qualquer outro membro do corpo escolar, estabeleceu com o Instituto. Parte das participantes demonstrou um vínculo afetivo maior com a instituição que a outra. A coordenadora do Centro, por exemplo, em seu relato expõe sobre a sua formação profissional e trajetória enquanto servidora da instituição, limitando-se a relatar suas experiências profissionais e feitos no Instituto sem o apelo emocional fortemente presente nos demais relatos¹⁹.

¹⁹ Cabe esclarecer que se utilizou o mesmo roteiro de entrevista semiestruturado para todas as entrevistas. As perguntas e tópicos de abordagem das participações consistiam na coleta de dados sobre o tempo e área de atuação de cada participante no ISEPAM; a sua percepção sobre o que mudou no Instituto no seu período de atuação; e seu conhecimento e sua perspectiva a respeito do reenquadramento da memória da instituição

As outras participantes, contudo, ofereceram relatos imersos em uma intensa camada sentimental, emocionando-se em alguns momentos de suas falas. Elas acreditam que muito dessa emoção se deve ao fato de terem vivido na instituição durante muitos anos, como Ferreira e Higino, que foram também alunas do então IEPAM. “Eu estudei lá na educação infantil, fiz o normal lá, então a gente tinha todo um amor, eu tenho um amor, àquela instituição”, afirma Ferreira (entrevista 3, 2023). A professora Higino, do mesmo modo, estudou na instituição desde a etapa da Educação Infantil e diz que não é capaz de separar sua história pessoal de sua história no ISEPAM:

Eu passei mais tempo aqui do que, acho, que na minha própria casa, porque são 20 e tantos anos que a gente vinha para cá de manhã, saía daqui à noite. Fica muito entranhado em você. Tudo que você constrói hoje [...] não falo da minha vida sem falar no ISEPAM. A minha história se confunde com a história da escola (entrevista 4, 2023)

Barros, que não foi estudante do Instituto, também relata uma grande conexão emocional com o local:

Eu tenho certeza que, quando tiver, sei lá, a próxima festa que tiver eu vou fazer questão ir. Eu tenho certeza disso, porque a gente sente essa vontade. Eu me encontrar com todo mundo que se aposentou na minha época é muito interessante sempre. E a gente via a alegria. Uma festa dentro do ISEPAM é muito, é muito emotivo. Eu acho que é um pertencimento muito forte (entrevista 2, 2023).

A partir desses relatos, observa-se um forte ímpeto de construção de um sentimento de pertencimento ao Instituto, que os membros do corpo escolar “fazem questão do pertencimento da gente à escola. Sempre esse frisar. Isso que ‘a escola somos nós’” (BARROS, entrevista 2, 2023). Todavia, nem sempre essa carga emocional é positiva. Barros relatou também ter passado por experiências muito negativas no Instituto, corroborando em um quadro depressivo, em que ficou “sem poder passar na frente do ISEPAM. Depois eu melhorei, porque as colegas, o convívio do ISEPAM é muito bom. As amigas são muito boas” (idem).

Houve, sobretudo até os anos 2000, muitas cerimônias que tinham maior apelo emocional e que fortaleciam esse vínculo pessoal de cada membro à instituição. Não apenas festividades, mas, também, cerimônias fúnebres de servidores do Instituto. De acordo com o relato de Barros, “muita gente, muita professora, foi velada no saguão do

no seu discurso oficial. A partir desses temas, as participantes exploraram suas várias memórias e opiniões sobre os fatos que vivenciaram no ISEPAM, sendo capaz de trazer à tona discussões não antes vislumbradas pela pesquisa.

ISEPAM, muitos funcionários até que não pode mais. Então você vê [que] o pertencimento é tão grande” (idem).

Já as comemorações, sobretudo de aniversário da escola, buscavam sempre despertar alegria no corpo escolar. “A festa parecia que era realmente pra gente. Muito bom. Gincana para os alunos, para comemorar aniversário”, afirma Barros. Higino também se recorda da grandiosidade que se desejava que as celebrações possuíssem:

as comemorações de aniversário do ISEPAM tinham muito disso. A gente apresentar o coral do ISEPAM, o orfeão do ISEPAM que viajava, que se apresentava nas solenidades que tinham. Então o aniversário da escola era uma época assim, que a gente fazia missa, e a gente fazia bolo, e a gente fazia festa. Era um aniversário como se fosse o aniversário de um ente querido. Então a gente fazia questão de estar comemorando, se a escola funcionasse em 3 turnos, era 3. Gente ia cantar parabéns 3 vezes. E hasteava a Bandeira e cantar hino. E trazer alguém de fora (entrevista 4, 2023).

Devido a todos esses laços afetivos construídos durante décadas, as participantes relataram que o momento de despedida das funções cumpridas no Instituto, o momento de aposentadoria foi doloroso para elas. Ferreira, ao falar da saudade que sente dos anos que viveu na instituição, fala que “ficou difícil um pouquinho no começo sair de lá, mas agora [alguns anos após sua saída] já cortei o cordão umbilical”. Higino expôs sua surpresa ao ver que seu pedido de aposentadoria foi aceito no dia seguinte, fazendo com que ela buscasse atrasar o processo de aposentadoria.

Quando saiu a aposentadoria foi uma sensação tão engraçada, porque é quando você se aposenta, mas você não quer se aposentar. E eu falei, eu vou entrar com a aposentadoria porque dizem que isso demora, né? [...] Eu falei ‘Jesus, eu estou aposentada, e agora?’ ‘Não era o que você queria?’ Eu falei ‘não’ (risos). E eu não estava preparada para cortar esse cordão umbilical tão rápido, né? Ah, falei não. [...] Falei “não, vou terminar o ano. Como é que eu ensaio assim de repente?” Aí fui me preparando, sabe, para sair [...] (idem).

Afirma ainda que há outros casos como o seu no Instituto, de profissionais que já poderiam ter se aposentado, mas permanecem na instituição, que “quer estar aqui, que já podia ter aposentado, mas que gosta de estar aqui. É tão difícil na área da educação vocês terem isso, a pessoa que está aqui porque criou raiz, que gosta” (HIGINO, entrevista 4, 2023).

Mesmo aposentada, a professora não rompeu completamente os laços com o Instituto, que visita regularmente, participando de reuniões e eventos. A sua própria entrevista para essa pesquisa foi realizada no prédio do ISEPAM. Ela explica que

participo de tudo. Eu me aposentei, mas meio que as meninas que assumiram a minha função ficaram meio que à deriva. Fazia meio que uma consultoria com elas, de ficar passando tudo o que eu fazia e tal. Hoje eu venho menos,

bem menos. [...] ofereciam uma aula de dança com o Zé Fernando, professor de história. E aí a gente fazia, né? A gente dançava, eu vinha para cá dançar. Tudo o que eles ofereciam, eu vinha para cá fazer, para não sair 100% daqui. Mas é muito bom. E você vê que é uma casa que recebe. A gente não fica livre daqui 100%, e nem quer ficar (idem).

Tendo em vista que todas as entrevistadas contam com pelo menos quase duas décadas de serviço no ISEPAM, presume-se que tal vinculação afetiva foi mais promovida na chamada escola básica do Instituto, não sendo tão forte nos cursos superior e técnicos da escola, em que atua, por exemplo, a coordenadora do Centro, que não relata forte vínculo emocional quanto as demais participantes. Para esse fenômeno, devemos lembrar das impressões das entrevistadas sobre o afastamento do curso de Pedagogia do restante da escola, sentido por ambos os lados, que pode ter afetado, também, a participação do curso superior às cerimônias e eventos que contavam com mais apelo emocional, fazendo com que o aspecto afetivo aparecesse em diferentes níveis em cada memória compartilhada pelas participantes.

A pesquisa contou com fontes de variadas formas para a construção deste trabalho. Ainda pouco usuais, porém com perspectiva de cada vez mais utilização, são as fontes obtidas através das mídias digitais. Através delas, a pesquisa teve acesso a registros escritos e imagéticos de grande contribuição, além de obter informações sobre a reação de parte da sociedade campista a alguns acontecimentos relacionados ao ISEPAM, como veremos adiante.

3.1.1 – A veiculação de memórias da era digital

Nas últimas décadas, observamos a digitalização de parte de atividades comuns e rotineiras da população do país. A popularização das redes sociais tornou nossa comunicação cada vez mais ágil e interativa, devido ao uso do virtual. O surgimento de versões digitais dos jornais físicos, ou novos jornais apenas nesse formato também impactou a forma como tomamos conhecimento das notícias. Espaços de debate e ambientes de instrução, inclusive de educação formal, também ganharam espaço digital, sobretudo a partir da virada de século.

Nessa nova realidade, fontes obtidas em mídias digitais podem ser de grande valor para pesquisas acadêmicas, se bem selecionadas e tratadas. O ISEPAM, por ser escola já consolidada na região, além do amplo público que atende, é objeto de notícia de diversos sites, dentre os quais temos os blogs de autores campistas que por vezes divulgam publicações sobre o ISEPAM que auxiliam na obtenção de informações sobre ele e,

também, sobre os discursos que envolvem a visão da sociedade campista sobre tal Instituto. Um que se destaca é o Blog do Roberto Moraes²⁰, professor de Geografia do Instituto Federal Fluminense – Campus Campos Centro, ainda ativo, apesar desse tipo de rede não ter a mesma popularidade que possuía há algum tempo, contando com publicações regulares e expressivo número de visitas diárias. Moraes é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ), com estágio doutoral na Universidade de Barcelona e mestre pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (Coppe/UFRJ).

Em seu blog, Moraes faz publicações sobre pesquisas e discussões das áreas em que atua, como Circuito Econômico Petróleo-Porto, Geopolítica da Energia, Capitalismo de Plataformas, Espaço-Economia e Financeirização no Capitalismo Contemporâneo. Realiza, também, divulgações e debates sobre notícias de Campos e região, o que mais nos interessa aqui. O autor afirma que o blog surge de seu ímpeto de, não apenas divulgar “questões factuais”, mas, principalmente, servir “à reflexão que efetivamente possa produzir transformações num ambiente confuso” (MORAES, 2021) do qual emergem estes fatos, e que o idealizou enquanto “espaço público (digital) para guardar informações, análises e para trocar algumas leituras sobre vários assuntos, mas em especial política e economia” (idem)²¹. Moraes vincula, ainda, seu ofício de docente à sua atuação como *blogueiro*, ao passo que

a escrita no blog é uma forma de pensar alto sobre algumas questões. Escrever me ajuda a pensar de uma forma um pouco mais estruturada. O que também me leva a mais indagações e estudos. O blog foi me ajudando a deixar isso claro. E tudo que aprendo e apreendo tenho enorme prazer em compartilhar e dividir. [...] Penso que o ofício de professor foi me deixando essa marca, em que o compartilhamento e a dependência das trocas e das conversas possuem caminhos de duas direções. [...] espaço do blog também ampliou o meu trabalho de professor e pesquisador levando-o para além dos vínculos institucionais que também possuem os seus ciclos. O blog assim dá perenidade àquilo que se tornou parte da minha forma de relacionar, trocar informações e opiniões sobre as pessoas, coisas e o mundo (idem).

Ao longo dos anos da existência de sua página, Moraes publicou algumas notícias sobre o atual ISEPAM, como sobre a inauguração do curso de pós-graduação em Gestão Escolar em 2010, posteriormente descontinuado, como dito no capítulo 1:

A diretora do Isepam, professora Ângela Sanges traz mais uma boa notícia do esforço que a direção do Isepam e seus servidores vêm fazendo para ampliar o que tradicionalmente é feito, em termos de formação de professores. Ela está

²⁰ Para acessar, clique em: <http://www.robertomoraes.com.br/>

²¹ Ver texto completo em: MOREAS, Roberto. “17 anos do blog: obrigado!”. In.: **Blog do Roberto Moares** <https://www.robertomoraes.com.br/2021/08/17-anos-de-blog-obrigado.html>. Acesso em: 10/02/2024.

anunciando que o Isepam recebeu da Faetec a autorização para iniciar um curso de pós-graduação em Gestão Escolar. As inscrições estão abertas até amanhã, 13 de agosto, no horário das 14 até às 20 horas. A exigência é apenas uma graduação em qualquer área, mesmo diversa de Educação. Haverá uma seleção entre os inscritos no dia 19 de agosto. Parabéns ao Isepam, que assim inaugura sua atuação também na pós-graduação *lato sensu* (MORAES, 2010)²²

É possível notar, através do trabalho de Moraes, que as preocupações do corpo escolar do ISEPAM alcançaram, em diversos momentos, a comunidade campista. Quando da transferência do Instituto da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro para a Rede FAETEC, instalou-se um sentimento de apreensão na comunidade escolar, que receava que a mudança poderia trazer alterações indesejadas pela instituição, como encerramentos de alguns de seus cursos, como o Curso Normal a Nível Médio e o recém criado a Normal Superior, dado que pertenciam a uma formação profissionalizante distante das presentes das demais escolas técnicas da FAETEC, ou de seus segmentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, uma vez que eram, também, cursos não ofertados em outras instituições mantidas pela mesma Rede, além do fato de que a Educação Infantil é um segmento de ensino que deve ser prioritariamente de responsabilidade dos poderes municipais (BRASIL, 1988, p. 124). Nesse sentido, há o receio de que o ISEPAM perca os seus colégios de aplicação, como ocorreu com a antiga Escola Normal, o que, futuramente, impossibilitou a sua manutenção. Em sua publicação de fevereiro de 2008, Moraes afirma que

na época, diversas educadoras tentaram impedir este processo. Questionavam os desdobramentos que a mudança poderia trazer no futuro para uma escola que tinha a função básica de formar professores, embora tivesse na sua estrutura, matrículas na educação infantil e fundamental. Estas, além de atender à comunidade circunvizinha, também servia como campo de estágio da escola normal de nível médio e de nível superior²³.

Esse receio sobre a possibilidade de ter que deixar de oferecer alguns de seus segmentos educacionais é uma questão ainda atual no Instituto, uma vez que os fatores que provocam esse receio ainda estão presentes tanto na instituição quanto na Rede FAETEC. Em agosto de 2015, noticiou uma manifestação contrária ao fim do fechamento do Curso Normal a Nível Médio no ISEPAM e das turmas de Ensino Médio regular, ocorrida no mesmo mês, decisão que a FAETEC teria tomado sem consultar a comunidade do ISEPAM, mas suspendeu posteriormente, estando tais cursos ainda

²² Fonte: <https://www.robertomoraes.com.br/2010/08/pos-graduacao-em-gestao-escolar-no.html>

²³ Disponível em: MOREAS, Roberto. "ISEPAM será devolvido à Educação". In.: **Blog do Roberto Moares** <https://www.robertomoraes.com.br/2008/02/isepam-dever-devolvido-educao.html>. Acesso em: 10/02/2024.

disponíveis atualmente no Instituto. Em sua publicação, Moraes reproduz os argumentos dos profissionais do ISEPAM que argumentam que

a comunidade deseja debater o assunto e sustenta que o curso é previsto na LDB, tem qualidade e bons resultados em termos de empregabilidade, mesmo com as deficiências oriundas especialmente da falta de mais estrutura e servidores.²⁴

Figura 8 – Manifestação contrária ao fim do Curso Normal do ISEPAM



Fonte: <https://www.robertomoraes.com.br/2015/08/comunidade-do-isepam-se-manifesta.html>

Na faixa presente na manifestação se lê “Pela manutenção de nossa tradição em formar professores”, que remete ao discurso sempre presente nos eventos da instituição que faz apelos à sua memória de formação docente desde a inauguração da ENC, de acordo com a narrativa vigente sobre o ISEPAM. Tal discurso endossa o desejo de manter os cursos de formação docente na instituição também pelo apego a esta tradição, contrariando argumentos favoráveis ao fechamento do curso de formação de professores a nível médio, como o presente em um comentário anônimo desta mesma publicação, que afirma que

é um erro manter o curso normal de nível médio!! A própria LDB exige formação superior para atuação no ambiente escolar. Como a instituição mantém ainda um curso sem mercado de trabalho? O pior é ver alunos e funcionários protestando a favor de um curso que não tem empregabilidade. Inclusive, as instituições particulares de ensino só aceitam profissionais com

²⁴ Disponível em: MOREAS, Roberto. “Comunidade do ISEPAM se manifesta”. In.: **Blog do Roberto Moares** <https://www.robertomoraes.com.br/2015/08/comunidade-do-isepam-se-manifesta.html>. Acesso em: 10/02/2024.

nível superior e concurso público na área da educação não aceita mais profissionais com nível médio (Sem autor, 2015)²⁵

Em resposta a esse argumento, a professora e coordenadora da instituição, Edith Arenari, posiciona-se contrariamente e rebate dizendo que a LDB prevê o curso normal e esclarece que

nossos alunos saem daqui empregados em várias escolas particulares e, mais que isso, aprovados nos concursos públicos de Campos e municípios vizinhos, que mantêm em seus editais o curso Normal como requisito mínimo. [...] Nossos alunos não sofrem por falta de empregos na área. Além disso, o nosso índice de aprovação em concursos é comprovadamente alto. Nossos alunos do normal média aprovados em concursos falam pela instituição. (2015)²⁶

Desse modo, pode-se observar que o debate sobre a manutenção ou não do Curso Normal a Nível Médio não está restrita ao segundo período da trajetória da formação de educadores no Brasil proposta por Saviani (2009)²⁷. Esta discussão é atual, alcançando os dias de hoje, como poderemos concluir também a partir das falas da coordenadora do Centro de Memória do ISEPAM, no tópico seguinte.

Ainda no blog do professor Roberto Moraes, encontram-se publicações que muito interessam à presente pesquisa. Tais publicações são referentes às comemorações de aniversário do ISEPAM em 2008 e 2010, em que se celebrou, respectivamente, cinquenta e quatro e cinquenta e cinco anos do Instituto, ambas as comemorações ocorridas no dia 12 de maio, como a comemoração vigente nos dias de hoje. O registro da celebração de 1994 é do mês de março, entretanto, é possível que as comemorações tenham se iniciado meses antes do aniversário de fato, em maio. Caso contrário, o então IEPAM, possuía uma data de celebração distinta na década de 1990, para além do ano considerado como origem da instituição.

Trabalhando com a possibilidade de um aniversário em março, não foi localizado nenhum evento que justifique a seleção deste mês para a comemoração que apresenta o ano de 1954 como ano inicial da instituição que entendemos atualmente como ISEPAM. O 12 de maio, presente dos demais registros do aniversário, justifica-se por ser a data da promulgação da Lei nº 2.146, que, entre outras providências, cria o IEC. Nesse sentido, as comemorações de 2008 e 2010, condizem com a data de promulgação da lei

²⁵ Idem.

²⁶ Disponível em: MOREAS, Roberto. “Comunidade do ISEPAM se manifesta”. In.: **Blog do Roberto Moares** <https://www.robertomoraes.com.br/2015/08/comunidade-do-isepam-se-manifesta.html>. Acesso em: 10/02/2024.

²⁷ Ver Tabela 1.

supracitada, alinhando-se à narrativa em que a perspectiva de ruptura entre a ENC e o IEC prevalece.

Na última segunda-feira, 12 de maio, o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert comemorou 54 anos iniciando uma Semana Pedagógica. Hoje, durante o período da tarde, culminando a programação, será realizado o “*Fórum de educação para o tempo presente - a reedificação da Escola Pública*”. Quatro mesas-redondas acontecerão daqui a pouco com temas relacionados aos quatro níveis de ensino trabalhados na tradicional escola campista: Infantil, Fundamental, Médio e Superior. Com essa mobilização o Isepam tenta resgatar sua história como escola de formação frente aos desafios atuais da escola pública que expandiu sua atuação, mas vem enfrentando sérios problemas em termos de qualidade de ensino. Depois das idas e vindas criadas com a mudança de sua vinculação da Secretaria Estadual de Educação, para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, através da Faetec, a atual gestão com perfil mais democrático e transparente tem estimulado a participação dos diversos segmentos internos e também se aproximando, de outras instituições, na busca por parcerias que garantam uma nova energia que motive para o trabalho cotidiano de educar e transformar a realidade que nos cerca. Parabéns ao Isepam e aos seus servidores por esse esforço! (MORAES, 2008)²⁸

O tradicional Instituto Superior de Educação Prof. Aldo Uylaert, Isepam, comemorou nesta quarta, junto com a comunidade, os seus 56 anos de bons serviços prestados. Diversas atividades culturais marcaram durante todo o dia, a passagem da data. À noite uma palestra da professora Regina Crespo com o tema “Isepam: lugar de história e memória da formação de professores na Planície Goitacá” encerrou as atividades do Instituto que é dirigido atualmente pela professora Ângela Sanges (MORAES, 2010)²⁹

A partir das publicações reproduzidas acima, foi possível concluir que a alteração do enquadramento da memória do Instituto é muito recente, tendo ocorrido na década de 2010. Mais especificamente, o recorte estabelecido para o reenquadramento é o de 2011 e 2013, uma vez que a de 2010 se sabe que ainda celebrava no formato anterior e que a de 2014 já celebrava no formato vigente³⁰. Com esses registros, nota-se que destas comemorações para a atual, mantiveram o dia e o mês de celebração, no entanto alteraram o modo de realizar a contagem de anos que o Instituto possui.

Entretanto, nestas mesmas publicações, estão presentes respostas que indicam a existência da narrativa em que prevalece a noção de continuidade entre a ENC e o IEC.

²⁸ MOREAS, Roberto. “ISEPAM comemora 54 anos”. In.: **Blog do Roberto Moares**. Disponível em: <https://www.robertomoraes.com.br/2008/05/isepam-comemora-54-anos.html>. Acesso em: 10/02/2024.

²⁹ MOREAS, Roberto. “ISEPAM comemora aniversário”. In.: **Blog do Roberto Moares** Disponível em: <https://www.robertomoraes.com.br/2010/05/isepam-comemora-aniversario-com.html>. Acesso em: 10/02/2024 Disponível em: <https://www.robertomoraes.com.br/2010/05/isepam-comemora-aniversario-com.html>

³⁰ Instituto recebe exposição em seu evento de 119 anos. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2014/06/instituto-recebe-exposicao-sobre-o-mercado-municipal-de-campos-no-rj.html>. Acesso em: 20/06/2023.

Pesquisadores da área da Educação em Campos, Maria Amélia Boynard e Jacy Moreira Sales, também vinculadas à UENF, esclarecem ao autor do blog seus posicionamentos em relação à idade atribuída ao ISEPAM, da qual discordam, pois destacam em suas réplicas a compreensão de que o ano de 1954 foi o momento de transferência de endereço e de denominação da antiga escola normal anexa ao Liceu de Campos, que passaria a funcionar no prédio do Grupo Escolar Saldanha da Gama com o nome de Instituto de Educação de Campos. Apesar de ainda não oficial à época, essa narrativa sobre a origem do ISEPAM também circulava pela comunidade escolar, como contou a coordenadora do Centro de Memória em sua entrevista.

O blog foi, portanto, veículo de grande valia para o trabalho, uma vez que se pode, não somente obter notícias referentes ao objeto da pesquisa, mas, também, constatar a recepção de parte da sociedade campista sobre tais acontecimentos, evidenciando inclusive posicionamentos dissonantes. Foi valioso, sobretudo, como fonte para o debate sobre as diferentes memórias relativas à trajetória do Instituto, uma vez que o próprio blog foi espaço para esta discussão. Cabe indicar que mesmo este espaço, de acesso público, também possui um viés acadêmico, seja por quem o redige seja pelos que comentam suas notícias, em ambos os casos pessoas mais inseridas nesse meio, fazendo com que, novamente, a discussão sobre o ano de 1954 ser de ruptura ou de continuidade na trajetória do atual ISEPAM fica limitada a um público específico.

Para além dos veículos de notícias e espaços de debate, a pesquisa contou com o site oficial do ISEPAM, que traz, entre informativos sobre a escola, uma breve apresentação de sua história, que, assim como nos roteiros históricos presentes no acervo de seu Centro de Memória, que veremos melhor adiante, opta por destacar os seus marcos históricos referentes às mudanças legais, espaciais e o oferecimento de novos cursos pela instituição. Nesta apresentação, a narrativa utilizada é a da perspectiva de continuidade entre a ENC e o IEC, sendo dito, então, que o ISEPAM surge em 1895 como a escola normal anexa ao Liceu de Campos³¹.

É oportuno destacar que o Instituto aborda a criação do curso de pós-graduação em Gestão Escolar, iniciado em 2010, e da Licenciatura em Educação do Campo, criado em 2011, sendo a primeira na região Sudeste a ser oferecida em instituição pública, mas não pontua que esses cursos foram descontinuados, tendo sido oferecido por apenas alguns anos no ISEPAM. Tal escolha induz o leitor do site ao erro, uma vez que os demais cursos

³¹ Disponível em: <https://www.isepam.edu.br/historia>. Acesso em: 25/06/2023.

citados no texto ainda são oferecidos na instituição. A correção destas informações obtidas no site foi possível através da entrevista com a coordenadora do Centro de Memória do Instituto, que esclareceu que tais cursos estiveram disponíveis por cerca de apenas cinco anos.

O texto também afirma a relevância do ISEPAM para a sociedade campista, uma vez que destaca seu papel bem-sucedido de formar profissionais capacitados para o mercado de trabalho, pontuando que

ao longo das décadas o ISEPAM sido referência em educação e muitos dos que por aqui passaram ocuparam e ocupam papel de destaque na sociedade. Os índices de aprovação em concursos e processos seletivos em geral são elevados tanto entre os estudantes da licenciatura, quanto entre os concluintes do normal médio.³²

Nesse sentido, o Instituto, ao afirmar seu papel na formação de boa parte dos professores atuantes na região de Campos, valoriza seus cursos e justifica a sua manutenção, que vem sendo ameaçada, uma vez que, além de serem de áreas distante dos demais cursos profissionalizantes oferecidos pela Rede FAETEC, as turmas do Curso Normal têm se reduzido a cada ano, assim como o número de estudantes matriculados, dado que a procura por este curso à nível médio também tem diminuído progressivamente a cada ano.

É presente nesta apresentação oficial o discurso da missão que o Instituto atribui a si próprio de formação de profissionais da área da educação, pois além de demonstrar que grande parte dos cursos oferecidos são voltados para a formação nessa área, afirma que

os processos seletivos anuais para matrícula nas turmas do Colégio de Aplicação ou para a licenciatura contam com elevado número de inscritos e formam um extenso cadastro reserva, o que reafirma a confiança que a comunidade campista tem depositado nesta Instituição centenária em sua história na formação de professores.

Cabe esclarecer que o Colégio de Aplicação citado se refere aos segmentos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I – anos iniciais do Ensino Fundamental – que funcionam também como locais de realização dos estágios obrigatórios para os estudantes do Curso Normal a Nível Médio e da Licenciatura em Pedagogia.

Ainda em sua apresentação, a instituição justifica a “rememoração” de sua trajetória, colocando que é a partir das realizações presentes em sua história que se inspira para planejar as novas mudanças para a escola. Este ponto esclarece a escolha pela busca por se manter como referência na formação docente, sempre tentando se renovar nesta

³² Disponível em: <https://www.isepam.edu.br/historia>. Acesso em: 25/06/2023.

mesma área, passando a oferecer outros cursos, porém sempre com o objetivo de formar profissionais do campo da educação.

Rememorar a história é trazer para o presente as realizações, mas também lacunas e erros do passado tendo em vista as mudanças para o futuro. Novos projetos e anseios continuam movimentando essa Instituição pública de ensino, entendendo a necessidade de oportunizar novos caminhos e reflexões que operem mudanças e que a vocação institucional de preparo para o magistério seja um pilar que sustente os anos que virão, ao mesmo tempo em que outras possibilidades surjam.

A seção de apresentação do ISEPAM presente no seu site traz, também, um vídeo produzido para a comemoração de 125 anos do Instituto, celebrada no ano de 2020, e inicialmente divulgado em sua página oficial na rede social Facebook. O vídeo tem duração média de oito minutos e traz a narração de Wilson Araújo, enquanto são apresentadas dezenas de fotografias que representam a história do ISEPAM, incluindo a ENC, desde momentos extraordinários, como desfiles, festividades e manifestações públicas, como do cotidiano escolar, das reuniões de professores e estudantes, de apresentações de trabalhos e do espaço interno da escola.

Seu roteiro é de autoria da professora Miriam Carvalho de Araújo, então diretora geral da instituição à época desta comemoração, e segue na mesma linha de orientação da apresentação do texto que a acompanha desta seção do site, bem como dos roteiros históricos do Centro de Memória. Assim como nos demais textos, aborda os cursos de pós-graduação em Gestão Escolar e a Licenciatura em Educação do Campo, sem esclarecer que estes já não são mais oferecidos, chegando a afirmar que o ISEPAM “constitui referência educacional no norte Fluminense, oferecendo ensino de qualidade desde a educação infantil até pós-graduação”³³, novamente induzindo o espectador ao erro, como exposto anteriormente.

Destaca-se aqui um dos trechos iniciais do vídeo, em que é afirmado que se comemora os “125 anos de aniversário do ISEPAM, pois a criação da Escola Normal em Campos está diretamente vinculada à criação do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert”. O modo como a sentença é construída, utilizando a conjunção explicativa “pois”, figura uma espécie de justificativa para a idade atribuída à instituição, argumentando favoravelmente ao reenquadramento das memórias da ENC e do IEC que constituem a narrativa vigente sobre a história do ISEPAM.

³³ Vídeo completo disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=3050185215061793>. Acesso em: 25/06/2023

A escolha dos termos mobilizados no roteiro podem ser discutidos também no trecho em que aborda o ano da extinção da ENC e da criação do IEC como uma mudança de nome da escola, ao afirmar que “Em 12 de maio de 1954, recebe a denominação de instituto de educação de Campos pela lei nº 2.146/54”, forma que suaviza os outros fatores que marcam esse importante ponto da história do ISEPAM, dissimulando o fato de que este momento foi compreendido como de ruptura pelos estudantes do período e de que esta visão que apartava essas duas instituições foi a narrativa dominante por mais de cinco décadas.

Esse texto aborda, também, as atividades extracurriculares oferecidas e realizadas pela instituição ao longo de sua história e que se intensificam com a chegada do curso superior, afirmando que “todos esses anos são marcados por muito fazer pedagógico, identificado também nas ricas e diversificadas atividades desenvolvidas, tais como, feiras, mostras, workshops, seminários e tantos eventos de produção acadêmica”. O seu site é, sobretudo, espaço de promoção da escola, em que se utiliza de notícias e discursos que a beneficiem, como a menção aos cursos outrora oferecidos pela instituição sem esclarecer sobre suas extinções posteriores, do mesmo modo que a escolha pela apresentação de uma escola centenária.

Este espaço digital conta, no entanto, com um outro similar em seus objetivos: o Centro de Memória do ISEPAM. Este último pode ser visto como espaço em que a memória reivindicada pelo Instituto se materializa, apesar do acervo pouco extenso em comparação com a longa trajetória da instituição apresentada por ela. O Centro é local de visitação e pesquisa para o público externo, mas, também, de divulgação e tentativa de cristalização de uma dada memória e de construção do sentimento de pertencimento nos membros do corpo escolar, como veremos a seguir.

3.2 – O Centro de Memória do ISEPAM: cristalização da memória como fenômeno de seleção

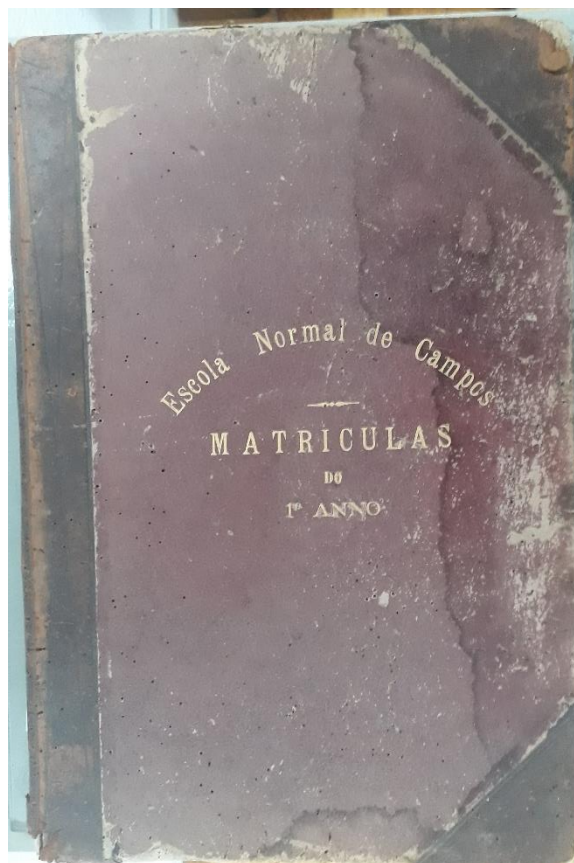
Atualmente, o acervo do Arquivo Histórico do ISEPAM se encontra armazenado no Centro de Memória da instituição, inaugurado em 2022. O Centro desempenha um importante papel no Instituto, não apenas burocrático, com a salvaguarda da documentação e objetos pertencentes à instituição, mas, também, cultural e intelectual, ao promover o contato dos estudantes e servidores da escola com esse material, até então de acesso restrito a alguns poucos funcionários. A abertura do Centro facilitou, também,

o acesso de pesquisadores a este acervo, o que permitiu, por exemplo, a execução desta pesquisa.

A transformação do Arquivo Histórico em um Centro de Memória trouxe algumas modificações no que se refere ao acervo armazenado neste ambiente. A primeira, então, trata-se da popularização do acesso ao acervo histórico a outros grupos do corpo escolar, bem como ao público externo, funcionando como uma espécie de Museu do Instituto, também aberto à visitação. Outra mudança vantajosa diz respeito ao trato com o material do acervo, que conta atualmente com uma profissional em cargo específico, o de coordenação do Centro de Memória, para gerir os cuidados e organização dos mesmos, que em seu relato, inclusive, apontou as dificuldades em conseguir os adequados procedimentos de preservação de parte do material, já danificado pelo tempo e pela ausência de manuseio correto:

nós temos os livros e esses livros estão muito danificados. Livros do final do século XIX, livro de matrícula dos nossos alunos, e nós não temos nenhuma condição, nem física, nem material, porque nós não temos como promover essa [...] restauração. [...] Coisa que o arquivo público municipal de Campos faz, mas também não tem. Nós enviamos um ofício para a Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima de Campos e a sua diretora, que é professora Maria Auxiliadora Freitas, nos respondeu dizendo que nesse momento não teria como nos atender, não teria condições, nem financeiras nem humanas, mas acenou positivamente, dizendo que tão cedo, tão logo tenha recursos que vai ajudar a gente, então, a restaurar os 7 livros que estão bem danificados. (entrevista 1, 2023)

Figura 9 – Primeiro Livro de Matrículas da ENC



Fonte: Acervo do Centro Histórico do ISEPAM

Cabe esclarecer que nem todo o arquivo do Instituto se encontra no Centro, mas, sim, o que foi considerado *histórico*. Assim, a maior parte do acervo da instituição, composto em sua maioria pelas fichas dos estudantes e funcionários, está localizada nos setores de arquivos escolares do ISEPAM, setores independentes do Centro, com regulamentos próprios. Nesse sentido, observamos no Centro materiais que não contêm dados sensíveis de ex-membros do corpo escolar ou que pelo tempo de guarda ou por autorização dos autores se tornou informação pública.

Seguindo o Regimento Norteador das Unidades Escolares da mantenedora do ISEPAM, a FAETEC, o Centro de Memória “é o setor da unidade de ensino responsável pelo desenvolvimento de ações de pesquisa, preservação, guarda e divulgação de sua história”³⁴ e é coordenado por uma docente efetiva do Instituto que, atualmente, ministra aulas no curso superior de Licenciatura em Pedagogia, tendo em vista que o Regimento determina que o

³⁴ Regimento Norteador das Unidades Escolares da Educação Básica / Técnica da Rede FAETEC, p. 12. Disponível em: <https://aulanaweb.com/etefv/wp-content/uploads/2022/05/REGIMENTO%20FAETEC.pdf>. Acesso em: 10/02/2024

centro de memória das UEs será composto por um profissional de nível superior com disponibilidade total ou parcial de sua carga horária, indicado pela direção da EU, desde que não gere carência (p. 12)

Dentre as atribuições do Centro de Memória, está a de “promover a cultura de preservação da memória institucional junto à comunidade escolar” (p. 12) e tal promoção deverá ser feita por meio da conservação de seu acervo histórico. O Regimento entende que o acervo histórico escolar é composto por:

Arquivos escolares, legislação, documentos oficiais, mobiliário, equipamentos, memórias de docentes, funcionários e ex-alunos recuperadas através de entrevistas e questionários, livros didáticos, diários de classe, currículo e programa de disciplinas, cadernos dos alunos, materiais didáticos, jornais da época, fotografias e demais fontes que, tratadas e preservadas, constituirão o acervo de memória dessa instituição escolar (p. 12)

Desta forma, apesar de não muito extenso, o acervo do Centro de Memória do ISEPAM é composto por materiais diversos, como os primeiros cadernos de matrículas do curso normal, o termo de inauguração do Grupo Escolar Saldanha da Gama, antigas e recentes grades curriculares do curso normal, alguns exemplares do antigo Jornal Dimensão, impressões de decretos e leis referentes a mudanças legais que afetaram o ISEPAM e outros documentos oficiais do Instituto. Há também muitas fotografias de diversos momentos da história da instituição, desde desfiles e festividades tradicionais até momentos cotidianos da escola, bem como de manifestações políticas, como nos casos de greves de servidores e da ocupação da escola realizada pelos estudantes no ano de 2016. Compõem igualmente o acervo troféus e medalhas conquistados por estudantes da instituição ao longo de sua história, bem como antigos modelos de uniformes escolares.

Em primeiro momento, pode parecer o que Centro constituiu seu acervo a partir de objetos aleatórios e sem finalidade específica para o objetivo do espaço, dada a sua variedade, aproximando-se de uma ideia vaga de coleção de antiguidades “transformada em sinônimo de uma atitude desprovida de sentido” (GUIMARÃES, 2007, p. 21). Todavia, proposta presente na ideia da composição do acervo do Centro, também vinculada a noções de colecionismo, é a capacidade de despertar interesse em amplos públicos, mesmo aqueles sem um olhar acadêmico, de pesquisador. Dessa forma, em tais espaços, é de interesse que “os objetos expostos à visão [provoquem] recreio, satisfação, inscrevendo-se num projeto bastante peculiar em que a coleção é parte do tempo ocioso, ligada às atividades de repouso e meditação” (idem).

Nesse sentido, os objetos que compõem o Centro estão apresentados e dispostos de modo a provocar a curiosidade dos estudantes e o desejo em visitar o espaço, por exemplo, em momentos de intervalos entre suas tarefas. Durante sua participação na pesquisa, a coordenadora do Centro relata que:

Embora a atividade [de coordenação do Centro de Memória] seja considerada uma atividade administrativa, ela é muito pedagógica, porque a gente atende muito aluno. Então assim, às vezes, tem um aluno, 5, 6 alunos de uma determinada turma, que desperta a curiosidade. Eu sempre procuro botar alguma coisa ali fora, no corredor, algo que desperte a atenção do aluno para o espaço que é fechado. [...] quando eles chegam aqui, por exemplo, os meninos do ensino fundamental ficam assim, muito felizes quando vê esse monte de troféus. Veem que ISEPAM, por exemplo, tem uma história dos esportes, através da educação física, voleibol, handball, e isso é uma forma de conquistá-los também, porque é algo que seduz (entrevista 1, 2023).

A organização da exposição do Centro, próxima a uma linguagem museológica, em que o sentido visual é o mais mobilizado, tem como proposta que o peculiar, o distante temporalmente ao olhar do observador se torne, paulatinamente objeto identificável, à medida que o sentimento de pertencimento à identidade construída por e para o Instituto se consolide em seus componentes. Trata-se, dessa forma, de mediar:

a ausência e o sentimento que [a visualização do transcurso do tempo] provoca, especialmente num tempo marcado pela sensação de velocidade e fugacidade [...] reinscritos e lidos sob nova chave, [os objetos] viabilizam formas peculiares de visualidade para o passado, aquela necessária ao nosso presente. Como forma peculiar de visualização própria ao nosso presente, os esforços em torno do trabalho do patrimônio e sua preservação indicam, portanto, uma das possíveis formas de sintomatização de nosso tempo – indício valioso para percebermos nossa peculiar relação com sua passagem – e os sentidos que a ela podem ser atribuídos. (GUIMARÃES, 2007, p. 17)

Objetivo da exposição do acervo do Centro é, para além da materialização do passado do Instituto, “tornando-o visível, tangível, e, por isso, presente aos observadores contemporâneos”, é, sobretudo, torná-lo sedutor, objeto de desejo e reivindicação por parte do corpo escolar. É, por isso, que o Centro é considerado por esse trabalho elemento fundamental para compreender o projeto de memória corrente no Instituto, visto aqui como espaço de materialização do passado, da memória construída para o presente e a posteridade desejada pelo ISEPAM, sem perder de vista que “uma política para o passado é, necessariamente, uma demanda da política do presente” (GUIMARÃES, 2007, p. 16).

Ainda no Centro de Memória foi possível localizar alguns importantes documentos para a pesquisa como o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro publicado em 14 de maio de 1954. Nessa edição do D.O., são divulgados atos do Poder Legislativo do Estado,

incluindo a lei 2.146, de 12 de maio de 1954, que reorganiza tanto a própria Secretaria de Educação e Cultura como diversas unidades escolares do estado, dentre as quais se figura o Grupo Escolar Saldanha da Gama e o IEC.

É na lei 2.146 que essa Secretaria divide seus órgãos em Gabinete do Secretário, Serviço de Administração, Departamento de Educação Primária; Departamento de Ensino Médio; Departamento de Educação Física, Departamento de Difusão Cultural, Casa do Estudante Fluminense, Fundação Anchieta e Serviço Social Escolar. O Departamento de Ensino Médio compreendia, entre outras instituições escolares, o Liceu de Humanidades de Campos e o Instituto de Educação de Campos, sendo que este último, assim como os demais Institutos de Educação, deveria manter os cursos pré-primário (jardim de infância), primário (grupo escolar), secundário, escola normal (destinada à formação de professores do ensino primário), de aperfeiçoamento (do nível cultural dos professores primários), de administração escolar (voltado para os diretores e orientadores escolares) e de especialização.

O artigo nº 10 desta lei afirma a separação entre o IEC e o LHC e define que estes possuirão a partir dali administração própria. Em seu artigo seguinte, resolve que o Jardim de Infância criado pelo Decreto nº 3.397 de 21 de julho de 1948, que passa a se denominar José do Patrocínio, e o Grupo Escolar Saldanha da Gama passam a integrar o Instituto de Educação de Campos.

Esta edição é relevante para a pesquisa ao passo que esclarece o movimento legal ocorrido em 1954, de finalização do oferecimento do curso normal no Liceu de Campos e da inauguração do IEC junto a outras instituições escolares. As resoluções desta lei se alinham mais à narrativa que entende a ENC e o IEC, futuro ISEPAM, como relacionados, mas não como a mesma instituição, uma vez que aponta e destaca seus pontos de oposição, como as exigências para a existência de um instituto de educação, exigências estas que levaram à necessidade de descontinuidade do antigo curso de preparação docente da cidade de Campos.

No Centro também se localiza o registro do Decreto nº 11.922 de 2 de agosto de 1965, que define a alteração de nome da escola de Instituto de Educação de Campos para Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert, em que se pode compreender as motivações para a homenagem. Através deste decreto, o Governo do Estado do Rio de Janeiro afirma

Que o Professor Aldo Muylaert dedicou toda sua vida ao magistério fluminense, exercitando, por diversas vezes, encargos de direção, dos quais se

desincumbiu de forma sempre enconiática; [...] que, apesar de homem pobre, pautou sua vida pela mais absoluta dignidade; [...] que, à sua influência, muitos espíritos se formaram e da maneira a mais nobre; [...] que o seu nome constitui uma invocação permanente ao apreço pelo estudo e pela cultura; [...] o dever que ao Estado corre de manter sempre viva a memória exemplar de seus filhos dedicados ao enobrecedor mister do ensino; e [...] a sua militância nos estabelecimentos educacionais do Município de Campos [...]

Nesse sentido, o Decreto não apenas homenageia uma figura relevante da luta política pela educação, mas a faz também de forma a dirigir a uma unidade de ensino voltada à formação de profissionais de ensino, que por sua vez, através deste decreto, reafirma seu caráter de formação docente, elemento muito presente nos discursos proferidos pelo Instituto, como poderemos ver ao longo desta parte do trabalho.

Compõe também o acervo histórico do Centro de Memória, a edição original do mês de março de 1994 do Jornal Dimensão, em que se averiguou a existência de uma outra configuração do aniversário do ISEPAM, diferente da atual. A esta época, a escola considerava seu início em 1954, ano do decreto supracitado, e já buscava reafirmar sua missão de formar docentes, mesmo que este já oferecesse neste momento diversos cursos que não possuíam esta função, ao colocar que

ao ser instalado o Instituto de Educação “Prof. Aldo Muylaert”, no município de Campos dos Goytacazes, em 12 de maio de 1954, com a finalidade de oferecer o “Curso Normal” àqueles que optaram pela carreira do magistério, estava configurando a importância do papel do professor na sociedade (p. 5)

A edição traz relatos de membros e ex-membros da comunidade escolar do então IEPAM, como da Vilma Ferreira Tâmega Soares, que em suas palavras também acentua o caráter de formação de professores que o Instituto possuiu desde seu início e que permaneceu durante o tempo, mesmo que os alunos do curso normal tenham se tornado cada vez mais minoria na instituição:

Ali erguido há 40 anos, conservando o seu azul e branco o IEPAM foi crescendo, foi mudando. Mudando em espaço, ampliou horizontes, oportunizou a pessoas, realizou ideais. Recebeu de forma solene sua 1ª turma de Normalistas, viu em seu 1º diretor Dr. Décio Cretton o caráter firme o ideal assumido, recebia as moças da comunidade que optavam pelo ideal do magistério. [...] Sou da época que sua missão era essa grande e importante na especialização e formação das normalistas. [...] Acompanho com alegria o seu crescimento, a sua democratização, a sua multiplicação de tarefas dentro da Educação (p. 4)

Tal caráter também é citado no Hino do Instituto, escrito por Américo Rodrigues da Fonseca Filho, que afirmou que “escreveu o hino [...] baseado em grande amor que

devotava ao magistério ali exercido” (DIMENSÃO, 1994, p. 4), nos versos em que diz “De saber de amor é o nosso império / Em fulgor outro igual não haverá / Para a glória maior do magistério / Da famosa planície goitacá” (IEC, 1954). Veja a seguir a reprodução da capa desta edição comemorativa do Dimensão.

Figura 10 – Capa do Jornal Dimensão, de março de 1994



Fonte: acervo do Centro de Memória do ISEPAM

Logo na capa, observa-se a idade atribuída à instituição e a discrepância no modo de realizar a contagem dos anos do Instituto. Entretanto, é ainda nesta edição, que só se conseguiu acesso completo nos últimos meses da pesquisa, que pode se averiguar a existência, ou a coexistência, da outra visão sobre a história do atual ISEPAM, que o considera surgido em 1895. Na décima página da edição comemorativa, em uma coluna de curiosidades, o editorial traz, em último item, a informação de “que durante 60 anos, esta escola (antiga Escola Normal) funcionou no Liceu de Humanidades de Campos [...]”. Assim mesmo que se comemorasse o aniversário a partir de um determinado enquadramento da memória do Instituto, o discurso que defendia um outro posicionamento sobre a sua história já estava presente entre a comunidade escolar, mas não apenas, como observamos nos comentários presentes nas fontes obtidas através do *blog* apresentado no tópico anterior.

No Centro, também se obteve uma cópia do Decreto nº 28.947 do Governo do Estado do Rio de Janeiro, de 14 de agosto de 2001, que transforma o então IEPAM para ISEPAM e o transfere da Secretaria de Estado da Educação para a Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC. Esta é outra relevante fonte para compreender os momentos

de reestruturação e reorganização institucional da escola, que a afetaram não só burocraticamente, mas, também, no cotidiano e no convívio escolar, como no caso da entrada de estudantes à nível superior na instituição, a partir de da inauguração da Licenciatura em Pedagogia.

Esses documentos oficiais, os decretos e portarias, em sua maioria não estão expostos aos visitantes, podendo ser acessados através de agendamento de visita e mediação da coordenadora do Centro. A narrativa visual apresentada neste setor da escola reforça o discurso vigente de uma instituição centenária, que carrega as décadas de existência da ENC. Enquanto lugar de memória, o Centro é também um local de esquecimento, de silêncios, produzidos intencionalmente ou não. Como representação material de uma determinada memória, o espaço é composto a partir de uma seleção do que se quer evidenciar ou ocultar, além de fatores que estão para além do poder dos responsáveis pela projeção do Centro, como no caso de materiais que se perderam com o tempo.

De acordo com Michel-Rolph Trouillot,

Silêncios ingressam no processo de produção histórica em quatro momentos cruciais: no momento da criação do fato (na elaboração das fontes); no momento da composição do fato (na elaboração dos arquivos); no momento da recuperação do fato (na elaboração das narrativas); e no momento da significância retroativa (na elaboração da história em última instância) (2016, p. 58-59).

Observamos os silêncios presentes no Centro através da ausência de fontes – que podem não ter sido produzidas, registros que não foram feitos ou foram perdidos –, na seleção do que seria transferido para o espaço e o que faria parte da exposição pública, na forma pela qual a história do Instituto é narrada – a partir da perspectiva de continuidade –, e no significado dispensado aos fatos enunciados no Centro – a criação do IEC enquanto uma mudança de nome e endereço da antiga ENC, por exemplo. Esse conjunto de silêncios não deve ser tomado como homogêneo, tendo em vista que os esquecimentos, “os silêncios são iguais e [...] não podem ser abordados ou eliminados – todos da mesma forma. Em outras palavras, qualquer narrativa histórica é um conjunto específico de silêncios, o resultado de um processo singular” (ibidem, p. 59). Não se deve desconsiderar, portanto, que o poder, aqui vislumbrado como autonomia e possibilidade de produção e propagação de discursos históricos, se inicia nas fontes disponíveis e disponibilizadas, ou, nas palavras de Trouillot:

A carreira do poder na produção de narrativas alternativas começa com a criação conjunta de fatos e fontes, por pelo menos duas razões. Primeiro, fatos jamais são desimportantes: com efeito, tornam-se fatos apenas porque importam em alguma medida, por mínima que seja. Segundo, fatos não nascem iguais: a produção de indícios sempre é também a criação de silêncios (2016, p. 62).

Dentre as fotografias presentes no Centro, localizamos a do período de comemoração dos 120 anos do ISEPAM, realizada em 2015, já tendo como oficial a narrativa que destoa da celebrada duas décadas antes. Na reprodução a seguir, vê-se o então diretor geral Gustavo Chagas discursando para funcionários e estudantes do segmento da Educação Infantil e, ao fundo, a faixa que apresenta a idade comemorada do momento.

Figura 11 – Comemoração do aniversário do ISEPAM em 2015



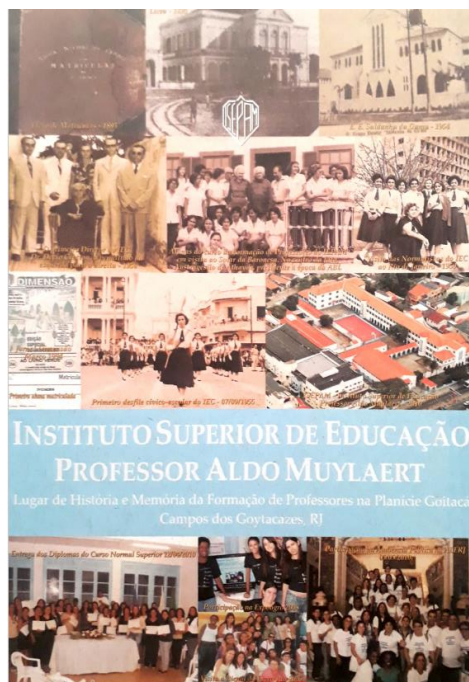
Fonte: acervo do Centro de Memória do ISEPAM

Ainda no Centro de Memória, encontram-se alguns materiais que se apresentam como resumos ou roteiros históricos do ISEPAM. Estes materiais dão destaque às mudanças espaciais e legais da instituição, como a saída ou entrada de novos cursos e mudanças curriculares, considerando sua origem a partir de 1895, ou seja, são alinhados à corrente narrativa oficial da história do Instituto. Eles têm como base a importante dissertação “Políticas Educacionais e Magistério em Terras Fluminenses: Itinerário Sócio-Histórico do Curso de Formação de Professores no Instituto de Educação de Campos, nas décadas de 1950-1960”, de autoria de Márcia Regina Gomes Crespo, defendida em 2009 pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF.

Um desses roteiros está impresso em dois banners que compõem a exposição permanente do Centro, ora apresentado dentro de suas salas, ora nos corredores do ISEPAM. Este roteiro traz o recorte temporal de 1894, ano da criação legal da Escola Normal de Campos, até o ano de 2011, ano da primeira participação do Instituto no SISU, o Sistema de Seleção Unificada para o ingresso no ensino Superior.

Outro material interessante é um folheto presente no acervo, impresso em papel resistente, que traz um texto de autoria da Márcia Crespo, também baseado na sua dissertação. Esse texto, assim como o presente dos demais resumos históricos, destaca o caráter da formação de professores que o Instituto carrega e reafirma frequentemente ao expor que “[...] as raízes nas quais se originam a Escola Normal de Campos em 1895, e o Instituto de Educação de Campos em 1954, se encontram vinculadas a um processo histórico, compondo a cadeia genética da formação docente em Campos dos Goytacazes”. No frontispício do panfleto, encontra-se a reprodução de fotografias de momentos diversos da história do ISEPAM, que compõem o acervo do Centro e estão presentes na dissertação supracitada.

Figura 12 – Frontispício do panfleto do ISEPAM



Fonte: acervo do Centro de Memória do ISEPAM

É fundamental esclarecer o papel de grande importância dos trabalhos de Crespo para o processo de reenquadramento da memória do Instituto. Márcia Regina é ex-aluna e ex-servidora, realizou mestrado e doutorado na área das Ciências Sociais, foi professora do curso superior do ISEPAM, lecionando em disciplinas relacionadas aos temas da Formação de Professores, História da Educação, Profissão Docente e Política Educacional, sendo, ainda, de filha de uma professora muito memorada do Instituto, conhecida por Dona Nini, homenageada na instituição com uma ala que possui seu nome atualmente. Para além do seu vínculo com o ISEPAM, Crespo foi discente da UENF, universidade na qual se encontram os núcleos de pesquisa sobre a história da Educação em Campos, onde pode estreitar suas relações com a ex-diretora Ângela.

As participantes da pesquisa também apontaram o seu nome como sendo de uma das responsáveis pela investigação e resgate da *memória esquecida* do Instituto, não somente pelos seus trabalhos acadêmicos, mas pela sua participação ativa no ISEPAM durante o período de reestruturação da memória da instituição. Ao falar sobre o contexto de resgate da trajetória da ENC, Higino afirma que

A gente tinha uma professora lá que fazia mestrado lá na UENF e que também fez alguma coisa. Ela de vez em quando ela ainda vem aqui no ISEPAM a falar um pouco da história do ISEPAM. Eu acho que aquela coisa dela [diretora Ângela] sentar com Regina Crespo com o pessoal ali [da UENF] (entrevista 4, 2023).

Barros também se recorda da servidora e do seu envolvimento com o projeto de recuperação de uma dada memória do Instituto.

Regina Crespo. O trabalho [dela] ajudou, contribuiu e agora lembrando disso, talvez tenha começado com ela e não com a Ângela. Ela era funcionária do ISEPAM, duas matrículas. Professora, filha de uma ex-diretora, que era dona Nini. Homenageada hoje em dia com a ala da dona Nini. Dizem que ela foi maravilhosa. Olha, talvez tenha começado com Regina, com os trabalhos de Regina. Porque elas começaram. Regina fez mestrado, doutorado, acho que foi na UENF (entrevista 2, 2023).

O discurso sobre a instituição presente no Centro é sob a ótica da continuidade entre as instituições, o que torna o Centro um espaço de cristalização, solidificação da memória que se quer transmitir sobre o Instituto, espaço resultante do esforço de legitimação do enquadramento vigente, uma vez que, como afirma Pollak, os enquadramentos da memória não são mantidos apenas por narrativas, mas também por elementos materiais.

Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras (POLLAK, 1989, p. 10-11)

Com o acesso às fontes materiais e impressas presentes no acervo do Centro, foi possível verificar a emergência de uma dada narrativa já existente sobre o ISEPAM como narrativa institucionalizada e confirmar a forte presença do discurso do caráter, ou missão, da instituição de formar os professores do futuro. O projeto e a inauguração do Centro de Memória vêm para dar continuidade ao projeto de reestruturação do passado institucional, agora de forma materializada para a instituição. Quando questionadas sobre o papel do Centro para o Instituto, as participantes foram unânimes em colocar como tarefa central a de preservar a memória e a identidade do ISEPAM, fazendo-o espaço de transmissão desses sentimentos para as novas gerações de servidores e estudantes.

o acervo que a gente tem nessa instituição, esse acervo é muito rico. E esse acervo já tem servido como objeto de pesquisa para muitos e muitos pesquisadores, antes mesmo da ideia física do Centro de Memória. Então eu acho que o Centro de Memória só vem ratificar a grande importância que essa instituição já tem centenariamente falando, não é? [...] É, eu acho que nós precisamos promover um pouco mais essa conscientização da história e da memória, né? (Coordenadora do Centro, entrevista 1, 2023)

eu participei um pouquinho da montagem disso aí. Das discussões em relação ao centro de memória e o objetivo era esse, tentar manter viva essa história. Todo o acontecimento, todas as pessoas que fizeram parte do ISEPAM e fizeram ele ser o que ele é hoje. Que lutaram ali. [...] pelo menos tem essa questão de pertencimento, da história viva. (FERREIRA, entrevista 3, 2023)

Depoimento que torna mais explícito o papel encarnado pelo Centro de acordo com o defendido neste trabalho é o de Higino, que aponta que a função deste espaço é

uma tentativa de um resgate. É justamente. Eu acho que assim é uma última esperança nossa de que quem está chegando conheça. Porque aquilo que eu falei para você, eu acredito muito nessa história que é passada, que é contada, não tem como você se apegar se você não tem alguém que transmita isso para você de alguma forma, se você chega aqui e não tem um corpo docente, se você não tem uma gestão que traz isso no discurso dela. De valorização, de preservação dessa memória. Eu acho que é difícil que isso brote espontaneamente de você, então precisa você ter alguém com esse olhar, que conte que valorize, que fale da história da escola, não é? E acho que esse centro de memória ele faz exatamente isso (entrevista 4, 2023).

O Centro de Memória é, nesse sentido, a materialização dos esforços de criação e manutenção de uma dada memória pelo Instituto. Espaço em que somos apresentados a uma instituição dita centenária, que luta pelo reconhecimento de sua missão de formação docente que oferece, por sua vez, sentido à identidade institucional. Percorrendo as salas e prateleiras deste *lugar de memória*, somos confrontados com mais de uma dúzia de décadas de luta por reivindicação de direitos e desejos do corpo escolar e, também, de conquistas para o Instituto que fez parte de uma grande porcentagem da vida de milhares dos campistas que passaram por ele.

Parte II: O Produto: um projeto de intervenção no Centro de Memória do ISEPAM

O Projeto

Um diferencial dos mestrados profissionais para os acadêmicos é a exigência do desenvolvimento de um produto final, isto é, a realização de um material que ofereça valor de retorno para a sociedade e aqueles que contribuíram para a construção da pesquisa de pós-graduação. Tendo como norte esse objetivo, construiu-se um projeto de intervenção no Centro de Memória do ISEPAM, de modo a oferecer suporte especializado no atendimento às demandas apresentadas pelo setor.

Ao longo da pesquisa, foi identificada a carência de organização e catalogação correta do acervo histórico do Instituto. Tendo sido aberto muito recentemente, no ano de 2022, todo material que se encontra hoje sob salvaguarda da instituição estava disperso pelo seu prédio, sem dispor de cuidados adequados de manutenção. A própria coordenadora do Centro relatou suas dificuldades, sendo a responsável pelo espaço e acervo que apresenta uma série de demandas.

Apesar de ratificar a existência de pesquisadores atuais que fazem uso do acervo do Centro, foi-nos relatado o desconhecimento de parte desse acervo, isto é, a natureza de parte do que foi entregue ao setor, o que poderia vir a impactar diretamente no resultado destas investigações. Outra questão apresentada pela coordenação é a necessidade de restauro de documentação, sobretudo daquelas que pertenciam originalmente à ENC, devido a seu ano de confecção e a ausência de cuidados especializados, que as fizeram estar impossibilitadas de serem manuseadas temporariamente.

O projeto apresentado aqui surge a partir de dois pontos: as demandas centrais do Centro, sua organização e catalogação, sem possibilidade de serem atendidas unicamente pela sua coordenadora, uma vez que esta cumpre outras funções na instituição e não dispõe de recursos humanos, materiais e financeiros suficientes; e o que estava ao alcance da pesquisa realizar de maneira objetiva. Optou-se por um projeto de intervenção que venha a oferecer auxílio no processo de indexação do material que compõe o acervo do Centro de Memórias do ISEPAM.

Do processo

Anteriormente, foi esclarecido que a necessidade de um Centro de Memórias parte do órgão mantenedor do Instituto, a Fundação de Apoio à Escola Técnica. Em seu regimento norteador, é posta a demanda pela criação de um espaço com essa titulação em

todas as escolas regidas pela FAETEC, com o objetivo de “promover a cultura escolar de preservação da memória e história institucional por meio da conservação de seu acervo histórico” (FAETEC, 2019, p. 12). O regimento explicita uma série de atribuições do Centro de Memórias, dentre as quais destacamos aqui aquelas referentes à composição e organização de seu acervo:

V – coletar, identificar, organizar e analisar fontes documentais e iconográficas, tendo como ponto de partida quatro núcleos básicos de referências: os arquivos das unidades escolares, arquivos das Secretarias de Governo, arquivos públicos e coleções particulares (professores, ex-professores, ex-diretores e coordenadores, alunos e ex-alunos, funcionários etc.);

XI - Coletar e organizar arquivo fotográfico e audiovisual relativos às aulas exposições curriculares, feiras técnicas, seminários, formaturas, entre outros;

XII – Coletar e organizar um banco de história oral a partir de depoimentos de ex-alunos, ex-professores, ex-diretores/coordenadores e demais profissionais;

XIII - coletar e organizar um acervo de materiais didáticos relativos às disciplinas e aos professores, como: livros, diários, apostilas, fichas, cadernos, apontamentos, entre outros;

XIV - coletar e organizar acervo referente aos alunos: documentação do grêmio, cadernos, fotografias, convites de formatura, diplomas, carteiras estudantis, etc.;

XV - coletar e organizar o acervo dos projetos desenvolvidos por alunos e professores que foram apresentados e/ou premiados em feiras e exposições (FAETEC, 2019, p. 12-13).

No Centro, há exemplares de cada tipo de material e acervo citado no Regimento, que foram coletados e guardados pela instituição ao longo de suas décadas ou foram doados por membros ou ex-membros da comunidade escolar no ato de criação e abertura do Centro de Memórias do Instituto. Nesse sentido, o processo de coleta desse material já foi iniciado, apesar de o acervo ainda estar aberto para receber novos materiais. O que carece de impulso é a exigência de identificação e organização desse acervo. É com vistas a essa necessidade que vislumbramos o projeto de intervenção.

Entende-se aqui por *projeto de intervenção* um plano de ação que visa interferir, atingir algo já existente. Esse tipo de projeto fundamenta-se nos pressupostos da pesquisa-ação. É um termo que se aplica a projetos em que os pesquisadores buscam efetuar transformações em suas próprias práticas (SOUSA, 2021, p. 2). O pesquisador Eduardo Gomes Rodrigues de Sousa (FIOCRUZ) (ibidem, p. 3) estabelece alguns parâmetros para a construção de um projeto de intervenção, listados abaixo, os quais utilizamos na idealização do presente projeto:

1. a compreensão das causas do problema de pesquisa;
2. a descrição da importância de sua solução;
3. a definição da metodologia de sua intervenção;

4. a compreensão de quem são os atores envolvidos e como podem influenciar o projeto;
5. a definição das ações que terão mais impacto para a resolução dos problemas;
6. e as possíveis consequências da adoção do projeto.

Sousa aponta ainda a importância de se manter em vista que para que o projeto seja pertinente, ele deve ser “exequível, economicamente viável, socialmente desejável e politicamente aceitável” (idem). Justifica-se, assim, a proposição do presente projeto de intervenção. Com vistas a promover a organização e catalogação do acervo histórico presente no Centro de Memória do ISEPAM, esta proposta é exequível, uma vez que o modelo de catalogação oferecido pela entidade mantenedora do Instituto é de perfil sintético e de fácil utilização; economicamente viável, pois não apresenta necessidade de custeio externo, isto é, da rede mantenedora da instituição, dado que não há gastos no processo de catalogação por ser utilizado uma ferramenta online gratuita; socialmente desejável, uma vez que visa atender uma demanda já existente da instituição objeto dessa pesquisa, além de oferecer melhores condições de trabalho com o acervo do Centro tanto por parte da coordenadora como pelos pesquisadores que fazem uso do mesmo.

É, também, politicamente aceitável por não expor a risco nenhum envolvido ou o material do espaço, ou mesmo interferir na lógica interna da instituição e do Centro, dado que se trabalhará juntamente à coordenadora, nos momentos estipulados por ela. Seguindo os parâmetros definidos por Sousa (2021), iniciamos pela compreensão das causas dos problemas identificados.

Desde o início da pesquisa direta com as fontes do Centro, a coordenadora esclareceu a falta de organização e catalogação adequada do acervo, que afetaria a quantidade e qualidade do material que é disponibilizado para os pesquisadores, uma vez que ainda não é sabido a natureza de todo material e documentação presente no espaço. Além de impactar na realização de pesquisas em parceria com o Centro, a ausência de catalogação e, logo, e do conhecimento efetivo e organização do acervo se apresenta como obstáculo para a plena realização de outras tarefas estipuladas pelo regimento da FAETEC para os centros de memória de suas unidades de ensino. As tarefas que têm sua plena realização impossibilitadas por essa carência são:

1. VIII - atuar junto ao responsável pelo património da UE, buscando identificar e cadastrar mobiliários, objetos, equipamentos e maquinários de valor histórico;

2. XVI - Proporcionar condições de conservação ao acervo coletado compatíveis com as normas adequadas em termos de higienização e acondicionamento;
3. XVII - montar exposições abertas à visitação pública com o material coletado. (FAETEC, 2019, p. 13)

No que diz respeito à atuação no cadastramento do patrimônio, é necessário que tal atividade tenha sido concluída inicialmente no Centro, para, posteriormente, auxiliar no cadastramento do material de valor histórico que se encontra em outros setores da instituição. Em relação às condições de conservação, sabe-se que parte do material carece de restauro, mas, do mesmo modo, como parte do seu acervo ainda não foi classificado ou mesmo analisado adequadamente, as próprias necessidades de parte do acervo não foram identificadas. Já as exposições são realizadas regularmente, utilizando o acervo do Centro. Todavia, à medida que o material estiver propriamente analisado e classificado, poderá ser incluído nestas atividades, promovendo novos temas e variedade nas exposições e discussões levadas para o público.

Assim, foi identificado um fator que afeta diretamente o pleno desenvolvimento das tarefas do Centro. A partir de sua exposição, fica mais compreensível a importância de sua solução. Com a demanda básica pelo conhecimento e catalogação do acervo, a coordenação disporia de mais ferramentas para promover seu trabalho, seja identificando as necessidades de cuidado e armazenamento de cada documentação e objeto, na elaboração de exposições e eventos públicos a partir do acervo, seja expandindo o cadastramento para os demais setores da instituição – como o das secretarias e arquivos do Instituto que também podem conter material de valor histórico –, seja oferecendo um material de pesquisa mais amplo para os visitantes do espaço.

A execução do projeto de intervenção se apoia nas seguintes tarefas básicas: a manutenção dos encontros estabelecidos pela pesquisadora com a coordenadora do Centro; criação da planilha catalográfica do acervo do Centro de acordo com as diretrizes da FAETEC e com os assuntos atualmente relacionados à pesquisa nos campos da História e da História da Educação (entre outros), que são aqueles aos quais o acervo interessa social e academicamente; cadastramento de todo material do acervo em tal catálogo; envio da planilha para a FAETEC; e divulgação ao público da listagem do material presente no acervo. Sobre essa última intenção falaremos mais à frente.

Seguindo esse planejamento, dividir-se-ia em etapas as tarefas do projeto de acordo com o cronograma que se segue:

Tabela 3 – Cronograma de execução do projeto de intervenção

Tarefas	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre
Confecção da planilha de cadastramento do acervo do Centro	X		
Cadastramento do acervo em exposição	X		
Preenchimento do setor do Centro presente na página virtual oficial do ISEPAM	X		
Organização e cadastramento do acervo armazenado sem identificação		X	
Criação do acervo online do Centro			X
Envio de novo projeto do Centro para a FAETEC			
Cadastramento materiais de valor histórico do Instituto que estão fora do Centro			X

A planilha de cadastramento deverá seguir as normas de organização emitidas pela FAETEC. Assim, não cabe a utilização de ferramentas outras, mesmo que mais avançadas ou que apresentem mais recursos, além da indicada, o *Excel* ou *Planilhas Google*. A proposta visa facilitar a utilização e preenchimento pela equipe responsável por cada centro de memória, tendo em vista que são estas as ferramentas de criação mais difundidas atualmente. As diretrizes de cadastramento não são extensas, fazendo com que o preenchimento siga os itens como demonstrado abaixo:

Figura 13 – Modelo de cadastramento de acervo

	A	B	C	D	E	F	G
1	Registro Patrimonial	Item	Natureza do item	Ano de confecção ou aquisição	Local em que se encontra	Descrição breve	Demandas específicas
2		Primeiro livro de matrículas	Documento escrito,	1895	Sala B do Centro do ISEPAM	Livro de registros	Carece de restauro físico
3							
4							
5							

Fonte: confecção própria

A escolha pela ferramenta *Planilhas Google* foi realizada com objetivo de possibilitar a inclusão de itens e edição da tabela de forma simultânea pela pesquisadora e pela coordenadora do Centro, dado que é um arquivo online em que a edição pode ser compartilhada por múltiplos usuários. Em caráter demonstrativo, foi preenchido um item,

de forma a promover melhor compreensão do que é esperado pela rede mantenedora da instituição com tal catalogação. As informações presentes são:

1. Registro Patrimonial: não possui. Esta etapa do preenchimento se refere aos itens que foram registrados e numerados enquanto bens patrimoniais da instituição, como casos que serão apresentados a diante;
2. Item: Primeiro livro de matrículas da ENC;
3. Natureza do item: Documento escrito; livro/caderno;
4. Ano de confecção ou aquisição: 1895;
5. Local em que se encontra: Sala B do Centro do ISEPAM;
6. Descrição breve: Livro de registros de matrículas no curso normal da ENC no ano de 1895, trazendo informações de frequência escolar e pessoais dos estudantes;
7. Demandas específicas: carece de restauro físico.

Apesar da criação dessa listagem do acervo ser uma exigência da FAETEC, propõe-se, também, como projeto de intervenção por terem sido verificadas dificuldades no atendimento desta pela coordenação do Centro, pela falta de recursos diversos como exposto anteriormente. Retornando às orientações de Sousa sobre a elaboração de um projeto de intervenção, esclarecemos aqui os atores envolvidos no projeto. Resumem-se à equipe que executará o projeto: a pesquisadora que propõe o projeto que a coordenadora do Centro.

Cabe apontar que a formação técnica-acadêmica da equipe contribui diretamente no processo de cadastramento. Ambas são historiadoras e possuem experiência enquanto pesquisadoras da área, o que ofereceu conhecimento no que diz respeito à lida com as fontes. Assim, não possuem apenas mais ferramentas para o preenchimento correto do catálogo, identificando cada aspecto do item, mas, também, as necessidades que cada um apresenta e como solucioná-los, mesmo que não seja possível fazê-lo no interior do Centro, como no caso do Livro de Matrículas, que precisa ser encaminhado para um técnico em restauro de documentos históricos.

Desta forma, a equipe, mesmo que em pequeno número, é capaz de atender às demandas de catalogação e encaminhamento das necessidades dos itens, bem como na organização do arquivo do Centro, sua manutenção, inclusive no que diz respeito aos aspectos de higiene, e na verificação do cabe ser recebido pelo Centro e incluído no catálogo. A lente de análise construída na formação e experiência profissional guiará na escolha dos termos no preenchimento e no que é válido ser posto na descrição, de modo a ser sintético, visando facilitar o uso da planilha como ferramenta de organização e

pesquisa por terceiros, como os pesquisadores que visitam o Centro e poderão utilizar tal catálogo para otimizar suas tarefas. A equipe, inclusive, busca aperfeiçoar sua formação continuada no tocante a essa área, participando de cursos de capacitação oferecidos, como o evento “Métodos arquivísticos para a organização de acervos de Arquivos e Centros de Memória” promovido pelo Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, de Campos, e pelo Instituto Federal Fluminense, IFF – campus Campos Centro, no ano de 2023.

Nesse sentido, o projeto de intervenção apresenta uma solução única para o problema identificado, mesmo que esta se desdobre em algumas tarefas. A carência de organização e conhecimento próprio do acervo do Centro será mitigada pela construção do catálogo. Esse processo promoverá melhores condições de trabalho no espaço, tanto pela coordenadora quanto pelos visitantes e pesquisadores.

O cronograma apresenta também a etapa de criação do acervo online do Centro de Memória. Ela diz respeito ao objetivo de criar uma pasta de armazenamento virtual do material presente no Centro. Tal etapa visa, então, o processo de registro fotográfico e digitalização dos objetos e documentos presentes no espaço; de inclusão do material na pasta virtual; e posterior divulgação pública deste material.

Dos objetivos

A proposta de produto visa, acima de tudo, promover melhores condições de trabalho no Centro de Memória do ISEPAM, a partir do estabelecimento de um conhecimento concreto do material presente no acervo e, logo, o potencial que este oferece para as demais atividades planejadas pelo setor. A organização do acervo realizada por meio do inventário otimizará as pesquisas realizadas no espaço, tanto realizadas por membros do próprio Instituto como pela comunidade externa. Existe ainda o ímpeto de criação de versão digital para o acervo, de modo expandir o alcance do público em geral ao material disponível no Centro.

A ideia de digitalizar segue, então, por dois caminhos: o primeiro sobre ter uma versão digital para que não seja necessário manusear certos documentos já frágeis pela ação do tempo e, também, para caso ocorra algum infortúnio e tais documentos sejam perdidos ou tenham seu uso impossibilitado; o segundo refere-se à possibilidade de tornar público o acesso a tais documentos, facilitando o conhecimento e a utilização deles por parte dos pesquisadores e demais interessados. Dessa forma, esta etapa do produto visa levar um retorno tanto para o Instituto, auxiliando na organização e manutenção de seu

acervo histórico quanto para a sociedade externa, disponibilizando online os documentos e bibliografias que informam sobre o ISEPAM e a ENC, sendo muitos deles usados como fontes e referências para o presente trabalho.

A coordenadora do Centro, em uma de suas atribuições, redige um projeto acerca da criação do espaço, que vai expor desde as exigências da criação do setor nas unidades de ensino vinculadas à FAETEC até os benefícios oferecidos pela abertura de um centro de memória no ISEPAM. No projeto é discutida a riqueza e diversidade do material presente no acervo, reunido através das décadas de existência da instituição, que propiciam o alcance a informações não somente da trajetória do Instituto, mas, também, na história da educação na região e do próprio município de Campos:

O Instituto conta hoje com um rico acervo, um valioso patrimônio que precisa ser cuidado, pois nele está a história da comunidade, de grande parte da cidade, sendo uma referência para muitas gerações que por ali passaram. [...] O acervo do ISEPAM é muito diversificado, pois além de dispor de documentos escritos oficiais, também guarda outras fontes de pesquisa como grande número de fotos de diferentes períodos, mobiliário escolar, diários de classes, plantas do prédio, inclusive de vários momentos em que houve reformas na arquitetura (VASCONCELOS, 2023, p. 2).

O acervo conta com material mobiliário, como armários, mesas e cadeiras, e objetos que indicam a forte presença da instituição em eventos da região durante o século passado, como bandeiras, medalhas e troféus. Apresenta ainda modelos antigos de uniforme de quando o Instituto apresentava as siglas IEC e IEPAM, além de diversos registros fotográficos, seja de eventos rotineiros ou extraordinários ou do próprio prédio, que apontam as mudanças realizadas ao longo das décadas.

Uma parte do acervo do Centro que é amplamente utilizada em pesquisas é a referente ao material documental escrito presente no espaço. Este inclui livros de registros diversos, de matrículas, de notas, do setor de Orientação Escolar da instituição, documentos referentes às mudanças de legislação que afetaram o Instituto, registros de projetos e eventos realizados, atas de exames e algumas das plantas baixas da construção, além de alguns exemplares do extinto *Jornal Dimensão*.

É, desta forma, o material presente no acervo e seu potencial de contribuição para o oferecimento de atividades no Instituto e para a realização de pesquisas diversas que justifica a relevância do projeto de intervenção, que objetiva auxiliar o Centro a alcançar sua máxima potencialidade. As demandas do Centro já foram manifestadas pela coordenadora do setor inclusive em seu projeto encaminhado à FAETEC, em que descreve a importância do Centro, seu espaço e material e as melhorias que este necessita.

Uma vez que estas não foram atendidas, cabe à realização do presente projeto, atender a um dos pontos de carência expostos pela coordenadora: o recurso humano.

É importante destacar que, apesar da importância do acervo e de todo empenho da equipe responsável, ainda não foi possível catalogar todo o arquivo e nem digitalizar todas as fotos e outros documentos. Para que este trabalho seja completo, precisamos de recursos financeiros, além de material humano. Sendo assim, a criação e o bom funcionamento do Centro de Memória estão condicionados à aquisição de ferramentas imprescindíveis, tais como: armários de aço, luvas, máscaras, filmadora, gravadores, microfones, máquina fotográfica, pastas específicas para fotos, entre outras (VASCONCELOS, 2023, p. 3-4).

Cabe esclarecer que algumas destas necessidades são temporariamente remediadas, como a de aparelhos para registros visuais, tendo em vista o acesso mais facilitado a ferramentas e aplicativos para filmagem e digitalização atuais, podendo ser adquiridos pela equipe responsável pela execução do projeto de intervenção para a realização das tarefas correspondentes ao mesmo. Todavia, isso não dispensa a necessidade de adquirir equipamentos para o uso permanente do Centro, sendo de interesse ainda elaborar um novo projeto para a FAETEC, com informações atualizadas sobre o acervo, as atividades e reforçando a justificativa das demandas apresentadas pelo setor.

Mesmo com as carências apresentadas pelo Centro, este espaço é utilizado em diversas pesquisas, tanto escolares quanto acadêmicas, o que justifica ainda mais a relevância do projeto de intervenção, uma vez que este visa, entre outras coisas, a organização do material do acervo, de modo que a parcela que estará disponível para os pesquisadores seja ampliada. Atualmente há cinco pesquisas vinculadas a instituições de nível superior no Centro. Estas são de pesquisadores de três diferentes instituições. Todas as pesquisas se relacionam, em alguma medida, às discussões sobre a Educação e o Ensino, mas apresentam temas variados, como afirma a própria coordenadora do Centro, em seu projeto à FAETEC quando afirma que:

o Centro de Memória do ISEPAM, assim como sugere o Centro de Memória da FAETEC, contemplará várias linhas de pesquisa. Os grupos de trabalhos, estudos e pesquisas, que já existem, com diferentes temáticas, poderão ser incorporados a este Centro (VASCONCELOS, 2023, p. 3).

Os temas versam sobre políticas curriculares para a formação de professores e sua trajetória pela história da Educação, a presença e/ou a ausência de discussões sobre relações étnico-raciais nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas atualmente e ao longo das últimas décadas e os usos e políticas de memória em instituições escolares. Dentre as pesquisas em andamento, encontram-se uma de trabalho de conclusão de curso

de graduação, uma de mestrado e três de doutoramento, iniciadas nos anos de 2022 e 2023.

Os trabalhos das áreas de memória se valem sobretudo dos registros das narrativas sobre a trajetória do Instituto, os chamados roteiros históricos, e dos relatos escritos por servidores e ex-servidores do ISEPAM oferecidos ao Centro à época de sua inauguração. Tais relatos, que não estão presentes da tabela elaborada pela coordenadora do Centro – apresentada mais adiante –, versam sobre as lembranças, trajetórias e vínculos do corpo escolar com a escola estabelecidos desde o final do século passado.

Já os trabalhos sobre currículo e práticas pedagógicas utilizam amplamente os registros de grades curriculares e planos de aula presentes no acervo. Apesar das descontinuidades deste último, é possível encontrar a relação de disciplinas oferecidas ao curso normal na segunda metade do século XX, em que são ministradas classes para além da área da Educação, como aulas de costura e confeitaria, como relatado inclusive na entrevista de Barros, que afirma que os bolos destinados aos eventos do Instituto eram muitas vezes feitos pelas normalistas.

Nesse sentido, o acervo contribui para a compreensão de temáticas ainda não discutidas por pesquisas correntes no Centro, como a de relações de gênero e história das mulheres, tendo em vista que muitas escolhas sobre a grade curricular do curso normal partem do princípio deste ser um curso majoritariamente voltado para mulheres, fazendo com que determinadas atividades, que são consideradas exclusivas a esse grupo, sejam ensinadas no curso.

Cabe, portanto, a inclusão de outras formas de indexação e facilitador de pesquisa para além dos padrões estabelecidos pela rede FAETEC. É interessante a inclusão de palavras-chave no cadastramento dos itens do acervo, de modo a classificá-los, também, tendo em vista os temas de pesquisa aos quais se relacionam, otimizando o trabalho dos pesquisadores e tornando o Centro de Memória não somente um espaço de armazenamento de um acervo arquivístico, mas um local de produção de conhecimento a partir de tal acervo.

Além das pesquisas de nível superior, o Centro é frequentemente utilizado para pesquisas escolares, sobretudo dos estudantes da escola básica do próprio ISEPAM. Os alunos do Instituto frequentam o espaço não apenas pela curiosidade da abertura de um novo setor na instituição, mas, também, motivados pela equipe docente do Instituto, que promove atividades voltadas para eles e propõem em sala de aula atividades de pesquisa que possam ser realizadas com auxílio do material disponível no Centro, estimulando a

autonomia na busca por informações, capacidade crítica e de interpretação, além de proporcionar mais oportunidades de criação de vínculo com o setor e, logo, com a instituição, fazendo com que os discentes se sintam mais pertencentes à escola, à medida que circulam mais amplamente nela, compreendendo suas funções na instituição e sua possibilidade de participação destas dinâmicas.

Já existe uma tentativa de inventariar o acervo do Centro de Memória, porém, além de incompleto pelas razões citadas anteriormente, como o próprio desconhecimento de parte do acervo, o que foi realizado está disperso em tabelas variadas, a depender de sua natureza: acervo museológico, em que foram classificados desta forma os bens materiais; acervo arquivístico, que engloba os documentos escritos; e o acervo bibliográfico, que inclui versões físicas de parte do material acadêmico-científico produzido sobre a ENC ou o atual ISEPAM, além do acervo bibliográfico sob cuidados da Biblioteca Cecília Meirelles, setor bibliotecário do Instituto.

Os itens que foram incluídos nessa catalogação inicial, que terá suas informações reaproveitadas durante o desenvolvimento do projeto de intervenção, fazem parte do conjunto de materiais que estão visíveis ao público e que podem ser utilizados como fonte para os estudantes e pesquisadores que visitam o Centro. Reproduzimos as tabelas como apresentado a seguir:

Tabela 4 – Acervo Museológico Registrado

Nº Bem patrimonial	Descrição	Ano aquisição
577	Mesa para telefone em madeira com 3 divisões para revista	2002
5879	Mesa de madeira com 4 gavetas med. 1,25 x 0,80x0,80	2002
754	Armário de madeira com 2 portas de abrir	2002
6425	Máquina de escrever Remington	2002
5911	Mesa de madeira oval com 1 prateleira de medida: 0,70x0,50x0,80	2002
5912	Mesa de madeira para telefone	2002

12410	Mesa em madeira maciça com pés em x	2010
	Quadro com foto aérea do prédio, medindo 1,10 x 93cm	
	Quadros de fotos, med. 38 x 56 cm (4) Fotos expostas med. 18x 24 cm (20)	
	Troféus pequenos (93); Troféus grandes (15)	
	Uniformes da Educação Infantil (5 peças IEPAM, 2 vestidos IEC)	
	Placas comemorativas 2014, 2015, da Câmara Municipal de Campos para o ISEPAM	
	Medalhas esportivas (14);	
	Medalha dourada, em estojo, 2014, Câmara Municipal de Campos, Mesas pequenas de madeira para pesquisa (2)	
	Cadeiras, cor marrom (2)	
	Porta-bandeiras, panóplia, madeira com 15 espaços, medindo 1,65x19cm	

Fonte: Centro de Memória do ISEPAM

Tabela 5 – Acervo Arquivístico Registrado

Descrição	Critérios	Formas de incorporação
Livros de matrículas com capa de Couro, séc. XIX (2)		Precisando urgente de restauração
Livros de notas com capa de Couro (5)		Precisando urgente de restauração
Livro do SOE, déc, de 1973-1984		
Jornal interno, Dimensão, déc. 1990 (3 volumes) confecção própria		
Termo de Inauguração do prédio do Saldanha da Gama 1947		

-Escola Normal – Actas de exames, 1931 a 1940;		
-Legislação do Ensino Normal, déc. 1950;		
-Livro de visitas à Exposição de Trabalhos Manuais e Pedagógicos, 1955;		
-Documentos do Curso Normal Superior;		
– Projeto Pedagógico para a Pedagogia 2006/2007;		
-Listas de alunos colação de grau, Normal Superior, 2009;		
-Álbuns com fotografias, numerados de 1 a 10, (10)		
Plantas baixas IEC, 1962-1963; Planta baixa IEPAM, salas 001, 002 Planta baixa do Recreio Coberto, 1963 Planta baixa pela Rua Silva Pinto, 1964.		Precisando de restauração
-Banner do projeto OLHARES África Brasil, 2014-2022 (8)		

Fonte: Centro de Memória do ISEPAM

Há também o acervo bibliográfico, que ainda não possui qualquer tipo de categorização pelo Centro de Memória. Esse acervo está atualmente sob os cuidados da biblioteca do Instituto, ficando nas salas do Centro apenas os livros de registro e os livros e obras acadêmicas produzidos sobre a instituição. O projeto redigido pela coordenação do Centro afirma que “todo o acervo está sendo organizado pela equipe técnica em informática e estará disponibilizada de forma remota para o público com o projeto em perspectiva” (VASCONCELOS, 2023, p. 4). Isso significa que se intenciona atualizar o índice da biblioteca escolar e o tornar público para os interessados, além do objetivo de criar uma versão online de parte deste acervo, aquela referente às obras que versam sobre o Instituto, para compor o acervo virtual do Centro de Memória, caso já não exista versão digital como no caso de trabalhos de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação.

Neste último caso, é garantida a existência das obras nas duas versões, digital, que serão incorporadas ao acervo online, e a física, uma vez que a FAETEC exige que os pesquisadores retornem a respectiva instituição em que realizaram a pesquisa portanto o texto final de seus trabalhos para comporem o acervo bibliográfico da escola. No caso do

ISEPAM, este material em específico está sendo encaminhado para o acervo do Centro de Memórias.

É necessário afirmar que, apesar do potencial de contribuição reflexiva e acadêmica oferecido pelo material do acervo do Centro, o espaço se mostra como menor do que seria recomendável ou até esperado para uma instituição de tal porte. Tendo em vista que recebeu o acervo documental pertencente à ENC, o Centro guarda um conjunto de mais de 120 anos de história, o que seria inviável de ser comportado em apenas duas salas de menos de 10m², como é o caso atual. Considerando o Centro de Memória, mesmo que este possua também um caráter de narrativa museal, como um espaço de caráter arquivístico, é preciso ter em mente que atualmente esse tipo de espaço já não é mais considerado como um espaço neutro de armazenamento de informações ao longo do tempo, mas que, sim, reflete intencionalidades dos seus idealizadores. Por definição, podemos entender um arquivo como

uma entidade de caráter metodológico epistêmico e sistêmico informacional, que reflete as intenções culturais a partir da organização, tratamento e disseminação informacional destinadas à construção do conhecimento (BORGES, et al., 2023, p. 1)

Mesmo que parte da documentação esteja nas salas de arquivo morto e das secretarias do Instituto, com uma rápida análise conseguimos notar ausências no acervo. Deixando de lado os registros pessoais e individuais dos estudantes que passaram pela instituição, uma vez que estão nas demais salas supracitadas, pensemos nas discontinuidades que transparecem no Centro de Memória. Encontram-se lá apenas dois dos livros de matrícula das primeiras décadas de funcionamento da ENC, sendo difícil, assim, precisar a evolução das matrículas e dos níveis de frequência escolar.

Temos, do mesmo modo, poucas peças dos uniformes, que remontam ao mesmo recorte temporal, início da segunda metade do século XX. Do mesmo período também são as plantas presentes no acervo, mesmo que o ambiente escolar tenha sofrido várias alterações ao longo dessas décadas, sendo de interesse atualizar esses registros e os manter para consulta pública. As atas de exames do Curso Normal, assim como o livro do SOE (Serviço de Orientação Escolar) presentes no Centro oferecem informação de cerca de apenas uma década, não havendo registros anteriores ou posteriores disponíveis.

Cabe destacar que parte considerável do acervo é referente ao curso normal ou, observando os registros mais recentes, da licenciatura em pedagogia, o que se mostra como indicativo do valor que a instituição atribui à sua missão de formação de

professores, uma vez que o material relativo a esses cursos foi priorizado no aspecto de sua guarda e conservação. Nesse sentido, não encontramos registros específicos de nenhum outro curso ou segmento escolar, como a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio ou mesmo os cursos técnicos e de pós-graduação que são e foram oferecidos pela instituição. As grades curriculares, ementas, registros de matrículas, exames e notas dos cursos, por exemplo, de graduação em Educação do Campo e pós-graduação em Gestão Escolar, já descontinuados, não estão disponíveis para os pesquisadores, fazendo com que as razões de sua curta duração sejam desconhecidas para o público.

Sendo o arquivo também espaço produtor de visões e narrativas, este é, também, um local em que podemos observar relações de poder, uma vez que este tem,

em parte, o poder de permitir que certas vozes sejam ouvidas, em destacar certas narrativas e incluir certos tipos de registros criados por certos grupos. O poder do arquivo resulta do ato de inclusão, que simultaneamente exclui (BORGES, et al., 2023, p. 2)

É notório, ainda, a escassez de registros atuais e de décadas mais próximas temporalmente, indicando a possibilidade de que boa parte do material tenha sido guardada e conservada apenas por ser “antigo”, tendo sua importância histórica e para a compreensão mais abrangente da trajetória do Instituto e de seus cursos um grau de relevância menor para os critérios de conservação e disponibilização ao público. Assim, desconsiderando os registros fotográficos presentes no Centro, os materiais mais antigos remontam aos anos de 2015 – uma placa comemorativa – e de 2009 – lista dos formandos da Pedagogia.

Por que há tantas descontinuidades e ausências no acervo do Centro de Memória do ISEPAM? De fato, muito material foi perdido ao longo das décadas, também por má conservação. Mas nos casos de documentação e material produzidos e/ou adquiridos nas décadas mais recentes, quando já havia um sistema mais organizado de armazenamento? Acredita-se aqui que parcela do acervo presente no Centro atualmente teve tal destino pelo grau de atratividade que poderia exercer sobre os visitantes, sendo, neste caso, mais interessante ser apresentado o livro de matrículas do ano de 1895 do que os da década de 2000, ou trazer em seus mostruários os uniformes do meado do século passado ou invés dos atuais, que são, inclusive, variados, a depender do segmento educacional. Assim, compreendemos que os silêncios presentes no acervo do Centro podem possuir variadas motivações, uma vez que nem todos os silêncios são causados pelos mesmos fatores.

O “silêncio arquivístico” tem sido definido como a ausência ou distorção não intencional ou propositada de documentação de valor duradouro, resultando em lacunas (documentos não criados ou não recolhidos) e a incapacidade de representar os documentos sem enviesamento [...] o “silêncio arquivístico” abrange silêncios percebidos, silêncios deliberados ou provocados pela ação ou inação humana, resultantes da não criação de registros, não conservação de documentos e arquivos, enviesamento das descrições, descontextualização de documentos, destruição ou deslocação de arquivos. (ibidem, p. 3)

Pensando no Centro de Memória do ISEPAM, vemos indicativos de vários fatores motivadores dos silêncios: o deslocação do acervo da ENC para o IEC; não conservação adequada, tendo em vista o estado danificado de parte do acervo; descontextualização, uma vez que as entrevistadas relataram que parte do material presente no Centro estava “espalhado” pela escola; não criação de registros, pensando nas lacunas temporais apresentadas; e o enviesamento de descrições, dado que favorecem a narrativa da continuidade entre a ENC e o atual ISEPAM e o material referente aos cursos de formação de professores.

É nesse sentido também que há o interesse do projeto de intervenção de, após organizar e catalogar o acervo já presente no Centro, iniciar a verificação da existência de material de valor histórico e acadêmico em outros setores do Instituto. Tal atitude visaria favorecer os métodos e procedimentos de pesquisa, uma vez que o Centro é o setor indicado para mediar e fiscalizar as pesquisas que ocorrem na instituição, fazendo com que os pesquisadores e visitantes encontrem no mesmo setor os materiais que podem vir a os interessar.

A intenção de expansão do acervo do Centro alcança também outros tipos de fontes. Do mesmo modo que as fontes orais foram de suma importância para a finalização da presente pesquisa, estas também podem vir a contribuir grandemente para as demais pesquisas correntes e futuras desenvolvidas no Instituto, principalmente se levarmos em conta as lacunas e ausências identificadas no acervo do espaço. Nesse sentido, existe a possibilidade de criação de um banco de história oral no Centro de Memória, isto é, um acervo de fontes orais, gravações de áudio, em que poderiam ser incluídas, por exemplo, as entrevistas realizadas para essa pesquisa.

Tal tarefa encontra, também, respaldo nas diretrizes dos centros de memória da FAETEC, uma vez que está em suas atribuições “coletar e organizar um banco de história oral a partir de depoimentos de ex-alunos, ex-professores, ex-diretores/coordenadores e demais profissionais” (FAETEC, 2019, p. 12). Assim, o acervo referente ao material de áudio estaria seguindo as orientações da rede mantenedora, mas, para além do cumprimento de demandas, atuaria como um rico material de pesquisa.

Ao observar as obras produzidas sobre o atual ISEPAM, nota-se que parte delas discutem questões relacionadas aos campos da memória e identidade, áreas de pesquisa para as quais as fontes orais têm sido cada vez mais mobilizadas, uma vez que possibilitam a reflexão e compreensão de fatores que, muitas das vezes, não são possíveis de serem identificadas em fontes “tradicionais”. Com estas, poderíamos conhecer a rotina escolar em diversos períodos históricos, melhor identificar mudanças estruturais que afetaram a instituição e, sobretudo, perceber o impacto que estas causaram na instituição e a relação dos diferentes segmentos e grupos que constituem o Instituto com estas e entre si. É significativo, portanto, a realização de entrevistas com membros e ex-membros do corpo escolar do ISEPAM, voltada para a incorporação do acervo do Centro, de modo a enriquecê-lo e buscar mitigar os silêncios presentes no setor.

Da divulgação preambular

Antes da execução e finalização do projeto de intervenção, foi realizada uma prévia do projeto a partir do material utilizado na realização da presente pesquisa de mestrado. Isto é, criou-se uma pasta online pública que torna disponível o material, tanto bibliográfico como de fontes históricas do Centro, utilizado na pesquisa. Essa iniciativa preambular tem o objetivo de, desde já, divulgar o Centro de Memória do ISEPAM enquanto um espaço de visitação histórica e de pesquisa, publicizando sua existência a demais instituições de ensino do município e instigando novas visitas, em vista a estimular a o progresso tanto do projeto de intervenção como a continuidade de construção de eventos públicos pela coordenação do espaço.

Para tal objetivo, ao longo das visitas feitas ao Centro, o material disponível para pesquisa foi sendo analisado, separado e digitalizado ou registrado em fotografia. Inicialmente, o Centro, seus espaços e objetivos foram apresentados à pesquisadora. As visitas subsequentes ofereceram o panorama das atividades do Centro, bem como os desafios enfrentados pela sua coordenadora, comentados no texto da dissertação. A partir destas, foi possível organizar o que, por hora, poderia ser disponibilizado digitalmente, tendo a perspectiva de que esse material vá se expandindo com o tempo, sobretudo após a conclusão do cadastramento do acervo e seu registro e/ou digitalização.

Esse processo de registro e inclusão do material em uma pasta virtual oferece ainda a possibilidade de indexação posterior dos mesmos à planilha de cadastramento. Ou seja, a planilha poderá oferecer, além dos itens básicos guiados pela rede mantenedora do Instituto, o registro visual, em caso de objetos materiais, ou versão digitalizada, em caso

de documentos escritos, dos itens do acervo, *linkadas* em nova coluna da planilha, que guiaria o pesquisador ou visitante ao arquivo correspondente ao item na pasta virtual do acervo do Centro.

Cabe apontar que foi estabelecida uma parceria entre a pesquisadora e a coordenação do arquivo, que será mantida mesmo após a finalização do mestrado, tendo em vista que a pesquisadora propôs o projeto de catalogação do acervo e na constante alimentação da sua pasta digital, tarefas que já se encontram em andamento. Assim, esse produto não se encontra finalizado, uma vez que tais tarefas não são apenas longas, mas, sim, permanentes. Ou seja, a página será constantemente atualizada com novidades sobre o Centro e sobre os eventos que o envolve, assim como sua pasta digital, que receberá periodicamente novos arquivos, seja de novos trabalhos acadêmicos sobre o Instituto, seja de registros de novos itens ou exposições do local.

Para tal objetivo, as visitas da pesquisadora ao Centro foram mantidas, de modo que esta poderá, além de cumprir o cronograma de execução do projeto de intervenção, acompanhar, registrar e divulgar as atividades e os novos materiais oferecidos pelo espaço. É de interesse do projeto ainda a construção da página do Centro de Memória no site oficial do ISEPAM, tendo em vista que esta está atualmente em branco³⁵. Simbólico, de certa forma, demonstra que, apesar da inauguração do espaço, ele ainda carece de algum rigor técnico em sua organização e no cumprimento de todas suas diretrizes.

Pretende-se em tal setor da página oficial incluir a apresentação do Centro de Memória, seus objetivos, instruções para o agendamento de visitas e o potencial de contribuição de pesquisa do material disponível. Se objetiva ainda realizar e incluir uma filmagem ou fotografia em 3D das salas do Centro, de modo a oferecer uma visão inicial do espaço, e um link de direcionamento para a pasta online do acervo.

Tendo em vista as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa no que diz respeito à localização e acesso às fontes, o produto visa mitigar tais dificuldades em futuras pesquisas que utilizem como fonte o material do arquivo histórico do ISEPAM. As questões citadas se referem a falta de catalogação, correto armazenamento e falta de recursos – humanos e financeiros – para o processo de conservação e restauro do acervo. Nesse sentido, o produto oferece, ainda, retorno da pesquisa realizada à comunidade através de duas frentes: a primeira se encontra na divulgação e promoção do acesso público a tal material; e a segunda na promoção do Centro de Memória, tornando o local

³⁵ Ver em: <https://www.isepam.edu.br/centro-de-memoria>

mais conhecido na comunidade campista, atraindo mais visitantes e pesquisadores, não apenas para visitas individuais, mas, também para participar das atividades promovidas pela coordenação do Centro de Memória, como as exposições e palestras que ocorrem periodicamente no prédio do ISEPAM.

Assim, a divulgação se apresenta como uma via de mão dupla, uma vez que ao passo que esta auxilia a promoção do Centro, também oferece o conhecimento de mais um local de visita histórica e de pesquisa para os campistas. Apresentamos aqui o folder de divulgação sobre o Centro de Memória, parte dessa etapa anterior à execução de fato do projeto de intervenção, que foi exposto em universidades e centros de formação superior do município de Campos. Nele há uma breve apresentação do Centro e orientações sobre o agendamento de visitas.

Figura 14 - Folder de Divulgação do Centro de Memória do ISEPAM

VOCÊ CONHECE O CENTRO DE MEMÓRIAS DO ISEPAM?

SOBRE O ACERVO:

- O ESPAÇO CONTA COM MAIS DE 120 ANOS DE ACERVO HISTÓRICO
- PODE SER ACESSADO POR PESQUISADORES E ENTUSIASTAS
- HÁ DISPONÍVEL A VERSÃO DIGITAL DO ACERVO

<https://lnk.dev/znfjk>

ENDEREÇO: AV DEPUTADO ALAIR FERREIRA, 37

CONTATO PARA AGENDAMENTO DE VISITA:
CENTRO.MEMORIA@ISEPAM.EDU.BR

Fonte: confecção própria

Tanto o QrCode quanto o link presentes no folder encaminham o leitor para um arquivo digital do Centro, também produto desta dissertação. Este contém algumas pastas que organizam o seu material por categoria. A primeira armazena a bibliografia produzida acerca da Escola Normal de Campos e sobre o atual Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert em suas diferentes fases. Contendo mais de uma dezena de trabalhos entre artigos, comunicações e dissertações, a pasta oferece ampla visão sobre a história do Instituto e alguns de seus aspectos, como sua arquitetura e as diversas experiências vividas pelos estudantes do curso superior. Segue abaixo a listagem da bibliografia produzida disponibilizada na pasta:

Tabela 6 – Bibliografia Presente no Acervo Virtual

Autor(es)	Título da obra	Gênero da obra
Fernanda Serafim Agum	A memória da formação docente em Campos dos Goytacazes: o caso da Escola Normal (1947-1954)	Artigo científico
Ingrid Fiuza Costa Barbosa	Política Educacional para a Formação Docente: projeto institucional PIBID/ISEPAM, sua implantação e seus efeitos	Dissertação
Diego Gomes Coelho; Neli do Carmo Reis; Simone Aparecida de Lima; Carla Sarlo Chrysóstomo	Evasão Escolar no Curso de Pedagogia	Artigo científico
Carla Patrícia Quintanilha Corrêa	Egressos de um curso de Pedagogia: trajetórias formativas e profissionais	Artigo científico
Regina Márcia Gomes Crespo	Políticas Educacionais e Magistério em Terras Fluminenses: Itinerário Sócio-Histórico do Curso de Formação de Professores no Instituto de Educação de Campos, nas décadas de 1950-1960	Dissertação
Regina Márcia Gomes Crespo; Valéria Maria Neto Crespo de Oliveira Lima	Patrimônio Educativo e Materialidade da Cultura Escolar na Historiografia do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert em Campos dos Goytacazes/RJ, 1954-2010	Artigo científico

Larissa Ferreira Francisco	Música e Educação: uma investigação sobre a memória cultural do IEPAM/ISEPAM	Comunicação
Sonia de Castro Lopes; Silvia Alicia Martinez	A Emergência de Escolas Normais no Rio de Janeiro do século XIX: Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos	Artigo científico
Silvia Alicia Martinez; Maria Amélia Boynard	A Escola Normal de Campos: trajetória de uma investigação	Comunicação
Laís Simão	Entre o Enquadramento e a Manipulação da Memória: as comemorações do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (1990– 2020)	Artigo científico
Josete Pereira Peres Soares	O Curso de Licenciatura em Pedagogia no ISEPAM - CAMPOS-RJ	Artigo científico
Josete Pereira Peres Soares	O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no ISEPAM: contribuindo na formação de professores do século XXI	Comunicação
Vera Lúcia Vasconcelos	Centro de Memória do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM) - CEMEI	Projeto

Fonte: construção própria

Há também as pastas que contêm as digitalizações de fontes escritas disponibilizadas para a divulgação e registros fotográficos das fontes imagéticas e materiais do acervo. A intenção é facilitar o acesso a tal acervo, promovendo a pesquisa de possíveis pesquisadores de fora do município, além de auxiliar os interessados a compreenderem a natureza e as informações oferecidas pelo material disponível, de forma a assegurar a contribuição que este pode oferecer aos visitantes do Centro.

Na pasta também estão a versão digital do folder de divulgação e um arquivo intitulado “Termine aqui sua visita” que leva o visitante a um questionário, que busca fazer a gestão do Centro compreender qual é o público que está acessando a pasta e como aperfeiçoar os trabalhos realizados por ele. Nesse sentido, as perguntas do questionário seguem o sentido de conhecer as razões que levaram o visitante até a página, o seu vínculo com o Instituto e o grau de satisfação com o material disponibilizado.

Dessa forma, o produto visa oferecer retorno à comunidade em dois sentidos: a comunidade mais ampla, ou seja, todo aquele que possuir interesse no ISEPAM; e a

comunidade do próprio Instituto, grupo este que, mais diretamente, proporcionou o desenvolvimento do trabalho de pesquisa. Sabendo que muitas vezes, o acesso a fontes documentais exige um processo burocrático, até mesmo para proteção desse material, intencionou-se estimular a ideia de criação de acervos online, dado que na cidade de Campos existem outros arquivos históricos abertos a pesquisadores. Exemplos desses arquivos são o do Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, que já conta com parte do seu acervo digitalizado e disponível para consulta pública, e o de institutos de ensino, como o Liceu de Humanidades de Campos, frequentemente visitado por pesquisadores da história da Educação em Campos, bem como da área da memória e do patrimônio, dado que o prédio é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado de Cultura do Rio de Janeiro (INEPAC).

Objetiva-se, assim, auxiliar na divulgação da existência e das atividades do Centro de Memória, oferecendo mais vida e finalidade ao espaço, bem como ao seu acervo. Esse não é um objetivo apenas do produto dessa dissertação, mas, também, da própria coordenação do Centro, que exhibe conteúdo que há um número regular de visitantes e pesquisadores ao local. Esse número, entretanto, apresenta potencial de aumento, como acredita a coordenadora, que vem se organizando e planejando para isso. Ficamos gratos por poder ajudar nessa empreitada.

Considerações Finais

Durante o percurso da escrita dessa dissertação, esbarramos com diversos fatores de influência para a temática desenvolvida, que ora reforçavam ideias anteriores e ora faziam com que tirássemos alguma de foco. O próprio caminho da qualificação até a escrita do texto final fez com que revíssemos concepções sobre a dinâmica da memória no interior do ISEPAM. Apesar dos avanços notáveis da pesquisa, sabemos que a discussão não se esgota aqui e que haveria possibilidade, caso as condições objetivas e materiais disponíveis fossem diferentes, de se aprofundar as reflexões feitas aqui e detalhar as experiências e processos que fizeram parte da escrita, e reescrita, da história do Instituto.

Como dito, o acervo histórico presente no Centro de Memória é singelo se comparado a mais de um século de história que está sob seus cuidados. É preciso levar em conta que menor ainda é o material disponível ao manuseio, uma vez que o acervo carece de cuidados específicos de restauro e manutenção, por falta de recursos humanos e materiais na instituição. Esse fator, entretanto, não se apresentou como novidade para a pesquisa, que já em seu projeto vislumbrava as dificuldades que enfrentaria nesse âmbito, e tinha consciência que o acervo, mesmo se completamente disponível à pesquisa, não seria suficiente para responder às questões centrais do trabalho. Assim, elencamos a necessidade das fontes orais.

A primeira entrevista trouxe a possibilidade de que a narrativa da ruptura entre a ENC e o IEC nunca ter tido força no Instituto, dado que essa era a visão apresentada pela coordenadora do Centro. Contudo, com as demais entrevistas realizadas, percebemos que o que ocorria era – e de certo modo ainda é – a coexistência de ambas as narrativas, a de ruptura e da continuidade, sendo que esta última ficava circunscrita a um nicho específico do Instituto e da sociedade campista. Nicho este do qual a coordenadora do Centro faz parte, mas não as demais professoras entrevistadas: a de professores do nível superior de ensino, acadêmicos e pesquisadores.

A partir desta constatação, foi possível perceber com mais clareza como é a relação entre a parte do Instituto voltada para a educação básica com a do nível superior, apresentada pelas representantes dos dois grupos como sendo de uma integração precária. Relação de vínculos frágeis, com base no próprio apartamento dos segmentos baseado nas disposições dos prédios do Instituto, que evita a promoção do encontro dos discentes

e docentes dos diferentes cursos, o básico e o superior. Esta separação impactou inclusive a forma com que estes diferentes grupos encaravam a trajetória do Instituto, sendo cada narrativa adotada por um, até o início da década de 2010, em que a narrativa da continuidade se oficializa e recebe uma série de medidas de propagação entre os membros da comunidade escolar, que em sua maioria desconheciam essa perspectiva histórica de sua instituição.

Apesar das grandes contribuições advindas das fontes orais, elas também não puderam sanar todas as questões levantadas pela pesquisa, como o ano exato da oficialização da narrativa vigente ou precisar os fatores levados em conta pelo grupo que liderou esse processo. Essa deficiência do trabalho vem da dificuldade de contato com as ex-professoras que estiveram à frente do reenquadramento da memória do Instituto, que ou não retornaram às diversas tentativas de contato ou sempre apresentavam impeditivos para a marcação da entrevista.

Mesmo com essas dificuldades, o trabalho foi capaz de estabelecer discussões pertinentes para a temática que propôs. Conseguiu identificar os fatores de influência na ascensão da perspectiva da continuidade como oficial, o que ela significa para o Instituto e como este promove a divulgação e inserção desta no corpo escolar. Pudemos, também, compreender melhor as dinâmicas internas à instituição, no que diz respeito às relações estabelecidas e hierarquias sobre o que foi decidido sobre a memória do Instituto.

São três os fatores que influenciaram a oficialização da perspectiva de continuidade entre a Escola Normal e o Instituto de Educação identificados pela pesquisa. A conjuntura instável pela qual a escola passava, o trabalho de grupos de pesquisa sobre história da educação em Campos e o projeto de criação do Centro de Memória. Este último fez com que a instituição demandasse esforços para organizar seu acervo histórico, que contava antes com ainda menos cuidados específicos, trabalho árduo e ainda não finalizado, como esclarecido pela coordenadora do Centro. É durante essa empreitada que a escola se depara com documentações pertencentes à antiga ENC e aos seus normalistas, acervo este que migrou para o atual ISEPAM à época da transferência dos estudantes para o IEC, como alguns livros de matrícula, como o apresentado anteriormente. Essa documentação sob salvaguarda do Instituto é usada como argumento para a legitimação da perspectiva de continuidade, mesmo que haja ainda registros da ENC sob responsabilidade do Liceu de Humanidades de Campos, local em que a Escola se localizava.

Esse material, além de indicativo da conexão entre as duas instituições, foi utilizado por pesquisadores campistas do tema da História da Educação, que ao falar sobre o

ISEPAM, recorriam a seu passado e ao seu vínculo com a ENC, já que o curso normal que é criado nele advém da própria Escola Normal. Esses trabalhos reforçam a conexão das instituições e colocam a necessidade de resgatar a trajetória da ENC para se compreender o ISEPAM. Necessidade esta que se apresenta, nesses trabalhos, como menor do que a da compreensão do Grupo Escolar Saldanha da Gama, escola já existente antes do IEC e que é a instituição que o vai receber, mas que não recebe tanta atenção dos pesquisadores, sendo tratado como o colégio de aplicação dos normalistas do Instituto, ao seja, mais a favor deste último.

Essa série de trabalhos também influencia a consolidação da perspectiva de continuidade entre esse nicho acadêmico. Dentre esses trabalhos destacamos a dissertação da Márcia Regina Gomes Crespo, trabalho mais extenso e minucioso, para o qual estabeleceu mais contato com o Instituto, pesquisando mais amplamente o seu acervo documental e utilizando de fontes orais. Esse contato foi facilitado pelo fato da pesquisadora ser também professora do Instituto, com vínculos antigos na Instituição. Ela foi aluna e normalista, com participação ativa nos eventos da instituição, chegando a fazer parte da comissão editorial do *Jornal Dimensão*. Sua mãe foi também professora da instituição, sendo sua passagem por lá memorável, dado que é mencionada até os dias atuais e que foi homenageada pelo Instituto, que nomeou um dos seus prédios com seu nome, Dona Nini.

O fato de ser professora do Instituto fez com que seu trabalho acadêmico reverberasse no local com mais facilidade. Foram realizados eventos em que Regina Crespo falava sobre seu trabalho, que foi utilizado como base para os roteiros históricos e panfletos produzidos para a divulgação da nova narrativa sobre a história do Instituto. Esse novo enquadramento também poderia favorecer a escola, sendo útil no momento pelo qual ela passava. Os servidores mais antigos, que passaram pelas décadas 2000 e 2010, lembram desse momento como de tensão, insegurança e instabilidade para o Instituto, sobretudo pela passagem da instituição para a FAETEC e a ameaça da mudança de estrutura e perfil da escola, com possibilidade de abertura de cursos técnicos e fechamento dos segmentos iniciais da Educação Básica e do tradicional curso normal.

É nesse contexto, influenciado por múltiplos fatores, que a narrativa de continuidade ascende como oficial, narrativa que vai se pautar no histórico e tradição, isto é, também na profundidade cronológica da existência do Instituto, agora visto oficialmente como centenário, além de reforçar a missão institucional de formação docente. O discurso atual apela então para a tradição de preparo de professores,

colocando esse papel como a razão de ser da escola, trazendo um peso maior para a possibilidade do fechamento do curso normal da instituição, uma vez que, de acordo com essa narrativa, é dele que surge o Instituto.

Essa perspectiva é, de certa forma, imposta pelo nicho acadêmico da instituição ao corpo escolar que, em sua maioria, a desconhecia. Ela é incorporada pelos membros de diferentes formas, como pudemos ver através das entrevistas. Alguns vão adotá-la de imediato, enquanto para outros ela vai se instalando ao longo dos anos. Apesar de ser oficial e amplamente divulgada há anos, parte dos ex-membros ainda não a aceitou plenamente, o que mostra como aspectos de uma memória coletiva podem ser agregados de diferentes formas por diferentes indivíduos, neste caso, sobretudo por pertencer a diferentes gerações do Instituto e por ter com ele estabelecido relações diferentes. Ou seja, o propósito do reenquadramento possui sentido e necessidades diferentes a depender do indivíduo que a vai observar.

A professora que afirmou não aceitar amplamente essa versão da história do ISEPAM acredita que essa diferença pode ser devido ao fato de ela não ter cursado o normal na instituição, diferentemente da maioria de sua geração. Isso mostra como esse curso, que hoje em dia apresenta um baixíssimo percentual de estudantes da escola, é elemento central dos objetivos da perspectiva oficial atual que, em seus discursos exalta a importância histórica, mas, também, atual desse curso para a instituição.

Nesse sentido, o curso normal se apresenta como guardião de uma dada memória e identidade, forjada pela e para a instituição, agora reforçada pela narrativa histórica oficial da instituição. A *identidade normalista*, como citado por participantes, que não é existente em todos os membros da instituição, pois a maioria está matriculada em cursos outros, refere-se, na verdade, à missão e visão institucional: de continuar sendo lembrada em sua região como centro de referência para a formação docente. Por isso que a instituição recorre ao valor de tradição deste curso, mesmo que atualmente tenha perdido seu valor prático socialmente. Sua luta pela valorização dessa memória e identidade, através da manutenção do oferecimento desse curso e de seu colégio de aplicação, não é somente o desejo de reconhecimento de seu passado, mas, sobretudo, o desejo do que a instituição objetiva ser no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALBERTI, Verena. “Histórias dentro da História”. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- ALVES, Priscila Viana. “Representações dos Índios Goitacá na Paisagem Contemporânea de Campos dos Goytacazes”. **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Vitória: Anais do VII CBG: 2014.
- ATALLAH, C. C. A. “Ensino de História, Memória e Regionalismo: uma análise do currículo de Campos dos Goytacazes”. **MÉTIS: história & cultura**, p.245-265, jan./jun. 2019.
- AZEVEDO, Cecília. “Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). **Ensino de História - conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: 2003. p. 43-44.
- BARROS, Simone. Entrevista [nov. 2023]. Entrevistadora: Simão, Laís Pessanha. Campos dos Goytacazes. Entrevista concedida à pesquisa de mestrado da entrevistadora.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.
- _____. **Planejando a Próxima Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional da Educação**. Ministério da Educação. Brasil, 2014.
- _____. Resolução n. 1, de 2 de julho de 2019. Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**, 2019a.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Leonor. SILVA, Ana Margarida da. ESPÍRITO SANTO, Sílvia Maria do. “Arquivos como fontes de poder, marginalização e silêncios em Portugal e no Brasil”. **14º Congresso Nacional BAD**, Porto: 2023.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei Orgânica Municipal**. Campos, RJ, 2014
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: contexto, 2001.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto editora, 2001.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do património**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

COORDENADORA do Centro de Memória do ISEPAM (nome ocultado). Entrevista [ago. 2023]. Entrevistadora: Simão, Laís Pessanha. Campos dos Goytacazes. Entrevista concedida à pesquisa de mestrado da entrevistadora.

COSMO, Cláudia Carvalho. FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. “Neoliberalismo e Educação - Lógicas e contradições”. In: **VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil**. Anais do VIII. Campinas: FE/UNICAMP - HISTEDBR, 2009. p. 1-23.

CRESPO, Regina Márcia Gomes. **Políticas Educacionais e Magistério em Terras Fluminenses: Itinerário Sócio-Histórico do Curso de Formação de Professores no Instituto de Educação de Campos, nas décadas de 1950-1960**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2009.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. “Alois Riegl e “O culto moderno dos monumentos”. **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.2, p.6-16, maio/out. 2006.

D’AZEVEDO, M.D. Moreira. “Instrução pública nos tempos coloniais”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo LV, parte II, 1893, p. 141-158.

FERREIRA, Ana Paula. Entrevista [nov. 2023]. Entrevistadora: Simão, Laís Pessanha. Campos dos Goytacazes. Entrevista concedida à pesquisa de mestrado da entrevistadora.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “História Oral: um inventário das diferenças”. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998.

FERREIRA, A. E. C. S.; CARVALHO, C. H. . Escolarização e Analfabetismo no Brasil: Estudo das Mensagens dos Presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890_1930). In: **XII Encontro de pesquisa em Educação / Centro Oeste**, Goiânia.: UFG, 2014. p. 1-12.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes**. Gráfica Luartison. São João da Barra, 2004.

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA. Regimento Norteador das Unidades Escolares da Educação Básica / Técnica da Rede FAETEC, Rio de Janeiro, 2019, p. 12.

Disponível em: <https://aulanaweb.com/etefv/wp-content/uploads/2022/05/REGIMENTO%20FAETEC.pdf>. Acesso em: 10/02/2024.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

_____. “Vendo o passado: representação e escrita da história”. In.: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. Sér. v.15. n.2.p. 11-30. Jul.-dez. 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiência no tempo**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013.

HIGINO, Simone. Entrevista [nov. 2023]. Entrevistadora: Simão, Laís Pessanha. Campos dos Goytacazes. Entrevista concedida à pesquisa de mestrado da entrevistadora

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. Companhia de Bolso, Rio de Janeiro, 2013.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

LOPES, Sonia de Castro. MARTINEZ, Silvia Alicia. “A Emergência de Escolas Normais no Rio de Janeiro do Século XIX: Escola Normal do Município da Corte e Escola Normal de Campos”. **Revista Brasileira de História da Educação**, n° 15 set./dez. 2007.

MARTINEZ, Silvia Alicia. GANTOS, Marcelo Carlos. BOYNARD, Maria Amélia de Almeida Pinto. “Arquitetura, Escola e Memória: o edifício do Liceu de Humanidades de Campos”. **Cadernos de História da Educação**, n° 5 –jan./dez. 2006.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Proj. História**, São Paulo (10), p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro. v. 5. n. 10, p. 200-202, 1992.

_____. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. In.: **Tempo**, vol. 1, n° 2, 1996.

RAMOS, Tatiana Tramontani. “Crescimento Econômico e Desenvolvimento Sócio-espaçial em Campos dos Goytacazes”. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, n. 29, p. 63-88, 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Rodrigo Rosselini. **Formando os Cidadãos Fluminenses: a escola primária no estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores e Associados, 2007.

_____. “Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro”. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009, pp. 143-155.

_____. “O Vigésimo Ano da LDB: as 39 leis que a modificaram”. In.: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 379-392, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>

SEM AUTOR. “Edição Especial de Aniversário”. **Jornal Dimensão**. Campos dos Goytacazes, março de 1994.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “‘Rememoração’/comemoração: as utilizações sociais da memória”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SIMÃO, Laís. “Entre o enquadramento e a manipulação da memória: as comemorações do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (1990– 2020)”. **Revista Cantareira**, (37), 2023, p. 261-282.

TANURI, Leonor Maria. “História da Formação de Professores”. **Revista Brasileira de Educação**, Mai/Jun/Jul/Ago 2000 n° 14, pp 161-193.

TROUILLOT, Michel-Rolph. “O poder na estória”. In: **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Curitiba: Huya, 2016.

VILLELA, Heloisa de O. S. “A primeira escola normal do Brasil”. In: NUNES, Clarice (org.). **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.

Cronologia da Escola Normal de Campos e do ISEPAM

- 1895 – Início das atividades da Escola Normal de Campos
- 1900 – Extinção da Escola Normal de Campos
- 1901 – Reabertura da Escola Normal de Campos
- 1916 – Abertura da Escola Modelo Seis de Março, colégio de aplicação da ENC
- 1931 – Fechamento da Escola Modelo Seis de Março
- 1946 – Promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal pela Reforma Capanema
- 1947 – Criação do Grupo Escolar Saldanha da Gama
- 1954 – Encerramento definitivo das atividades da Escola Normal de Campos
- 1954 – Criação do Instituto de Educação de Campos
- 1965 – Alteração do nome do IEC para Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert
- 2001 – Transferência do IEPAM da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro para a Secretaria de Ciência de Tecnologia e para a Rede FAETEC
- 2002 – Inauguração do Curso Normal em Nível Superior, corroborando da mudança do nome da Instituição para Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert
- 2013 – Tombamento do prédio do ISEPAM pelo Conselho de Preservação e Patrimônio Municipal de Campos dos Goytacazes

Anexo I – Resolução do tombamento do prédio do ISEPAM

2 Ano V - Nº CXI - Poder Executivo - Campos dos Goytacazes
sexta-feira - 13 de setembro de 2013

PODER EXECUTIVO

DIÁRIO OFICIAL **D.O.**
do Município de Campos dos Goytacazes

processo nº 2013.011.000337-5-PR, convite nº 057/13, e, em consequência, ADJUDICA o seu objeto, a obra de limpeza de vala de drenagem - extensão 2.296,00 metros, no Bairro Novo Jockey, à licitante vencedora INOVE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA com o valor total de R\$ 19.580,24 (dezenove mil, quinhentos e oitenta reais e vinte e quatro centavos).

PUBLIQUE-SE.

Em 07 de Agosto de 2013.

Henrique Augusto de Souza Oliveira
= Secretário Municipal de Defesa Civil

Id: 1559469

Secretaria Municipal de Família e Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resolução do CMAS nº 021/2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 6.080, de 12 de Fevereiro de 1996, alterada pela Lei nº 8.273, de 05 de dezembro de 2011, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária do dia 05 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a instalação do Centro de Referência de Assistência Social na localidade do Farol.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos dos Goytacazes, 10 de setembro de 2013.

Garibaldi Augusto Pinto Venâncio
Presidente do CMAS

Id: 1559398

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Portaria "P" FME Nº 07/2013, de 12 de Setembro de 2013.
Designa servidores para integrar a Comissão Especial de Seleção de Planos de Trabalho de Organizações Sociais, da Fundação Municipal de Esportes.

O Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Nº 8.045, de 01 de julho de 2013, e no Decreto Nº 276, de 02 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo discriminados para integrar a Comissão Especial de Seleção de Planos de Trabalho de Organizações Sociais no âmbito da Fundação Municipal de Esportes, sob a Presidência do primeiro:

Marcelo Netto Martins - Matrícula: 33.343

Paulo Roberto Pereira Gomes - Matrícula: 33.340

José Carlos Batista - Matrícula: 24959

Art. 2º Competem à Comissão as obrigações previstas no Artigo 19 do Decreto Nº 276, de 02 de setembro de 2013, bem como todas as demais aplicáveis à matéria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

André Felipe Falbo Ferreira
Presidente da Fundação Municipal de Esportes

Id: 1559433

FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA

Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes

Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima

Superintendência de Cultura e de Preservação

do Patrimônio Municipal

Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal - COPPAM

RESOLUÇÃO NÚMERO 005/2013

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL - COPPAM - de acordo com o que preceitua os Artigos 3º, 6º, inciso I, e 15º da Lei 7527, de 19.12.2003, alterada pela Lei 8.151, de 26.03.2010, e amparado pelo Artigo 232, inciso V da Lei Orgânica do Município - LOM - tendo em vista o significativo valor histórico, arquitetônico e cultural das edificações e imóveis abaixo descritos e a importância de se preservar essas referências espaço-temporais da memória do Município;

Considerando que é garantido o direito de propriedade e que esta atende a sua função social, conforme o Artigo 5º, incisos XXII e XXIII da Constituição da República;

Considerando que dentre as políticas urbanas, para assegurar as funções sociais da propriedade e da cidade, o Município, dentro dos limites de sua competência poderá utilizar os seguintes instrumentos: II (...) Institutos Jurídicos (...), tombamento de imóveis, conforme Artigo 172, letra "f", da Lei Orgânica do Município;

Considerando que é de competência comum da União, dos Estados e dos Municípios, "proteger os documentos, as obras e outros itens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos" e "impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural", conforme estabelece o Artigo 23, incisos III e IV da Constituição Federal;

Considerando o que diz o Artigo 229 da Lei Municipal 7972, de 31.03.2008 (Plano Diretor do Município);

Considerando, finalmente, o que consta no Inquérito Civil Público 162/2001, da 2ª Promotoria de Justiça da Tutela Coletiva do Núcleo Campos e o prazo estabelecido na Audiência Pública do dia 21 de maio/2013;

RESOLVE

Artigo 1º - Ficam tombados as edificações e os imóveis a seguir citados e identificados no processo aprovado pelos demais conselheiros, pelo seu valor histórico, arquitetônico e Cultural para o Município;

1) Elevatórios de Água e Esgoto - Rua Conselheiro Tomás

Coeelho esquina com Rua Conselheiro José Fernandes; - Rua Conselheiro José Fernandes esquina com Rua Tenente Coronel Cardoso; -

Rua Conselheiro Otaviano esquina de Avenida José Alves de Azevedo - Beira Vialto; - Praça Coronel Paula Barroso - Rua Goytacazes

esquina com Rua Ipiranga e Av. 28 de Março;

2) Caixa d'água do Jardim São Benedito, Jardim de São Benedito;

3) Casa Sede da Usina do Queimado, Usina do Queimado;

4) Chaminé da Usina Fábrica de Tecidos, Avenida Rui Barbosa, Centro;

5) Chaminé da Usina Santo Antônio, antiga Usina Santo Antônio;

6) Conjunto de Prédios da Antiga Cedax, Avenida José Alves de Azevedo;

7) Coreto da Igreja São Benedito, Jardim de São Benedito;

8) Prédio do Antigo Fórum Nilo Paçanha, Avenida Alberto

Torres;

9) Prédio da Fundação Teatro Municipal Triano, rua Marechal Floriano, 211;

10) Prédio do Hotel Flávio, Rua Carlos Lacerda, 45;

11) Instalações do Jockey Clube de Campos (sede do Hipódromo Lyneo de Paula Machado);

12) Prédio do Mercado Municipal, Praça Azeredo Coutinho, Centro;

13) Muralhas Contra as Cheias do Rio Paraíba do Sul;

14) Residência da Rua Sete de Setembro, 220 (Museu Otavo

Cardoso);

15) Palácio Episcopal, Rua Sete de Setembro, 247;

16) Prédio do Presídio Feminino, Avenida 15 de Novembro, 501, Bairro da Coroa;

17) Ponte da Rede Ferroviária sobre o Rio Paraíba do Sul;

18) Ponte Dr. Barcelos Martins sobre o Rio Paraíba do Sul;

19) Prédio da Rua Governador Teotônio Ferreira de Araújo, 36 - (Antigo Banco Vivó);

20) Prédio da Academia Campista de Letras, Jardim de São Benedito;

21) Prédio da Escola Estadual Quinze de Novembro, Praça da República nº 6;

22) Prédio da Estação Experimental da Pesagro, Avenida

Bartholomeu Lysandro, em Guarus;

23) Prédio da Faculdade de Direito de Campos, Rua Tenente Coronel Cardoso, nº 349;

24) Prédio da Faculdade de Medicina de Campos, Avenida Alberto Torres, nº 249;

25) Prédio da Faculdade de Serviço Social, Rua José do Patrocínio, nº 71;

26) Prédio da antiga Serraria São Benedito, Rua Saldanha

Marinho, 286;

27) Prédio Principal do 56º BI (Antiga Remonta), em Guarus;

28) Prédio do Seminário Batista (Colégio Batista Fluminense), Avenida Alberto Torres, nº 249;

29) Prédio do antigo Cine São José, Avenida 28 de Março, 106 - Turfe Clube;

30) Prédio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Rua Salvador Cordeiro nº 139;

31) Prédio do Instituto de Educação Professor Aldo Mulyaert -, Avenida 28 de Março nº 38;

32) Prédio do Palácio da Cultura, Praça da Bandeira, s/nº;

33) Prédio do Parque Alzira Vargas, Rua Visconde de Itaboraí nº 80;

34) Prédio da Rua José do Patrocínio, 79 (ex-Colégio Nossa

Senhora das Graças);

35) Prédio do Teatro de Bolso Procópio Ferreira, Avenida XV de Novembro, 35;

36) Prédio Residencial de Júlio Jorge Nogueira, Avenida Nilo Paçanha, Queimado;

37) Conjunto Arquitetônico da Estação Rodoviária Roberto

Silveira;

38) Prédio Residencial da Rua Saldanha Marinho, 325 (Família Seneca Ramoa);

39) Prédio Residencial da Rua Sete de Setembro, 255 (família de Homero Neves);

40) Prédio Residencial da Rua Treze de Maio, 222 - Antigo Teatro Chacrinha;

41) Prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência - Rua Barão de Miracema, 52;

42) Prédio da Vila Maria, Praça Barão do Rio Branco nº 234;

43) Prédio Residencial da Rua Barão de Miracema, 190 - (Heleusa Barreto Martins);

44) Prédio Residencial da Rua Gil de Góis, 333 - (família Genilda Medeiros de Azevedo)

45) Prédio da Rua Gov. Teotônio Ferreira de Araújo, 66/68, Livraria Ao Livro Verde Ltda.

46) Prédio Residencial da Rua Ten. Coronel Cardoso, 770 - (Inês Mossa de Azevedo Linares);

47) Prédio Residencial da Rua Ten. Coronel Cardoso, 785 - (Eda Viçônia Granato);

48) Prédio Residencial da Rua Barão de Miracema, 94 - (Hélio Riscado Silveira);

49) Prédio Residencial da Rua Baronesa da Lagoa Dourada, 188 - (Orenilda Lima Carvalho);

50) Prédio Residencial da Rua Tenente Coronel Cardoso, 967 - (Márcia Regina Bueno);

51) Prédio Residencial da Rua Baronesa da Lagoa Dourada, 194 (Marília Lima de Carvalho);

52) Prédio do Colégio Estadual Nilo Paçanha, Rua Laocanda Sobrinho nº 119;

53) Prédio do Solar Visconde de Araruama (Museu Histórico), Praça Santíssimo, nº 40;

54) Prédio Residencial do Barão de Muraiê (Corpo Bombeiros), Avenida Rui Barbosa nº 1028;

§ 1º - Esta lista deverá constar do Livro de Tombos online;

§ 2º - Esta lista deverá constar no Registro Geral de Imóveis

- RG-I;

§ 3º - Esta lista deverá ser enviada à Secretaria de Finanças para anotação na matrícula dos imóveis;

Artigo 2º - O tombamento a que se refere a presente Resolução sujeita as edificações e imóveis à observância no que tange a obra de conservação do bem tombado, ou obra e edificações em imóveis próximos que possam causar-lhes danos ou criar obstáculos à sua preservação ou, ainda, alienação do imóvel tombado, e demais normas contidas nos artigos 19 e 19 da Lei 7.527, de 19.12.2003, alterada pela Lei 8.151, de 26.03.2010, Código de Obras do Município, Lei de Uso e Ocupação do Solo e, de forma supletiva, o Decreto Lei Federal 29/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, bem como demais legislações municipais e normativas concernentes a tombamentos de imóveis.

Artigo 3º - Todos os imóveis, quando for o caso, ficam isentos de IPTU, até o total de 80% do valor anual devido, com estabelecido a Lei 8.188, de 18.11.2010.

Artigo 4º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, em 12 de Setembro de 2013.

ORAVIO DE CAMPOS SOARES

Presidente do COPPAM

Id: 1559383

Coordenadoria de Infraestrutura

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS,
URBANISMO E INFRAESTRUTURA

INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - IMTT

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Presidente do IMTT - Instituto Municipal de Trânsito e Transporte no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 8.696/03 e alterações posteriores, HOMOLOGA os atos praticados no processo nº 2013.0105.000345-0-PR, convite nº 002/13, e, em consequência, ADJUDICA o seu objeto, a contratação de empresa para contibuição de gabaritos de legendas metálicas para a sinalização horizontal, com aplicação no pavimento da via, realizados pela equipe da Empresa Municipal de Transporte, com objetivo de aderir aos concluidores acerca das condições particulares de operação da via, a licitante RV DOS SANTOS ALVES PLACAS E IMPRESSÃO DIGITAL EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.161.144.0001-18, com o preço unitário e o valor total de R\$ 71.896,00 (setenta e um mil, oitocentos e noventa e seis reais).

PUBLIQUE-SE.

Em 12 de agosto de 2013.

Álvoro Henrique de Souza Oliveira

= Presidente do IMTT =

Id: 1559472

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Secretaria Municipal de Fazenda

Edital de Convocação

Ficam os contribuintes de que tratam as inscrições Mobiliárias que possuem inscrições Imobiliárias relacionadas ao uso de suas Atividades Municipais (Prestação de Serviços) convocados a verificar o ajuste efetuado nas características de seu imóvel para enquadrá-lo de forma correta na cobrança de IPTU. Caso os imóveis já tenham sofrido alterações quando esta publicação, pedimos que verifiquem a existência de valores complementares para pagamento.

INSCRIÇÃO DO	0000028360 - 69245	0000070444 - 70444	0000012569 - 50441	0000055466 - 55519
IMÓVEL - INSCRIÇÃO MUNICIPAL	0000053959 - 83905	0000070820 - 70820	0000012569 - 63651	0000055548 - 53637
	0000053956 - 106338	0000072847 - 104139	0000012545 - 82861	0000141768 - 103878
0000016385 - 100378	0000118981 - 56494	0000067457 - 58832	0000161512 - 103026	0000056018 - 56417
0000112910 - 103939	0000001634 - 100306	0000068185 - 68185	0000107273 - 100684	0000055998 - 64018

 CAMPOS MINHA CIDADE. MEU AMOR.	DIÁRIO OFICIAL PUBLICAÇÕES		Poder Executivo EQUIPE DE PUBLICAÇÃO	
	ENVIO DE MATÉRIAS: As matérias que serão publicadas no Diário Oficial deverão ser entregues, no Setor de Publicação da Secretaria de Governo, na sede da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, até as 17h em mídia eletrônica (pen drive ou cd).		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO Francisco Chagas Maciel - Chefe de Publicação Mayra Freire Amaral.	
RECLAMAÇÕES: Questionamentos sobre textos oficiais publicados devem ser encaminhados ao mesmo setor, por escrito, no máximo, até 10 dias após a data de sua publicação.		SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Rodrigo Cherene Viana Barros - Subsecretário		
TELEFONE: (22) 2731 6868 - Ramal 25 SITE: www.campos.rj.gov.br Lei Municipal Nº 8074/2009 publicada no Diário Oficial do dia 30/03/2009		DISTRIBUIÇÃO Fundação Municipal da Infância e Juventude Praça São Salvador, 21/23 - Centro - Tel.: 22 2733 7377 / 2733 1438		
Prefeitura de Campos dos Goytacazes - Rua Coronel Ponciano de Azevedo Furtado, 47 - Pq. Santo Amaro - CEP 28045-030 - Campos dos Goytacazes-RJ				

Anexo II - D.O. Rio de Janeiro de 27/04/1994 - parte 1

D.O. DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio de Janeiro

ISEPAM - FAETEC

Av. Alair Ferreira, 37 Turf Club
Poder Executivo
Campos dos Goytacazes-RJ

RIO DE JANEIRO - QUARTA-FEIRA
27 DE ABRIL DE 1994
ANO XX - Nº 77 - PARTE I

31

Termo Aditivo nº 01/94 de 10 de janeiro de 1994 ao Contrato nº51/93.
Partes: RIOCOP e Engenhar Projetos Construções e Incorporações Ltda.
Objeto: Modificar a Cláusula sexta - condições de pagamento.
Valor: UFFRJR diário.
Fundamento: Proc. Adm. 06/382.317/93.
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato.

Instrumento: Termo de Contrato nº51/93 de 17 de dezembro de 1993.
Partes: RIOCOP e Engenhar Projetos Construções e Incorporações Ltda.
Objeto: Executar a obra de montagem da Escola Estadual em Rio Bonito, pelo regime de empreitada por preço unitário.
Valor: R\$ 14.503.433,52
Prazo: 120 (cento e vinte) dias consecutivos.
Fundamento: O decidido no proc. Adm. 06/382.317/93 - Cód. de Processo nº5.1.1.06.06.014 e TPO nº79/93.

Instrumento: Termo Aditivo nº01/94 de 22 de fevereiro de 1994 ao Contrato nº46/93.
Partes: RIOCOP e Construtora Mello Júnior Ltda.
Objeto: Modificar a Cláusula sexta - condições de pagamento.
Valor: UFFRJR diário.
Fundamento: Proc. Adm. 06/382.314/93
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato.

Secretaria de Estado de Educação

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
ASSESSORIA DE COERÊNCIAS

EXTRATO DE AJUSTE
INSTRUMENTO: Ajuste de Cooperação. DATA DA ASSINATURA: 01/02/94. PARTES: Estado do Rio de Janeiro e a APARELHAMENTO OBJETIVO: Fornecer merenda escolar a 40 alunos. PRAZO: 02 anos. FUNDAMENTO DO ATO: Proc administrativo nº 03/2.800.307/93.
(Guia nº 47783/A)Jcm 102.725,00

COORDENADORIA GERAL PEDAGÓGICA
COORDENADORIA DE ENSINO DE 2º GRAU
COLÉGIO ESTADUAL CÂNDIDO DE MELLO LEITÃO
EDITAL

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL CÂNDIDO DE MELLO LEITÃO, Agência de Administração Escolar nº81 - RJ, nos termos da Resolução nº 155/90-SEE, de 11.07.90, republicada no D.O. de 24.07.90, torna público a relação nominal de alunos que concluíram o 2º Grau neste estabelecimento de ensino.

Curso: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE 1ª À 4ª SÉRIE DE 1º GRAU.

Turma: 3101 Ano: 1991

01 - Maria José Duarte e Silva

Turma: 3101 Ano: 1993

- 01 - Adriana Sotero da Cunha
02 - Mariana Vieira da Silva
03 - Ana Lucia Linhares Gonçalves
04 - Ana Salete Ribeiro Nunes
05 - Anderson da Silva Santos
06 - Carlos Maria Marques Guimarães
07 - Cristiana Lara dos Santos Sousa
08 - Eliane Cristina Ribeiro Diniz
09 - Eliane de Silva Ferreira
10 - Elaine Regina Souza de Silva
11 - Inês Greer Silva Juliano
12 - Marcelino Lago de Souza
13 - Marcelo André de Andrade Silva
14 - Maria Odila de Silva Pereira
15 - Neusa Laurende Gomes
16 - Patricia Helena Cruzante de Brito
17 - Sandra de Souza Barbosa
18 - Santa Regina dos Santos
19 - Veronica Moreira da Oliveira

Turma: 3102

- 01 - Adriana Rocha Giffoni
02 - Ana Lucia de Oliveira
03 - Ana Paula de Almeida Espíndola
04 - Antonia de Jesus dos Santos Ferreira
05 - Barbara de Santa Marinha
06 - Luciana Cristina de Araujo Medeiros
07 - Eliane Oliveira Magra
08 - Luciana de Silva Ferreira
09 - Daniela de Silva Rago
10 - Francis Cristina Machado
11 - Gláucia Lago de Souza
12 - Inês Lucretia Ramos
13 - Luciana de Silva Bulhões
14 - Luciana de Souza
15 - Tatiana de Souza

- 16 - Priscilla Gonçalves da Cruz
17 - Roberta dos Santos Teixeira
18 - Rosa Maria Souza Gaspar
19 - Sonia Regina Ribeiro Diniz
20 - Vera Lucia Rivas de Oliveira
21 - Viviane Barros de Silva

Turma: 3103

- 01 - Adriana Conceição Pinheiro Silva
02 - André de Souza Silva
03 - Bianca Alencar Lourenço
04 - Cátia Regina Almeida da Silva
05 - Cirlene de Andrade Nabuco
06 - Cristiane da Cunha
07 - Dayse Rocha dos Santos
08 - Eliane de Conceição Andrade
09 - Elisângela de Jesus Dias Campos
10 - Eva Maria de Souza
11 - Helian Carolina da Silva Lopes
12 - Jussara Maria de Araujo Correa
13 - Kátia Celina Nascimento Silva
14 - Luciana Xavier dos Santos
15 - Lúcia Maria de Souza
16 - Marta Lourenço Sobrinho
17 - Nilce Ferreira da Silva
18 - Patrícia Lopes de Souza
19 - Rosana Loures Lopes
20 - Sandra da Silva Xavier
21 - Sheila Mary de Silva
22 - Valdeir de Silva Santos
23 - Vera Lucia de Azevedo Miranda
24 - Veronica Silveira Cardoso

COLÉGIO ESTADUAL INFANTE DOM HENRIQUE
EDITAL

O DIRETOR DO COLÉGIO ESTADUAL INFANTE DOM HENRIQUE, AGENCIA 02 - RIO DE JANEIRO, nos termos da Resolução nº 155/90-SEE, de 11.07.90, republicada no D.O. de 24.07.90, torna público a relação nominal de alunos que concluíram o 2º Grau, neste estabelecimento de ensino.

Curso: Formação Geral
Turma: 1300 Ano: 1992

- 01 - Ana Paula Peraz Santos Reis
02 - Arnaldo Bechara de Moraes Junior
03 - Cecília Lara Gomes Kaborita
04 - Cristiano Medeiros Silva
05 - Doris dos Santos Martins
06 - Eliana Lopes dos Santos
07 - Elenilde Viegas
08 - Gilberto Borges Fortes Filho
09 - Jorge Libero Souza
10 - Katia Rosa Souza
11 - Luciana da Silva Pereira
12 - Manoel Christóvão Machado Calazans
13 - Maria Valquíria de Souza Mesquita
14 - Neila Hendry de Araujo Freitas
15 - Sheyla Telles
16 - Teresa Cristina Reigada
17 - Vera Lucia de França Silva
18 - Willian Otéro da Fresa Machado

Turma: 1301 Ano: 1992

- 01 - Aloyzio Nonjardim Calazans Junior
02 - André Luiz de Souza
03 - Daniel Augusto da Silva Nobre
04 - Elizabeth Pinheiro dos Santos
05 - Erika Patricia de Oliveira
06 - Fábio Maria Braga Lyra
07 - Fernando da Silva Nobre
08 - Francisco Rawlinson de Melo Braga
09 - Gilberto Rodrigues
10 - Lucilene Lacerdo de Assis
11 - Luívalne de Souza Paixão
12 - Majella Maria Rufino da Silva
13 - Mana Bárbara Ariane Romeiro
14 - Mariana Latorre Filizzola
15 - Mylene Kroff Vega
16 - Priscilla Yuri Takiguti
17 - Roberta Torres Cavalcanti Fernandes
18 - Rogério de Lima Tavares
19 - Sandro Padell
20 - Silvio Gonçalves Lima
21 - Tereza Raquel Macedo de Souza
22 - Uraula Regina Desapupo Aglio
23 - Vanessa Melanie Fuscole Ekiponyng
24 - Vinicius Cardoso Santiago

Turma: 2300 Ano: 1992

- 01 - Adriana Lidi Brunque
02 - Adriana Rodrigues
03 - Adriano Barcelos Romero
04 - Carlos Eduardo Lima Ferreira
05 - Eliane Chaves França
06 - Fábio Soares de Araujo Góes
07 - Gabriela Cavalcanti Alves
08 - Marcela Antunes de Melo
09 - Maria Aparecida Ferreira Santos
10 - Maria Aparecida Marques Paula
11 - Pytricia Menezes Costa
12 - Péricles Barreto do Nascimento Filho
13 - Renata Gabriela de Silva

Turma: 3300 Ano: 1992

- 01 - Altamira dos Santos
02 - Ana Cristina Barros Braga
03 - Aylton Fúndio Neto
04 - Benhur Marcel Bianchin
05 - Carlos Alberto Moreira de Santana
06 - Carlos Roberto Santos de Amorim
07 - Cristiana Jesus de Lima
08 - Cristiana Pereira de Oliveira

- 09 - Fabiano Bernardo de Freitas
10 - Francisco Romão de Sousa
11 - George Alexandre Wanderley Silva
12 - George Domingos dos Santos
13 - Isabella Cristina Ferreira
14 - João Celino Albuquerque
15 - Letícia de Oliveira
16 - Lindomar Barbosa Ferreira
17 - Luciana Knapp
18 - Luiz Antônio de Assis Bento
19 - Luiz Claudio da Cunha Alegria
20 - Maria Alice dos Santos
21 - Maria das Graças Ribeiro Borges
22 - Maria Pedronia Leal da Silva
23 - Maria dos Prazeres de Arruda
24 - Mario Albano da Silva
25 - Marizete Serafim Pereira
26 - Monica Santos de Araujo
27 - Renata Cristina Ferreira da Silva
28 - Renata de Moraes Silva
29 - Ronaldo Martins Gomes
30 - Sheila Mesquita
31 - Vera Lucia da Silva

Turma 3301 Ano: 1992

- 01 - Adenilde Fonseca
02 - Alexandre Azevedo Cruz
03 - Alexandre Gomes Silveira
04 - Ana Claudia de Santana Cerqueira
05 - Ana Paula da Silva Ribeiro
06 - Ana Maria Cardoso da Cruz
07 - Antonia Adriana Mendes da Silva
08 - Antonio Flavio Pinto
09 - Carla Beatriz Martins Ribeiro
10 - Claudio Ferreira Silva
11 - Cristiana Miller Leandro Silva
12 - Come José Raulino dos Santos
13 - Eliane Matos de Abreu
14 - Elizabeth Campos Barros
15 - Fábio Tavares Martins
16 - Frank Fernandes de Mattos
17 - Gláucia da Silva Siqueira
18 - Marcello Benites Gonçalves
19 - Jucelia Hipo de Souza
20 - Julio Cesar Tavares dos Reis
21 - Lourenço Albuquerque Medeiros
22 - Luciana Soares do Nascimento
23 - Luciano Rodrigues de Lima
24 - Marcela de Oliveira Vaccariello
25 - Maria José de Santana
26 - Miriam Rodrigues de Araujo
27 - Nelson José de Souza Rodrigues
28 - Patricia Bernardes Viana
29 - Rita Maria da Silva
30 - Rosângela Ruppim
31 - Rosângela Gomes Barbosa
32 - Sandro Gomes Correa da Silva
33 - Silvia Padell
34 - Vera Maria Barcelos de Abreu
35 - Wagner Rodrigues Pinheiro

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROF. ALDO MULLER
EDITAIS

O DIRETOR DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROF. ALDO MULLER, Agência de Administração Escolar nº 16, nos termos da Resolução nº 155/90-SEE, de 11.07.90, republicada no D.O. de 24.07.90, torna público a relação nominal de alunos que concluíram o 2º Grau neste estabelecimento de ensino.

CURSO FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE 1º GRAU DE 1ª À 4ª SÉRIE. Ano letivo: 1993

Turma 3100

- 01-Adjonara Leitão de Souza
02-Adriana Cardoso da Silva
03-Adriana de Silva Chagas
04-Adriana Fontes Gomes
05-Alessandra Lyrio Ribeiro
06-Aline de Araujo Escafura
07-Ana Carla de Azevedo Maranhães
08-Ana Paula Oliveira da Silva
09-Andréia Soares Pessanha
10-Andressa Teixeira Cardoso
11-Angela Maria Ventura das Chagas
12-Arli Gonçalves de Souza
13-Carla da Cruz Tavares
14-Catherina de Azevedo Prateres
15-Claudia Machado Pateres
16-Cristiano de Souza Cordeiro
17-Cristiane Gomes Pessanha
18-Cristiane Figueiredo Pessanha
19-Daniela Luciano de Almeida
20-Danielle de Carvalho Ribeiro
21-Danielly Francisco Gomes
22-Darcland Cosmo Pass
23-Darla Cristina Barroilha Peçanha
24-Deborah Freitas Barcelos
25-Denise Carneiro Gomes
26-Donata Cabral Siqueira
27-Edna Cristina dos Santos Silva
28-Elaine Crispim Nunes
29-Elaine do Rosário Barreto
30-Elaine Lucia do Azevedo da Silva
31-Elisângela de Souza Azevedo
32-Erica Nancio Araujo
33-Erika Batista Ferreira Pass
34-Eva Maria de Almeida Braga
35-Fabiano Gomes Saldá
36-Fabiano Gonçalves
37-Fernanda Ferreira Aguiar
38-Fernanda Pessanha da Silva
39-Fernanda Torres Noronha
40-Flávia Maria das Graças de Freitas

Wagner Barros
Simone Machado dos Santos
Secretaria Escolar - Educação Básica ISEPAM
Matricula: 5024936-6
ID: 3988324-8

Anexo III - D.O. Rio de Janeiro de 27/04/1994 - continuação

38 RIO DE JANEIRO • QUARTA-FEIRA 27 DE ABRIL DE 1994 ANO XX • Nº 77 • PARTE I

ISEPAM - FAETEC Av. Alair Ferreira, 37 Turf Club D.O. DIÁRIO OFICIAL Poder Executivo Campos dos Goytacazes-RJ Estado do Rio de Janeiro

Turma 3101 Ano letivo: 1993

- 01-Francine Henriques Gomes
02-Gabriela Azevedo Ribeiro
03-Gabriela Pessanha de Almeida
04-Gabriela Vieira da Silva
05-Geisa Carvalho Barreto
06-Celaine Oliveira Henriques
07-Denaine Barbosa Rodrigues
08-Cerusa Barreto de Oliveira
09-Gizele Costa de Silva
10-Melena Cristina Custódio Soares
11-Ines Cristine Carvalho Gomes
12-Isabelle Cristina Botelho Caldas
13-Ivana Rangê de Abreu
14-Jaciara Monteiro da Silva
15-Jacqueline da Silva Gomes
16-Jacqueline de Souza Melo
17-Jenaina Miranda de Oliveira
18-Joana Leonarda Martins Manhães Pinto
19-Juliana Ramos Vieira
20-Karina Aparecida Barcelos Teixeira
21-Karina Crespo Alvarenga
22-Maria Leonora Vargas Pinto
23-Kelly Chrystina Rodrigues Siqueira
24-Kelly França Pass
25-Kely Lino de Mota
26-Lailine Chagas Santos
27-Leidnilda Peravidino de Araujo
28-Lelia Cristina da Silva Crespo
29-Liliane de Almeida Sant'Ana
30-Lilian Adriana Rangel da Silva
31-Lilian Andrades
32-Lilian de Fátima Escocard de Azevedo
33-Liliane de Souza Carvalho
34-Liza Paravidini França
35-Lourdes Angélica Brandão Martins
36-Lourdes Monteiro Guedes
37-Luciana Barreto Pereira
38-Luciana de Silva Leitão Gomes
39-Luciana dos Santos Fonseca

Turma 3102 Ano letivo: 1993

- 01-Luciana Figueiredo Maciel
02-Luciana Ramos Vieira
03-Lucilene de Oliveira Arzoo
04-Megda Aparecida Lima de Silva
05-Marcia Franco Belém
06-Marcia Valéria Azevedo do Rosario
07-Maria Bernadete Freitas de Oliveira
08-Maria Carolina Ferreira Boa Noite
09-Maria Célia Ladiolau Maciel
10-Maria Elise Campos de Oliveira
11-Maria Luiza das Dores Pinto
12-Merlines da Silva Gama
13-Michelle Aparecida Guimarães
14-Michelle Padilha Moreira
15-Miranda Maria Santos Miranda
16-Mônica da Conceição Rangel Monteiro
17-Mônica dos Rodrigues Velasco
18-Monique de Azevedo Cordeiro
19-Namara Rodrigues Viana
20-Nays Conceição Andrade Cabral
21-Nivea Maria Borges Rocha
22-Patricia da Pena Pena Pinto
23-Patricia Figueiredo Maciel
24-Patricia Gomes Tavares
25-Patricia Guedes Rodrigues
26-Patricia Rangel Lyrio
27-Patricia Rangel Manhães
28-Patricia Rangel Manhães
29-Patricia Rangel Manhães
30-Patricia Rangel Manhães
31-Patricia Rangel Manhães
32-Patricia Rangel Manhães
33-Patricia Rangel Manhães
34-Patricia Rangel Manhães
35-Patricia Rangel Manhães
36-Patricia Rangel Manhães
37-Patricia Rangel Manhães
38-Patricia Rangel Manhães
39-Patricia Rangel Manhães

Turma 3103 Ano letivo: 1993

- 01-Benata Ribeiro Prudente
02-Benata Gonçalves dos Santos
03-Ricardo Alexandre da Silva Oliveira
04-Rita Lucia Nogueira Viana
05-Rosângela dos Dóres
06-Rosângela de Moura Ribeiro
07-Rosângela Souza de Lima
08-Rosiane Rosa Gonçalves
09-Samantha Rodrigues Siqueira
10-Sheyla dos Santos Coutinho
11-Sheyla Cristina de Silva Matias
12-Sheyla Maria Lopes de Aquino
13-Shirley Campos de Souza
14-Shirley Mara Jacometti Abreu
15-Silvinete de Oliveira Braga
16-Simone Bernardo de Oliveira
17-Simone Cabral do Rosario
18-Simone Monteiro Xavier
19-Sirlés da Silva Maciel
20-Sirléide Ribeiro Gonçalves
21-Solange Santos da Silva
22-Tania Mara Barrozo Paris
23-Tatiana Barreto Guebra
24-Tatiana Nuzi de Souza
25-Tatiane Tavares de Azevedo
26-Tatychana Carvalho Alvarenga
27-Thais Cabral de Souza
28-Valéria Cordeiro da Cunha
29-Vanessa Magalhães
30-Vanylia Soares Felizardo
31-Verônica Campos de Souza

Ano letivo: 1993

- 32-Verônica Campos Valentim
33-Verônica Gomes da Cruz
34-Verônica Gonçalves da Silva
35-Verônica Maria da Silva Fernandes
36-Verônica Pereira Niza
37-Viviane Pereira da Silva
38-Viviane Costa de Azevedo
39-Zenaida Cardoso Soares
40-Zenith Soares Pessanha
ESTUDOS ADICIONAIS - Pré-Escolar
01-Milena das Graças Viana Azevedo - Alfabet. 1987
02-Maria Lúcia Nogueira Pacheco - Pré-esc. 1987
03-Josélla Pessanha - Alfabet. 1987
04-Renata Torres Ramos - Alfabet. 1987
05-Marcia Adriana Pitote da Silva - Alfabet. 1988
06-Angélica da Silva Amaral - Pré-Esc. 1989
07-Lelia Cristina Oliveira de Silva - Alfabet. 1990
08-Selma Gonzaga Ribeiro - Pré-Esc. 1990
09-Zarife de Silva Barreto Rosendo - Pré-Esc. 1992
10-Zorila Górdio Rodrigues - Pré-Esc. 1992
11-Zulia B...ista de Azevedo - Pré-Esc. 1992
CURSO ESTUDOS ADICIONAIS

Turma 5000 - Alfabetização Ano letivo: 1993

- 01-Adriana Jeronymo
02-Anna Beatriz Ribeiro Paiva
03-Anna Lucia Pessanha dos Santos
04-Anna Paula de Souza Almeida
05-Andres Castro Colares
06-Claudia Maria Mendes Cardoso
07-Cristiane Batista Gomes
08-Danielle Moço Vianna
09-Eliane Batista de Almeida
10-Feliana Magis Almeida Rocha
11-Florentina de Silva Pessanha
12-Jeanesri Castro de Oliveira
13-Josélla de Fátima Corpeia Lobo
14-Kátia Barreto Barros
15-Liana Araujo Meyerhoffer
16-Lily Dumas de Silva
17-Marcia Vanusa de Silva Lopes
18-Maria de Conceição de Souza Barreto
19-Maria de Glória Gomes Rangel
20-Maria Lúcia de Azevedo de Almeida
21-Maria José Garcia Machado
22-Marjorie Ferreira da Silva
23-Marli Barro Pessanha Pinheiro
24-Mônica Correa de Azevedo
25-Paula Cristiane de Souza Vieira
26-Raquel Tavares Salles de Souza
27-Regina Célii Pegel
28-Renata Pereira Leite
29-Shella Pinto F...
30-Silvia Helena de Oliveira
31-Simone de Souza Crespo Ribeiro
32-Solange Corra dos Santos
33-Teresa Alessandra Hendon de Souza
34-Viviane Barcelos Alves
35-Vilma Isabel Gomes Bastos

Turma 5001 - Pré-Escolar Ano letivo: 1993

- 01-Adailza Cecília de Silva Mendes
02-Adriana Carvalho Martins
03-Alana de Silva Maravilha
04-Alessandra de Silva Pedra
05-Alessandra de Silva Vasconcelos
06-Alessandra Firmino de Souza
07-Alessandra Nunes de Souza
08-Anna Angélica Teixeira de Souza
09-Anna Carla Moreira de Souza
10-Anna Cristina Pessanha dos Santos
11-Anna Maria Barcelos dos Santos Cruz
12-Anna Paula Barbosa Santiago
13-Anna Paula Campos Sobral Brandão
14-Anna Paula Freitas Pedra
15-Anna Paula Silva de Souza
16-Anatércia Andreotti de Azevedo
17-Anna Teresa de Jesus Azevedo Ribeiro Almeida
18-Anna Vilas Braga de Carvalho
19-Anna Virginia Pereira Santana dos Santos
20-Andréa da Conceição Fernandes Gomes
21-Andréa da Silva Ribeiro
22-Andréa de Souza Liccigalli
23-Andréa Gomes Tavares
24-Andréa Pontikeli Rangel
25-Angélica Velasco da Silva
26-Aurea Lúcia Barreto de Oliveira
27-Auxiliadora das Graças de Souza Pereira Cardoso
28-Carla Cristina Ribeiro Boa Noite
29-Carla Fernanda Pereira Gomes
30-Claudete Corrêa Pessanha do Nascimento
31-Claudia Márcia Martins de Lima
32-Claudia Márcia Sales de Azevedo
33-Claudia Tinoco do Amaral
34-Cristiane Santos Gomes
35-Cristiani Santos de Sá
36-Cristina Prieto Camêiro
37-Cristina Maria Cabral Constantino
38-Cynthia Carvalho Fernandes
39-Daniela Martins dos Santos
40-Daniela Paydit da Silva
41-Daniela Nunes de Souza
42-Danielle Barrozo Maciel
43-Danielle Simplicio da Silva

Turma 5002 - Pré-Escolar Ano letivo: 1993

- 01-Dayse Cruz Bis
02-Dayse de Almeida Mouchier
03-Dayse Lucia Pereira Santana
04-Deyra Celdia Ant'Ana
05-Deyra de Souza Mouchier

Ano letivo: 1993

- 06-Denise Batista Medeiros
07-Denise dos Santos Barros Manhães
08-Denise Gonçalves Silva Viana
09-Dina Maria Rangel Siqueira
10-Dina Freitas de Alcântara
11-Dina Palmeira Vas
12-Eliane Damasceno Justino
13-Eliane Nunes Costa Nogueira de Silva
14-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
15-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
16-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
17-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
18-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
19-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
20-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
21-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
22-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
23-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
24-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
25-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
26-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
27-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
28-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
29-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
30-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
31-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
32-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
33-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
34-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
35-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
36-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
37-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
38-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
39-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas
40-Eliane Vasconcelos Nogueira Chagas

Ano letivo: 1993

- 01-Lucimery de Almeida Coutinho
02-Maira Cristina de Souza
03-Mara Cristina Santos Silva
04-Marcela Viana de Souza
05-Marcia Cristina Fidalgo Viveiros
06-Marcilene de Jesus Pessanha de Carvalho
07-Margarida de Silva Gonçalves
08-Margarida Maria Terra Santos Douth
09-Maria Aparecida Nogueira Rodrigues
10-Maria Auxiliadora dos Santos Rosa
11-Maria de Lourdes Oliveira
12-Marielúcia Santos Ferreira
13-Marli Santana Neto
14-Marla Cristina Caldas de Oliveira
15-Maria Regina Nunes de Oliveira
16-Meloimar Gomes de Miranda Green
17-Patricia de Silva Leite
18-Patricia de Souza Barreto
19-Patricia de Souza Barreto
20-Patricia de Souza Barreto
21-Renata Viana Leal
22-Rita de Cassia de Souza
23-Rita de Cassia Moura Vieira de Souza
24-Rita de Cassia Pentes Martins
25-Rita de Cassia Ribeiro da Cruz
26-Rosângela Azevedo Crespo de Silva
27-Rosângela Souza de Silva Ribeiro
28-Roseli dos Santos Souza
29-Rosely Ribeiro Gomes
30-Rosilene de Oliveira Sá Viana
31-Sandra Barbosa Arruda
32-Sheila Gomes Chagas
33-Silvia Maria Viana Velasco
34-Silvia Patricia de Azevedo Pereira
35-Simone das Dores
36-Simone Ferreira Crespo
37-Sueli Alves Pereira de Almeida
38-Tânia Paes do Oliveira Moreira
39-Telma Rodrigues Flor Valdeiros
40-Teresa Cristina Santos de Oliveira
41-Teresa Maguel de Miranda Manhães
42-Velúcia Damasceno Justino
43-Vera Lucia de Souza Henriques Braga
44-Viviane Abreu Magalhães
CURSO HUBRAL - 1966 - 2ª VIA
01-Regina Célia Gomes Bastos

Ano letivo: 1966

Secretaria de Estado de Saúde

SUBSECRETARIA ADJUNTA DE RECURSOS HUMANOS EDITAL Concurso Público para provimento de cargos da Administração Direta do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, nas categorias de Médico (Clínica Médica, Ginecologia/Obstetrícia, Cirurgia Vasculat e Clínica Médica-CTI), Odontólogo Específico, Agente Administrativo de Saúde (S/abilitação Específica), Agente Administrativo de Saúde (Programador), Técnico Administrativo de Saúde (Estatístico). Os candidatos deverão comparecer à Av. Marechal Câmara, 350 - 8º andar - sala 809, munidos de retratos 3x4, original e xerox dos seguintes documentos: Título de Eleitor, Comprovante de Votação